Diagnóstico e plano local de promoção e proteção dos diretos das crianças e jovens

Castro Daire

Aprovado em Reunião da Comissão Alargada a **23 de março de 2022**

1. Agradecimentos

A realização deste projeto contou com importantes apoios e incentivos sem os quais não teria sido possível concluir este projeto.

Ao Dr. Carlos Peixoto, pela sua orientação, total apoio, disponibilidade, pelo saber que transmitiu, pelas opiniões e críticas, total colaboração ao longo da realização deste trabalho. Esta CPCJ será eternamente grata!

À Escola Superior de Educação de Viseu, em especial às senhoras Professoras Doutoras Susana Fonseca, Paula Xavier e Maria João Sebastião aos alunos, Edgar Campos, Bruna Gomes e Inês Pereira, pela sua excelente colaboração, participação e empenho que demonstraram ao longo deste processo. Pela clareza, rigor e total disponibilidade na colaboração do tratamento estatístico dos resultados e seu enquadramento empírico.

Sem este apoio seria extremamente difícil, senão impossível, a sua concretização quer na qualidade do mesmo quer no tempo proposto, superando assim todos os objetivos.

Bem Hajam a todos!

2. Índice

1. Agradecimentos 2
2. Índice 3
3. Índice Figuras 7
4. ÍNDICE GRÁFICOS 8
5. ÍNDICE TABELAS 12
6. Mensagem do Presidente da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Castro Daire 15
7. Introdução 16
8. Autodiagnóstico 18
   1. Preâmbulo 18
   2. Metodologia e Procedimentos 18
   3. Resultados 20
9. Análise e discussão dos resultados 37
10. Diagnóstico Local da Realidade Infantojuvenil do Município de Castro Daire 40

CAPÍTULO 1: Caracterização do Concelho 40

CAPÍTULO 2: Demografia e Famílias 41

2.1 População residente segundo grupos etários e sexo 41

2.2 Índice sintético de fecundidade 45

2.3 Nascimentos 46

2.4 Nascimentos em mulheres com idade igual ou superior a 35 anos . 49

2.5 Saldo populacional 50

2.6 Casamentos 52

2.7 Divórcios 53

2.8 Número de famílias e de núcleos familiares 55

2.9 Número de famílias monoparentais 56

2.10 Número e percentagem de famílias numerosas 57

2.11 Idade média da mãe ao nascimento do primeiro filho 59

Síntese do capítulo 1 “Demografia e Famílias”: 60

CAPÍTULO 3: Direito ao Desenvolvimento 62

3.1 Taxa bruta de escolarização, por sexo 62

3.2 Número total de equipamentos educativos (privados e públicos) 64
3.3 Número de alunos/as matriculados/as por nível de ensino, por natureza do estabelecimento público 65
3.4 Taxa de retenção e desistência no Ensino Básico e Secundário, por ciclo de ensino 66
Síntese do capítulo 2 “Direito ao Desenvolvimento”: 68
CAPÍTULO 4: Direito à Sobrevivência..... 69
4.1 Ganho médio mensal, por sexo 69
4.2 Pessoas inscritas no Centro de Emprego e de Formação Profissional 70
4.3 Famílias com processamento de Rendimento Social de Inserção 72
4.4 Valor médio do RSI, por família 74
4.5 Número de titulares com processamento de abono de família, por sexo 76
4.6 Beneficiários/as com processamento de prestações para a parentalidade 77
4.7 Taxa de mortalidade infantil 78
4.8 Percentagem de crianças/jovens com excesso de peso 79
4.9 Valor médio das rendas de casa 80
Síntese do capítulo 3 “Direito à Sobrevivência”: 81
CAPÍTULO 4: Direito à Proteção 83
4.1 Número de crianças sinalizadas 83
4.2 Tipologia de perigo por sexo e idade da criança 85
4.3 Tipologia dos agregados familiares em que se integram as crianças com diagnóstico..... 87
4.4 Tipo e número de Medidas de Promoção e Proteção aplicadas pelas Comissões de Proteção de Crianças e Jovens 88
4.5 Número total de processos 89
4.6 Número de casos que correspondem a processos reabertos..... 90
4.7 Número de crimes de violência doméstica contra o cônjuge 91
Síntese do capítulo 4 “Direito à Proteção”: 93
CAPÍTULO 5: Direito à Participação 95
5.1 Participação das crianças do concelho de Castro Daire no diagnóstico local 95
5.2 Vida Pessoal 96
5.3 Educação 97
5.4 Segurança e Proteção 100
5.5 Saúde 101

5.6 Brincadeira e Lazer 103
5.7 Participação e Cidadania 103
5.8 Família 105
5.9 “Participação das crianças do concelho de Castro Daire no diagnóstico local”: 108
5.10 Participação dos jovens do concelho de Castro Daire no diagnóstico local 109
5.11 Preocupações com a sociedade e com a escola 109
5.12 Principais problemas do dia-a-dia 110
5.13 Ideias prioritárias para o concelho 111
5.14 Mudanças na escola 112
Síntese do subcapítulo 5.1 “participação dos jovens do concelho de Castro Daire no diagnóstico local”: 113
5.15 A Participação das Famílias no Diagnóstico Local do Município de Castro Daire 114
5.16 Brincadeira e Lazer 116
5.17 Participação e Cidadania 117
5.18 Segurança e Proteção 117
5.19 Saúde 117
5.20 Educação 118
5.21 Conciliação entre e vida familiar e trabalho 118
Síntese do subcapítulo 5.15 “A Participação das Famílias no Diagnóstico Local do Município de Castro Daire”: 119
5.23 Diagnóstico para entidades com intervenção na infância e juventude no concelho de Castro Daire 121
5.24 A Convenção sobre os Direitos da Criança: Formação e Informação 121
5.25 Participação das Crianças 122
5.26 Princípio da Não Discriminação 124
5.27 Trabalho com as Famílias 124
5.28 Política de Proteção 126
Síntese do subcapítulo 5.24 “Diagnóstico para entidades com intervenção na infância e juventude no concelho de Castro Daire”: 127
11. O Plano Local de Promoção e Proteção dos Direitos da criança referente ao biénio 2022-2024 129
FAMÍLIA: 130
EDUCAÇÃO: 130

SAÚDE: 131
Serão levadas a cabo as seguintes ações: 131
SUGESTÕES GERAIS: 137
OUTRAS PROPOSTAS E SUGESTÕES DE MELHORIA DE ATIVIDADES A TER EM CONTA NO PLANO LOCAL (POR EIXO): 138
EIXO II – FAMÍLIA 138
EIXO III – EDUCAÇÃO 139
EIXO IV – SAÚDE 140
12. Conclusão 141
13. Referências Bibliográficas 143
BASES DE DADOS CONSULTADAS 145
1. Anexos 146
2. Questionário Sociodemográfico 152
3. Brincadeira e lazer 155
4. Participação e cidadania 159
5. Segurança e proteção 165
6. Saúde 170
7. Educação 178
8. Conciliação entre vida familiar e trabalho 187

3. Índice Figuras

Figura 1- Sub-região Dão/Lafões (NUT III) e Municípios 40

4. ÍNDICE GRÁFICOS

Gráficos 1 - Distribuição, por número, da população residente em Castro Daire, segundo os grupos etários 43
Gráficos 2 - Pirâmide etária de Castro Daire da população em 1991 e 2001 ... 44
Gráficos 3 - Estrutura etária da população, no ano de 2020 45
Gráficos 4 -Índice sintético de fecundidade (N.º) do distrito de Viseu 46
Gráficos 5 - Índice sintético de fecundidade (N.º) da região Centro e de Portugal Continental 46
Gráficos 6 - Distribuição, por número, de nados-vivos de mães residentes em Portugal Continental (total e fora do casamento) 48
Gráficos 7 - Distribuição, por número, de nados-vivos de mães residentes no município de Castro Daire (total e fora do casamento) 49
Gráficos 8 - Distribuição, por número, de nados-vivos de mães residentes no município de Castro Daire (total e fora do casamento) 49
Gráficos 9 - Número total de nados-vivos de mães, com idade igual ou superior a 35 anos 50
Gráficos 10 - Distribuição de nados-vivos e óbitos no município de Castro Daire, de 2017 a 2020 52
Gráficos 11 - Distribuição do número de casamentos (N.º) realizados no município de Castro Daire, na região Centro e em Portugal Continental 53
Gráficos 12 - Fonte: INE, Indicadores Demográficos, Óbitos por Causas de Morte, Estatísticas do Pessoal de Saúde, Estatísticas das Farmácias 54
Gráficos 13 - Número de divórcios registados no município de Castro Daire ... 54
Gráficos 14 - Número de divórcios ocorridos na Região Centro e em Portugal Continental 54
Gráficos 15 - Distribuição de famílias clássicas residentes em Castro Daire, segundo os Censos de 2001 e de 2011, pelo número total de indivíduos que as constituem 58
Gráficos 16 - Distribuição da idade média da mãe ao nascimento do primeiro filho no distrito de Viseu 60
Gráficos 17 - Distribuição da idade média da mãe ao nascimento do primeiro filho a nível regional e nacional 60
Gráficos 18 - Taxa bruta de escolarização (%)1, por sexo no município de Castro Daire 63
Gráficos 19 - Número de alunos matriculados por nível de ensino, por natureza do estabelecimento público de Castro Daire 65
Gráficos 20 - Taxa de retenção e desistência (%), por nível de ensino, dos alunos Castro Daire 67
Gráficos 21 - Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem, no município, por sexo 70

Gráficos 22 - Média anual da população desempregada inscrita nos centros de emprego e de formação profissional de Castro Daire 72
Gráficos 23 - Distribuição do número de beneficiários do Rendimento Mínimo Garantido e Rendimento Social de Inserção da Segurança Social no total da população residente com 15 e mais anos (%) 74
Gráficos 24 - Distribuição do valor médio do Rendimento Social de Inserção (€), por família, no distrito de Viseu 75
Gráficos 25 - Distribuição do valor médio do Rendimento Social de Inserção (€), por família, em Portugal e na região Centro 75
Gráficos 26 - Distribuição, por número, dos beneficiários com processamento de subsídio por assistência a filho do distrito de Viseu..... 78
Gráficos 27 - Taxa de mortalidade infantil (‰) por município, região e a nível nacional 79
Gráficos 28 - Taxa bruta de natalidade, taxa bruta de mortalidade e taxa bruta de mortalidade infantil, por NUTS e município, do ano 2020..... 79
Gráficos 29 - Valor mediano das vendas por m2 de alojamentos familiares (€) no primeiro trimestre, por município, região e a nível nacional 81
Gráficos 30 - Distribuição, por número, de crianças sinalizadas residentes em Castro Daire..... 84
Gráficos 31 - Distribuição, por número, de crianças sinalizadas residentes em Portugal 84
Gráficos 32 - Caracterização, em termos percentis, do tipo de agregado familiar das crianças e jovens acompanhadas/os no decorrer do período entre 2016 e 2020 87
Gráficos 33 - Número total de processos da CPCJ de Castro Daire, desde o ano de 2016 até outubro de 2020..... 90
Gráficos 34 - Distribuição, por número, de processos reabertos na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco de Castro Daire..... 91
Gráficos 35 - Distribuição, por número, de processos reabertos nas Comissões de Proteção de Crianças e Jovens em Risco de Portugal..... 91
Gráficos 36 - Distribuição, por número, de crimes de violência doméstica contra o cônjuge da população residente em Castro Daire 92
Gráficos 37 - Distribuição, por número, de crimes de violência doméstica contra o cônjuge a nível regional e nacional 93
Gráficos 38 - Respostas à questão “gosto da minha casa 96
Gráficos 39 - Respostas à questão “outras crianças já me bateram fora da escola” 97
Gráficos 40 - Respostas à questão “os meus pais costumam perguntar como correu o meu dia na escola”..... 97
Gráficos 41 - Respostas à questão “sempre que preciso de ajuda os meus/minhas professores/as ajudam-me”..... 98
Gráficos 42 - Respostas à questão “na minha escola aprendi o que são direitos das Crianças" 99
Gráficos 43 - Respostas à questão “na minha escola, há pessoas adultas com quem posso falar se tiver problemas ou me sentir mal"..... 99

Gráficos 44 - Respostas à questão “na escola, tenho medo que outras crianças me possam fazer mal" 101
Gráficos 45 - Respostas à questão “na escola, tenho medo que outras crianças me possam fazer mal" 101
Gráficos 46 - Respostas à questão “quando estou doente, a minha mãe/pai leva-me ao médico" 102
Gráficos 47 - Resposta à questão “alguma vez consumiste bebidas alcoólicas ou outro tipo de drogas” 102
Gráficos 48 - Respostas à questão “quando regresso da escola, e no fim-de-semana, tenho tempo para brincar, descansar e aproveitar o tempo livre” 103
Gráficos 49 - Respostas à questão “a minha opinião é importante para a minha escola e professores" 104
Gráficos 50 - Respostas à questão “a minha opinião é importante na minha família" 104
Gráficos 51 - Respostas à questão “na minha família existem muitas discussões e às vezes batem-se" 105
Gráficos 52 - Respostas à questão “na minha família existem problemas que afetam a minha alegria" 106
Gráficos 53 - Respostas sobre o que as crianças gostam nas suas famílias . 107
Gráficos 54 - Respostas sobre o que as crianças não gostam nas suas famílias 107
Gráficos 55 - Respostas à questão sobre preocupações relacionadas com a sociedade e a escola 110
Gráficos 56 - Respostas à questão sobre problemas do dia-a-dia 111
Gráficos 57 - Respostas à questão sobre ideias prioritárias para o Concelho 112
Gráficos 58 - Respostas à questão sobre mudanças a introduzir na escola... 113
Gráficos 59 - Habilitações literárias 114
Gráficos 60 - Número de adultos do agregado familiar 115
Gráficos 61 - Número de crianças e/ou jovens do agregado familiar 115
Gráficos 62 - Idade das crianças e/ou dos jovens do agregado familiar 116
Gráficos 63 - Cumprimento dos princípios orientadores da Convenção sobre os Direitos da Criança pela instituição 121
Gráficos 64 - Oportunidade concedida às crianças de falarem sobre a vida passada e expectativas de futuro 122
Gráficos 65 - Participação das crianças na elaboração das regras da instituição 123
Gráficos 66 - Possibilidade de as crianças darem a sua opinião, organizarem e implementarem as atividades 123
Gráficos 67 - Respeito da instituição pelo princípio/direito da não discriminação 124
Gráficos 68 - Promoção pela instituição de ações que fomentem envolvimento das famílias 125
Gráficos 69 - Promoção regular pela instituição de ações direcionadas a pais/mães para o exercício da parentalidade positiva 125

Gráficos 70 - Promoção pela instituição de ações que contribuam para o desenvolvimento de competências nas crianças que funcionem como fatores protetores à violência 126
Gráficos 71 - Garantia pela instituição de procedimento de apresentação de denúncia/ queixa acessível a todas as crianças/jovens 127

5. ÍNDICE TABELAS

Tabela 1 – Itens de funcionamento interno – Pontos fortes e fraquezas / Itens de funcionamento externo – Oportunidades e Ameaças 21
Tabela 2 - Resultados globais do questionário da Presidência 23
Tabela 3 - Resultados do questionário da Modalidade Restrita, por dimensão 24
Tabela 4 - Itens com valorização positiva e negativa da Dimensão 1 – Princípios orientadores da intervenção (artigo 4º da Lei 147/99) 26
Tabela 5 - Itens com valorização extremamente positiva da Dimensão 2- Outros Princípios fundamentais de Direitos da Criança 27
Tabela 6 - Itens com valorização positiva e negativa da Dimensão 3 – Sobre a Liderança 28
Tabela 7 - Itens com valorização positiva e negativa da Dimensão 4 – Planeamento e Avaliação 29
Tabela 8 - Itens com valorização positiva e negativa da Dimensão 5 - Eficácia das intervenções junto das crianças e jovens em risco/perigo 30
Tabela 9 - Itens com valorização positiva e negativa da Dimensão - Desenvolvimento e Capacitação dos Membros 31
Tabela 10 - Itens com valorização positiva e um com valorização discordo completamente da Dimensão - Recursos Humanos e Logísticos 32
Tabela 11 - Resultados do questionário da Modalidade Alargada por Dimensão 32
Tabela 12 - Itens com valorização positiva e negativa da Dimensão 1 – Clareza da missão, visão e princípios orientadores para a intervenção da CPCJ 34
Tabela 13 - Itens com valorização positiva e negativa da Dimensão 2 – Composição e estrutura da CPCJ 34
Tabela 14 - Itens com valorização positiva e negativa da Dimensão 3 – Funcionamento da CPCJ 35
Tabela 15 - Itens com valorização positiva da Dimensão 4 – Sobre a liderança 36
Tabela 16 - Distribuição, por número e percentagem, da população residente em Castro Daire, segundo o sexo 43
Tabela 17 - Distribuição, por número, da população residente na região Centro e em Portugal Continental, segundo o sexo 44
Tabela 18 - Distribuição do número de nados-vivos e óbitos, por NUTS e por município, do ano 2017 a 2020 48
Tabela 19 - Saldo Populacional de Castro Daire 51
Tabela 20 - Saldo Populacional da região Centro e de Portugal Continental ... 51
Tabela 21 - Famílias unipessoais referente a Portugal, região de Viseu Dão Lafões e o município de Castro Daire 55
Tabela 22 - Distribuição, por número, dos indivíduos pertencentes às famílias clássicas residente em Castro Daire 56

Tabela 23 - Distribuição, por número, dos indivíduos pertencentes às famílias clássicas do Centro 56
Tabela 24 - Distribuição, por número, dos indivíduos pertencentes às famílias clássicas de Portugal Continental 56
Tabela 25 - Número de famílias monoparentais, em milhares, residentes na região Centro e em Portugal Continental 57
Tabela 26 - Distribuição de famílias clássicas, com 3 ou mais indivíduos, residentes na região Centro e em Portugal Continental, segundo os Censos de 2001 e de 2011 59
Tabela 27 - Indicadores de Educação, 2020 63
Tabela 28 - Taxa bruta de escolarização (%), por sexo, na região Centro e em Portugal Continental 64
Tabela 29 - Número total de equipamentos educativos (privados e públicos) no município de Castro Daire 64
Tabela 30 -Número de alunos matriculados por nível de ensino, por natureza do estabelecimento público da região Centro e de Portugal Continental 66
Tabela 31 - Indicadores de Educação, 2020 67
Tabela 32 - Taxa de retenção e desistência (%), por nível de ensino, dos alunos da região Centro 67
Tabela 33 - Taxa de retenção e desistência (%), por nível de ensino, dos alunos em Portugal Continental 68
Tabela 34 - Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem, na região Centro e em Portugal Continental, por sexo 70
Tabela 35 - Número de desempregados no ano de 2011 71
Tabela 36 - Média anual da população desempregada inscrita nos centros de emprego e de formação profissional da região Centro 72
Tabela 37 - Média anual da população desempregada inscrita nos centros de emprego e de formação profissional de Portugal Continental 72
Tabela 38 - Famílias com processamento de RSI, no distrito de Viseu e a nível nacional 74
Tabela 39 - Número de titulares com processamento de abono de família, por sexo, centro distrital e continental 77
Tabela 40 - Distribuição, por número, dos beneficiários com processamento de subsídio por assistência a filho na região Centro e em Portugal Continental ... 78
Tabela 41 - Percentagem de crianças/jovens, dos 11 aos 19 anos, com excesso de peso, por género e escolaridade, na região Centro 80
Tabela 42 - Distribuição, por categorias de perigo, do número de crianças diagnosticadas pelas Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ), no ano de 2016, a nível nacional 86
Tabela 43 - Distribuição, por categorias de perigo, do número de crianças diagnosticadas pelas Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ), no ano de 2016, a nível nacional 87
Tabela 44 - Distribuição, por número e tipologia, das Medidas de Promoção e Proteção aplicadas pelas Comissões de Proteção de Crianças e Jovens a nível nacional 89
Tabela 45 - Brincadeira e Lazer 116
Tabela 46 - Participação e Cidadania 117

Tabela 47 - Segurança e Proteção 117
Tabela 48 - Saúde 118
Tabela 49 – Educação 118
Tabela 50 - Conciliação entre e vida familiar e trabalho 119

6. Mensagem do Presidente da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Castro Daire

Enquanto Presidente da CPCJ, não podia deixar de passar a oportunidade para felicitar todos os elementos que compõem esta Comissão pela dedicação e empenho que colocam nesta causa, cujo objetivo primordial é prevenir ou pôr termo a todas as situações que afetam a segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento integral das crianças e jovens.

Trata-se de uma instituição oficial não judiciária, com autonomia funcional, que visa promover os direitos das crianças e dos jovens.

Não tenho dúvida que o "Projeto Adélia", promovido pela Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção de Crianças e Jovens, vai permitir capacitar as famílias para o exercício de uma parentalidade positiva.

Com a elaboração do diagnóstico local da realidade infantojuvenil de Castro Daire, estamos em melhores condições para defender as nossas crianças e jovens.

O referido diagnóstico permitirá alavancar a criação de um plano local de promoção dos direitos e proteção de crianças, articulada com todos os setores da Comunidade.

Investir nas crianças e jovens do nosso concelho é investir no futuro.

O Presidente

Armando Rodrigues de Lemos

7. Introdução

A intervenção concertada, dinâmica e orientada constitui uma das prioridades da Comissão de Proteção das Crianças e Jovens de Castro Daire sustentada num trabalho de parceria efetivo com as demais entidades, baseando-se em metodologias participativas, com o intuito de erradicar situações de perigo e promovendo o bem-estar das crianças e jovens em acompanhamento. Neste sentido, o Plano Local para a Promoção e Proteção dos Direitos das Crianças e Jovens do concelho de Castro Daire, assume-se como um documento orientador para a ação protetiva da CPCJ.

A fundamentação para a construção deste Plano Local de Promoção e Proteção é explicada em cinco pontos, a saber:

1. No suporte legal da ação das entidades com competência em matéria de infância e juventude, nomeadamente na Lei nº 147/2009, de 1 de setembro, com as sucessivas alterações, quando no seu artº 7º, ponto nº 1, prevê que se criem *"planos de ação local para a infância e juventude, visando a promoção, defesa e concretização dos direitos da criança e do jovem."*

2. No Projeto Adélia, enquanto documento *"de apoio à parentalidade positiva e à capacitação parental que* funcione *como estratégia preventiva para a promoção e proteção dos direitos da criança" e na recomendação do Conselho da Europa de 2016 que pretende que os pais sejam um elemento "empoderador", não violento, do pleno desenvolvimento das crianças.*

3. Na Convenção dos Direitos da Criança, ao considerar as crianças sujeitos dotados de direitos, *"o que obriga ao planeamento de políticas, programas e estratégias que olhem para a criança de um modo holístico e tendo em conta, não apenas a sua proteção, como todo o seu desenvolvimento físico, mental, emocional e espiritual."*

4. Na “Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável”, ao “obrigar” a tecer estratégias para cumprimento de alguns dos objetivos traçados, como sejam a erradicação da pobreza e da fome, a oferta de educação de qualidade e a promoção da igualdade de género.

5. Na recomendação feita pela Comunidade Europeia para se investir nas crianças como forma de exponenciar o desenvolvimento da sociedade.

Os Objetivos Estratégicos do Plano são:

- Capacitar os elementos da CPCJ e promover ações de divulgação e sensibilização junto da comunidade;
- Promover a participação ativa de todos os elementos do agregado familiar, de modo a reforçar laços afetivos e de coesão familiar;
- Promover a interação entre a Escola e as Famílias;
- Promover o bem-estar físico e psicossocial.

Finalizado o documento, este será aprovado em reunião de Modalidade Alargada da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Castro Daire. Resulta deste trabalho uma satisfação pessoal e institucional pela partilha de responsabilidades, pelo cumprimento do empenho técnico e profissional de todos os envolvidos.

8. Autodiagnóstico

1. Preâmbulo

O autodiagnóstico tem como objetivo proporcionar à CPCJ as condições necessárias para o desenvolvimento e aprimoramento do seu modo de desempenho, com vista a que atinja níveis satisfatórios de eficiência e eficácia. Portanto, o presente autodiagnóstico nada mais é que um processo de recolha, análise e interpretação de informações do funcionamento da CPCJ. No contexto da CPCJ, o processo de autodiagnóstico possui benefícios que são de grande valia, como a análise das áreas e setores onde se encontram carências. Nas características da CPCJ e nas potencialidades que esta imprime na comunidade, será necessário e pertinente buscar soluções.

Neste sentido, o autodiagnóstico apresenta-se como um instrumento crítico ao sucesso dos processos de mudança e à adaptação da CPCJ à complexidade dos processos de promoção e proteção das crianças e jovens. Em suma, permite o estabelecimento de uma visão integrada e articulada da CPCJ, resultando em mais agilidade para superar os obstáculos e consequentemente melhor gestão dos recursos e investimento, a médio e longo prazo, contribuindo para a melhoria contínua.

2. Metodologia e Procedimentos

O autodiagnóstico da CPCJ de Castro Daire cumpre na sua metodologia, três etapas essenciais:

1) Recolha de dados (identificação das potencialidades e vulnerabilidade);

2) Interpretação dos resultados obtidos (sintetização e padronização)

3) Desenvolvimento de um Plano de Ação.

A metodologia utilizada versou numa abordagem qualitativa e quantitativa. A nível qualitativo procedeu-se à técnica de Análise SWOT, permitindo identificar: 1) As forças (Strengths), ou seja, os aspetos positivos, com dimensões que, numa dada organização, funcionam bem ou que podem ser consideradas como mais-valias para o desenvolvimento dos trabalhos em questão (neste caso a elaboração do Plano Local de Promoção e Proteção dos Direitos das Crianças e Jovens); 2) As fraquezas (Weaknesses), ou seja, os aspetos menos positivos, as dimensões internas da organização que podem constituir-se como fragilidades que devem ser anuladas ou problemas que devem ser resolvidos; 3) Identificar oportunidades (Opportunities), isto é, elementos externos à organização que se podem constituir como recursos à resolução de problemas; 4) Ameaças (Threats), são elementos externos à organização e dinâmica que podem ser obstáculos à mudança/melhoria desejada.

Esta análise SWOT, foi realizada em reunião da Modalidade Alargada, com a participação de 9 elementos, dum total de 20 que compõem a Modalidade Alargada da CPCJ, perfazendo uma participação de 40%.

Na abordagem quantitativa recorreu-se a três questionários distintos, propostos pelo Centro de Estudos para a Intervenção Social (CESIS) e pela Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens (CNPDPCJ), dirigidos à Presidência, à Modalidade Restrita e à Modalidade Alargada.

O questionário da Presidência é composto por três dimensões: 1) Clareza da missão, visão e princípios orientadores para a intervenção da CPCJ; 2) Princípios orientadores da intervenção (artigo 4º da Lei 147/99) e 3) Sobre a Liderança; num total de 22 itens, numa escala tipo likert: 1) Discordo completamente ou afirmação completamente falsa; 2- Discordo; 3- Concordo e 4 – Concordo inteiramente ou afirmação totalmente correta, incluído ainda as opções de “não sei” e “não se aplica”; acrescido de 4 questões abertas. Este questionário foi preenchido pela Presidente em funções.

O questionário da modalidade restrita, é composto por sete dimensões: 1) Princípios orientadores da intervenção (artigo 4º da Lei 147/99); 2) Outros princípios fundamentais de direitos da criança; 3) Sobre a Liderança; 4) Planeamento e Avaliação; 5) Eficácia das intervenções junto das crianças e jovens em risco/perigo; 6) Desenvolvimento e Capacitação dos Membros; 7) Recursos Humanos e Logísticos; num total de 89 itens, numa escala tipo Likert: 1) Discordo completamente ou afirmação completamente falsa; 2) – Discordo; 3 – Concordo e 4 – Concordo inteiramente ou afirmação totalmente correta, incluindo ainda as opções de "não sei" e " não se aplica". O questionário respeitante à Modalidade Restrita foi preenchido por seis dos sete elementos que dela fazem parte, numa percentagem de 85,70.

Por último, o questionário da modalidade alargada, e composto quatro dimensões, sendo: 1) Clareza da missão, visão e princípios orientadores para a intervenção da CPCJ; 2) Composição e estrutura da CPCJ; 3) Funcionamento da CPCJ e 4) Sobre a Liderança; num total de 34 itens, numa escala tipo Likert: 1) Discordo completamente ou afirmação completamente falsa; 2) – Discordo; 3 – Concordo e 4 – Concordo inteiramente ou afirmação totalmente correta, incluído ainda as opções de "não sei" e "não se aplica". O questionário respeitante à Modalidade Alargada foi preenchido por doze dos vinte elementos que dela fazem parte, numa percentagem de 60.

Para a análise destes três questionários optou-se pelos intervalos por referência à soma, opções concordo e concordo plenamente: 0 -25% valor negativo, área a investir; 26-46% valor médio negativo, área a melhorar; 45-55% valor médio, área a refletir; 56-75% valor positivo, área de competência a consolidar; 76-100% valor bastante positivo, área de competência a manter.

3. Resultados

A identificação das Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças, ao nível da Comissão na Modalidade Alargada, foi realizada por nove dos vinte elementos que a compõem, num exercício de autorreflexão, caracterizando o estado atual da CPCJ de Castro Daire, reconhecendo unanimemente, ao nível do funcionamento interno, os seus pontos fortes e fraquezas e, ao nível do

ambiente externo, as oportunidades e ameaças colocadas, conforme tabela infra:

	Forças	Fraquezas
AMBIENTE INTERNO/FATORES INTERNOS	- Boas instalações; - Equipa coesa; - Bom domínio dos instrumentos/recursos e parceiros na comunidade; - Empatia; - Persistência; - Criatividade, variedade e inovação na construção de instrumentos para a abordagem das diferentes problemáticas; - Realçar e valorizar sempre as sugestões da Comissão Nacional, no tratamento das Diversas temáticas anuais;	- Envolvimento desigual dos membros da CPCJ; - Baixa disponibilidade por parte de alguns membros e parceiros; - Falta de formação;

	OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
AMBIENTE EXTERNO/FATORES EXTERNOS	- Recursos da comunidade; - Formação em matéria de Direitos da criança e problemáticas associadas à infância e juventude; -Criação de parceiros; - Possibilidade de comunicar aos pais alguma formação, sobre o modo de estar e agir com as suas crianças e jovens;	- Conhecimento distorcido da missão da CPCJ; - Isolamento geográfico; - Povoamento disperso; - As novas realidades / dinâmicas familiares; - O contexto socioeconómico do concelho; - Fluxo migratório - Desvalorização da escola por parte dos jovens; - Persistência de comportamentos desviantes (droga, álcool, prostituição, violência doméstica…) - Parentalidade consciente – falta de formação por parte dos pais/encarregados de educação que reflete o modo de agir com crianças/jovens;

***Tabela 1** – Itens de funcionamento interno – Pontos fortes e fraquezas / Itens de funcionamento externo – Oportunidades e Ameaças*

As ameaças (*Threats*) são elementos externos à organização e dinâmica da CPCJ que têm enorme influência em toda a orgânica e força de ação da

Comissão. De realçar as caraterísticas socioeconómicas e geográficas que provocam fluxos migratórios. A desvalorização da escola, os comportamentos desviantes e a falta de parentalidade consciente constituem uma realidade ameaçadora ao bom desenvolvimento do trabalho da Comissão. As fraquezas respeitam sobretudo à falta de disponibilidade e consequente envolvimento desigual e falta de busca de formação. A CPCJ goza de forças francamente positivas quer a nível físico com gabinetes e salas de boas condições, quer a nível humano com elementos na sua maioria formando uma equipa unida, persistente e criativa. A CPCJ tem a preocupação de valorizar e aproveitar parcerias e recursos da comunidade.

Dimensão / Item	4	3	2	1	NS	NA
1. **Clareza da missão, visão e princípios orientadores para a intervenção da CPCJ**						
1.1. **Identifico-me com missão e a visão da CPCJ**	100%	-	-	-	-	-
1.2. **Dissemino a missão e a visão da CPCJ por todos os novos membros, a quanto a sua entrada**	100%	-	-	-	-	-
2. **Princípios orientadores da intervenção (artigo 4º da Lei 147/99)**						
2.1. **Sei que a CPCJ adotou critérios para avaliar/determinar o superior interesse da criança**	100%	-	-	-	-	-
2.2. **Sei que a CPCJ adotou critérios para apoiar a audição e participação das crianças**	-	-	-	-	-	100%
3. **Sobre a Liderança**						
3.1. **Enquanto elemento da Presidência reconheço-me como alguém comprometido com a missão da CPCJ**	100%	-	-	-	-	-
3.2. **Enquanto elemento da Presidência comunico orientações que considero claras**	-	100%	-	-	-	-
3.3. **Considero que o tempo que dedico à CPCJ é adequado, conseguindo imprimir um ritmo apropriado para o desenvolvimento da ação da CPCJ**	-	-	-	100%	-	-
3.4. **Costumo planear as reuniões e o trabalho, de forma eficaz e eficiente**	-	100%	-	-	-	
3.5. **Possuo formação adequada e conhecimentos específicos, nas áreas de intervenção da CPCJ**	-	100%	-	-	-	-
3.6. **Comunico de forma frequente, adequada e transparente, demonstrando capacidade para aceitar os diferentes**	-	100%	-	-	-	-

pontos de vista						
3.7. **Consigo mobilizar para uma visão partilhada e um objetivo comum, promovendo distribuição de tarefas de forma equitativa entre os membros**	-	100%	-	-	-	-
3.8. **Possuo competências de negociação, resolução de conflitos e problemas, prestando atenção às preocupações, necessidades e contributos individuais dos diferentes membros**	-	100%	-	-	-	-
3.9. **Promovo uma participação efetiva dos parceiros e das famílias/crianças/jovens, de forma que a mesma seja eficiente e eficaz**	-	100%	-	-	-	-
3.10. Empenho-me na obtenção de recursos (humanos, logísticos, físicos, financeiros…), para a CPCJ	100%	-	-	-	-	-
3.11. Contribuo para que o papel da CPCJ seja clarificado e reconhecido na comunidade, como instituição de referência na promoção dos direitos e proteção de crianças e jovens	100%	-	-	-	-	-
3.12. Empenho-me em promover o sentimento de pertença de todos os membros e demais entidades da comunidade	-	100%	-	-	-	-
3.13. Sou avaliada/o pelos membros da CPCJ	-	100%	-	-	-	-
3.14. Delego grande parte das minhas funções noutro elemento da CPCJ	100%	-	-	-	-	-
3.15. Supervisiona ativamente o trabalho das/os profissionais apoiando-os/as onde sentem mais dificuldade e criando estratégias de trabalho efetivas para a equipa	-	100%	-	-	-	-
3.16. Discuto a avaliação individual com cada técnica/o	-	100%	-	-	-	-
3.17. Revejo, com cada profissional, as estratégias de trabalho e defino os progressos a alcançar	-	100%	-	-	-	-
3.18. Incentivo as/os técnicas/os a partilhar as suas ideias e experiências	-	100%	-	-	-	-

Tabela 2 *- Resultados globais do questionário da Presidência*

Discordo completamente ou afirmação completamente falsa; 2– Discordo; 3- Concordo; 4- Concordo inteiramente ou afirmação totalmente correta; NS- Não sei; NA- Não se aplica

Pela leitura dos resultados apresentados no questionário da Presidência os itens foram respondidos na sua grande maioria com a classificação 4 – Concordo inteiramente ou afirmação totalmente correta a 100%, no entanto existe um aspeto em que o Presidente considera não dedicar à CPCJ o devido

tempo com a classificação 1– Discordo completamente ou afirmação completamente falsa a 100%.

No questionário aplicado aos 6 Elementos da Modalidade Restrita, apresentam-se no quadro seguinte os resultados globais por dimensão:

Dimensão	%Médias					
	4	3	2	1	NS	NA
1) **Princípios orientadores da intervenção (artigo 4º da Lei 147/99) –** *17 itens*	58,82	17,64	11,76	0	0	0
2) **Outros princípios fundamentais de direitos da criança** – *8 itens*	37,5	62,5	0	0	0	0
3) **Sobre a Liderança –** *18 itens*	5,55	94,44	0	0	0	0
4) **Planeamento e Avaliação –** *16 itens*	37,5	12,5	12,5	6,25	0	31,25
5) **Eficácia das intervenções junto das crianças e jovens em risco/perigo –** *16 itens*	43,75	37,5	18,75	0	0	0
6) **Desenvolvimento e Capacitação dos Membros –** *7 itens*	57,14	42,85	14,28	0	0	0
7) **Recursos Humanos e Logísticos –** *7 itens*	57,14	42,85	0	14,28	0	0

Tabela 3 *- Resultados do questionário da Modalidade Restrita, por dimensão*

Discordo completamente ou afirmação completamente falsa; 2– Discordo; 3– Concordo, 4– Concordo inteiramente ou afirmação totalmente correta; NS – Não sei; NA – Não se aplica

Na tabela anterior, foram apresentados os resultados do questionário preenchidos por 6 dos 7 elementos pertencentes à Modalidade Restrita da CPCJ de Castro Daire. Assim a perceção dos membros quanto ao funcionamento da Comissão na sua Modalidade Restrita é, na globalidade uma avaliação muito positiva. Em termos médios nas 7 dimensões obteve-se uma valorização positiva (concordo inteiramente e concordo), de 86,8%. Em relação à dimensão 5 – Eficácia das intervenções junto das crianças e jovens em risco/ perigo obteve-se uma valorização positiva (concordo inteiramente e concordo), de 81,25%.

De realçar que o menor valor positivo recai sobre a Dimensão 3 – Sobre a Liderança com 5,55% e a maior valorização positiva recai sobre a Dimensão 1 – Princípios orientadores da intervenção com 58,82%.

O nosso ponto de vista incide em particular sobre o primeiro ponto da avaliação positiva, isto é, 4) Concordo inteiramente ou afirmação totalmente correta.

Importa igualmente dar o devido destaque aos valores negativos (Discordo e discordo totalmente) sendo a dimensão 1- Princípios orientadores da intervenção com 11,76% de discordo; na dimensão 4 – Planeamento e avaliação com 12,5% de discordo, 6,25% de discordo totalmente e 31,25% que NA (não sei).

Na dimensão 5 – Eficácia das intervenções junto das crianças e jovens em risco/perigo obteve-se uma valorização negativa de 18,75% de discordo.

Na dimensão 6 – Desenvolvimento e capacitação dos membros com 14,28% de discordo e 14,28% de discordo totalmente na dimensão 7 – Recursos Humanos e Logísticos.

As dimensões 4 e 7 merecem a nossa especial atenção e reflexão relativamente aos dados negativos, de modo a encontrar uma causa plausível para os resultados.

De modo a proceder à avaliação mais pormenorizada dos resultados com os itens com valorização positiva e os itens com valorização negativa, apresentamos uma tabela mais elucidativa.

	Itens com valorização concordo inteiramente (4)	**Itens com valorização discordo (2)**
	Eu recebi informação escrita sobre os princípios orientadores da intervenção da CPCJ quando me juntei à equipa	Eu conheço os critérios da CPCJ para implementar a audição e participação das crianças e jovens.
	Eu conheço a política interna sobre a proteção das crianças da CPCJ	Eu não tenho dificuldade em aplicar os critérios da CPCJ para implementar a

		audição e participação das crianças e jovens, na minha intervenção direta, junto das crianças e jovens
	Eu conheço os critérios da CPCJ para avaliar/determinar o superior interesse da criança	Eu dou informação por escrito a todas as crianças/jovens sobre como decorrerá o processo de tomada de decisão
	Eu informo todas a crianças/jovens sobre a possibilidade de colocar questões e providencio respostas às suas dúvidas de modo a que a criança/jovem compreenda.	Eu informo todas as crianças/jovens por escrito sobre os seus direitos dos motivos que determinam a intervenção e da forma como esta se processa.
	As entrevistas/comunicações com as crianças são feitas em ambiente adequado (por exemplo em respeito à sua privacidade, proteção, idade, ou outras necessidades)	
	As crianças/jovens participam ativamente no processo de tomada de decisão. Quando a decisão é contrária ao desejo da criança/jovem eu explico – lhes o porquê da tomada dessa decisão e não aquela que a criança/jovem preferia	
	A partir dos 12 anos de idade ou de acordo com a sua maturidade e capacidades, eu peço sempre a declaração de não oposição/oposição por escrito a todas as crianças/jovens.	
	Eu informo todas as crianças/jovens oralmente sobre os seus direitos e os motivos que determinam a intervenção e da forma como esta se processa.	
	Eu informo todos os pais/mães ou representantes legais oralmente sobre os seus direitos, os motivos que determinam a intervenção e a forma como esta se processa.	
	Eu informo todos os pais/mães ou representantes legais por escrito os seus direitos, os motivos que determinam a intervenção e a forma como esta se processa.	

Tabela 4 *- Itens com valorização positiva e negativa da Dimensão 1 – Princípios orientadores da intervenção (artigo 4º da Lei 147/99)*

Da tabela supra, registamos uma boa receção e acolhimento de todos os membros que integram e iniciam funções na CPCJ de Castro Daire. Os procedimentos são fundamentados com a Lei e tendo em conta os princípios fundamentais dos Direitos das Crianças/Jovens. Importa ressaltar algumas dificuldades sentidas quanto à informação, audição e participação das Crianças/Jovens. Embora haja conhecimento, por parte dos Elementos da Comissão dos procedimentos a adotar, ainda existem falhas quanto a "envio de informação por escrito a todas as crianças/jovens sobre como decorrerá o processo de tomada de decisão".

	Itens com valorização concordo inteiramente (4)
Questionário Modalidade Restrita - Dimensão dos Outros Princípios Fundamentais de Direitos da Criança	Todos os contactos e comunicações com crianças/jovens são feitos, por mim, no respeito pela sua privacidade e dignidade
	Considero que a localização e horário de funcionamento da CPCJ são adequados às necessidades das crianças/jovens em idade escolar que necessitem de acesso aos seus serviços/atendimento
	No relacionamento direto com as crianças/jovens tenho uma atitude inclusiva, independentemente do contexto de proveniência da criança, nacionalidade, orientação sexual ou outro estatuto

Tabela 5 *- Itens com valorização extremamente positiva da Dimensão 2- Outros Princípios fundamentais de Direitos da Criança*

Na tabela 5 constata-se uma perceção muito positiva no que se refere ao contacto e comunicação com as Crianças/Jovens e respetivas famílias respeitando a sua individualidade e aplicando atitude mais humanista e promovendo uma maior proximidade e uma intervenção centrada na família e nas suas características. Ainda muito favorável se destaca a "localização e horário de funcionamento da CPCJ", visto que vão de encontro às necessidades das crianças/jovens em idade escolar que necessitem de acesso aos seus serviços/atendimento.

Questionário Modalidade Restrita - Dimensão sobre a Liderança	Itens com valorização concordo inteiramente (4)
	Sei que o Presidente delega grande parte das suas funções noutro elemento da CPCJ

Tabela 6 *- Itens com valorização positiva e negativa da Dimensão 3 – Sobre a Liderança*

Devido às funções atribuídas pelo Município ao Presidente desta CPCJ, embora este esteja inteirado de todos os assuntos inerentes ao funcionamento e estrutura da mesma, o mesmo delega praticamente todas as funções a um outro elemento da CPCJ.

De referir que o Presidente da CPCJ não efetua a análise e revisão dos processos de promoção e proteção, visto que em sede de reunião da Comissão Restrita é efetuada uma análise a todos os processos e respetivas deliberações, não necessitando de uma análise e revisão por parte do Sr. Presidente. O mesmo deposita uma confiança e autonomia técnica nos elementos que compõem a Restrita.

	Itens com valorização concordo inteiramente (4)	**Itens com valorização discordo (2)**
Questionário Modalidade Restrita - Dimensão do Planeamento e Avaliação	Conheço os planos anuais de atividades da CPCJ	Sei que a avaliação do plano anual de atividades inclui a recolha formal da perspetiva das famílias, bem como das crianças/jovens
	Conheço as metas, objetivos e indicadores de progresso e avaliação incluídos no plano	Sei que os resultados da avaliação do plano são utilizados para definir novas metas e objetivos
	Eu participo na elaboração do plano anual	
	Sei que o plano anual de atividades é monitorizado semestralmente	
	Sei que o plano anual de atividades é avaliado	

	anualmente	
	Sei que a avaliação do plano anual de atividades inclui a recolha formal da perspetiva das entidades da comunidade	

Tabela 7 *- Itens com valorização positiva e negativa da Dimensão 4 – Planeamento e Avaliação*

Relativamente ao planeamento e avaliação verificou-se que a CPCJ de Castro Daire procede a um planeamento da sua estratégia e ação, envolvendo a participação de todos os elementos da Modalidade Restrita. Todos conhecem as metas e objetivos definidos para que possa haver progresso e alcançar resultados satisfatórios. Todos têm consciência que o planeamento e a execução e posterior avaliação são fundamentais para monitorizar e avaliar os progressos.

O planeamento da CPCJ ao nível do Plano Anual de Atividades não contempla a participação ativa das famílias e das crianças/jovens, merecendo uma melhoria e alteração neste procedimento de modo a que haja um envolvimento/ participação das mesmas. É reconhecido que deverá haver uma atenção especial na elaboração da definição de novas metas e objetivos, através dos resultados da avaliação do Plano.

	Itens com valorização concordo inteiramente (4)	**Itens com valorização discordo (2)**
Questionário Modalidade Restrita - Dimensão da Eficácia das Intervenções junto das Crianças e Jovens em Risco/Perigo	Considero que todas as crianças/jovens têm um gestor/a de caso	Considero que em todos os processos em que trabalho, é garantida a não-revitimação das crianças/jovens
	Sei que cada gestor/a de caso é efetivamente apresentado/a como tal às crianças, jovens e suas famílias	Tenho consciência de que os serviços locais têm a qualidade necessária para apoiar efetivamente cada criança/jovem com uma medida de proteção/promoção, de modo holístico e no respeito pelos seus direitos.
	Atuo no sentido de, independentemente da situação da criança/jovem, esta nunca ser entrevistada múltiplas vezes para o mesmo propósito e por profissionais diferentes	Conheço os recursos locais existentes que podem facilitar o acesso a alojamento de emergência para crianças/jovens que assim necessitem
	Integro uma equipa que tem um	

	carácter verdadeiramente multidisciplinar	
	Nas situações que acompanho, as crianças/jovens vítimas de crime são imediatamente conduzidas para serviços especializados	
	Sei que a CPCJ acompanha efetivamente todas as crianças/jovens com medidas de proteção/promoção	
	De um modo geral, eu sinto que CPCJ reúne todas as condições para garantir uma intervenção atempada, eficaz, de qualidade e no respeito pelos direitos de todas as crianças/jovens	

Tabela 8 *- Itens com valorização positiva e negativa da Dimensão 5 - Eficácia das intervenções junto das crianças e jovens em risco/perigo*

Os valores apresentados sobre a dimensão da Eficácia das Intervenções juntos das Crianças/Jovens, traduz-se numa perceção bastante favorável, porque há uma consciência de que a equipa de trabalho tem um caráter verdadeiramente multidisciplinar, onde todas as áreas do saber são importantes e valorizadas. A CPCJ acompanha todas as crianças/jovens com medidas de promoção e proteção e sinaliza as situações consideradas crime para outras instâncias, de modo a que seja sempre assegurado o interesse superior das crianças.

O princípio da intervenção mínima é sempre garantido, no entanto são efetuadas diligências para que seja feita uma avaliação diagnóstica, identificando os fatores protetores e de risco na criança/jovem e na sua família. Deste modo, a CPCJ reúne todas as condições para garantir uma intervenção atempada, eficaz, de qualidade e no respeito dos Direitos das crianças/jovens.

No que concerne às perceções mais negativas, damos ênfase ao facto de não ser garantida a não – revitimação das crianças/jovens, assim como a falta de consciência dos serviços locais e de qualidade para apoiar efetivamente cada menor com Medida de Promoção e Proteção.

	Itens com valorização concordo inteiramente (4)	Itens com valorização discordo (2)
Questionário Modalidade Restrita - Dimensão do Desenvolvimento e Capacitação dos Membros	Eu frequentei formação inicial para o exercício das minhas funções	Sei que a CPCJ faz uso de consultoria externa no âmbito das suas competências/atribuições/ações
	Eu já frequentei ações de formação contínua para o exercício das minhas funções	
	Eu tenho formação especializada sobre os direitos da criança	
	A minha prática profissional tem beneficiado da colaboração e partilha de boas práticas com outras CPCJ	

Tabela 9 *- Itens com valorização positiva e negativa da Dimensão - Desenvolvimento e Capacitação dos Membros*

Nesta tabela estão representados os resultados para a dimensão do desenvolvimento e capacitação dos membros. No geral, todos possuem formação inicial e frequência de ações de formação contínua para o exercício das suas funções. Na sua grande maioria têm formação especializada sobre os Direitos da Criança. A colaboração e a partilha de conhecimentos e boas práticas com outras CPCJ têm beneficiado muito o trabalho efetivo.

	Itens com valorização concordo inteiramente (4)	Item com valorização discordo completamente (1)
Questionário Modalidade Restrita - Dimensão sobre Recursos Humanos e Logísticos	Considero que tenho o perfil humano (temperamento, motivação, etc.) e técnico (formação, experiência, etc.) adequado ao tipo de trabalho que desenvolvo na CPCJ	Considero que a CPCJ promove iniciativas com vista à prevenção do *burnout* e outros riscos psicossociais, e à de promoção do meu bem-estar
	Acho que existe espaço físico adequado e confortável para as/os profissionais	
	Acho que os espaços físicos disponíveis são adequados para o atendimento das famílias	

	Sinto que existem condições de garantia de segurança para o desenvolvimento do trabalho	

Tabela 10 *- Itens com valorização positiva e um com valorização discordo completamente da Dimensão - Recursos Humanos e Logísticos*

Na última dimensão do questionário relativo à Modalidade Restrita, respeitante à dimensão de Recursos Humanos e logísticos, verificam-se perceções favoráveis quanto ao perfil profissional a exercer funções na CPCJ e quanto ao espaço físico que garante condições de segurança e conforto, especialmente adequado aos atendimentos das famílias e das crianças/jovens. Nas perceções desfavoráveis destaca-se o facto de não existirem iniciativas com vista a prevenção do burnout e outros riscos psicossociais, assim como a promoção do bem-estar dos membros.

No questionário aplicado aos 12 elementos da Modalidade Alargada apresentam-se no quadro seguinte os resultados globais por dimensão.

Dimensão	**%Médias**					
	4	**3**	**2**	**1**	**NS**	**NA**
1. Clareza da missão, visão e princípios orientadores para a intervenção da CPCJ – *6 Itens*	6,95	50	33,3	0	9,72	0
2. Composição e estrutura da CPCJ- *6 Itens*	8,33	44,4	19,4	0	27,8	0
3. Funcionamento da CPCJ – *8 Itens*	28,12	30,20	29,2	0	0	12,5
4. Sobre a liderança – *14 Itens*	0	79,6	1,19	0	10,12	8,93

Tabela 11 *- Resultados do questionário da Modalidade Alargada por Dimensão*

1- Discordo completamente ou afirmação completamente falsa; 2 – Discordo; 3 – Concordo, 4 – Concordo inteiramente ou afirmação totalmente correta; NS – Não sei; NA – Não se aplica;

A perceção dos membros da Modalidade Alargada da CPCJ de Castro Daire quanto ao seu autodiagnóstico é, na globalidade, positiva. Assim A Dimensão 1 – Clareza da missão, visão e princípios orientadores para a intervenção da CPCJ, obteve-se 56,95%, 52,73% da Dimensão 2 – Composição e estrutura da CPCJ, 58,32% da Dimensão 3 – Funcionamento da CPCJ e 79,6% da Dimensão 4 – Sobre a Liderança.

De referir, a valorização negativa que se registou na dimensão 1 (33,3%), dimensão 2 (19,4%), dimensão 3 (29,2%) e dimensão 4 (1,19%).

Algumas dimensões registaram desconhecimento (não sei) ou que não se aplicavam ao contexto, sobretudo, na dimensão 1 – Clareza da missão, visão e princípios orientadores para a intervenção da CPCJ (9,72%) e dimensão 2 – Composição e estrutura da CPCJ (27,8%). Estes valores poderão resultar de um menor envolvimento e desconhecimento do funcionamento da Modalidade Alargada por desmotivação e desinteresse dos mesmos.

Seguidamente, para uma avaliação mais detalhada, apresenta-se um quadro por cada dimensão, com os itens com valorização concordo e concordo inteiramente (3 e 4) a e os itens com valorização discordante (2)

	Itens com valorização concordo (3) e valorização concordo inteiramente (4)	**Item com valorização discordo (2)**
Questionário Modalidade Restrita - Dimensão da Clareza da missão, visão e princípios orientadores para a intervenção da CPCJ	Identifico-me com a missão e a visão da CPCJ	Quando entrei para a CPCJ tive imediatamente conhecimento da sua missão e visão
	Conheço a legislação que enquadra o funcionamento e competências da CPCJ	A missão e a visão da CPCJ estão compreendidas e assimiladas por todos os membros
	Conheço os princípios orientadores da intervenção (artigo 4º da Lei 147/99)	
	Tenho conhecimento da política interna sobre a proteção das crianças	

Tabela 12 - Itens com valorização positiva e negativa da Dimensão 1 – Clareza da missão, visão e princípios orientadores para a intervenção da CPCJ

Da tabela 12, regista-se que a Modalidade Alargada se identifica com a missão e a visão da CPCJ de Castro Daire, assim como um bom conhecimento da legislação que enquadra o funcionamento e competências e dos princípios orientadores da intervenção desta CPCJ, devidamente enquadrados na legislação vigente.

Importa referir que alguns elementos ao integrarem a equipa da CPCJ não tiveram, de imediato, o conhecimento da sua missão e visão.

	Itens com valorização concordo (3) e valorização concordo inteiramente (4)	**Item com valorização discordo (2)**
Questionário Modalidade Restrita - Dimensão da Composição e estrutura da CPCJ	Sei que a composição da modalidade alargada da CPCJ obedece ao artigo 17º da Lei 147/99	Enquanto membro da modalidade alargada cumpro com a afetação mínima de 8h mensais, realizadas em período normal de trabalho
	Enquanto membro da modalidade alargada tenho conhecimento das minhas competências/funções na CPCJ	Sei que os membros da modalidade alargada cumprem com a afetação mínima de 8h mensais, realizadas em período normal de trabalho
	Tenho conhecimento do regulamento interno que foi aprovado pela Comissão/Modalidade Alargada	
	Sei que o Regulamento interno da CPCJ foi elaborado a partir do regulamento-tipo da CNPDPCJ	

Tabela 13 - Itens com valorização positiva e negativa da Dimensão 2 – Composição e estrutura da CPCJ

Na tabela supra regista-se que na Modalidade Alargada existe um conhecimento do Regulamento Interno da CPCJ de Castro Daire, assim como

da Lei de Promoção e Proteção, manifestando igualmente conhecimento das competências enquanto elemento integrante da CPCJ.

Relativamente à valorização negativa é de referir que os elementos integrantes não cumprem a afetação mínima de 8h mensais.

É reconhecido que o não cumprimento pode levar a um trabalho de lacunas e ineficácia.

	Itens com valorização concordo (3) e valorização concordo inteiramente (4)	**Item com valorização discordo (2)**
Questionário Modalidade Restrita - Dimensão de Funcionamento da CPCJ	Tenho conhecimento atempado da calendarização e agenda das reuniões	Cumpro com as minhas funções na Modalidade Alargada, de acordo com o previsto no artigo 18º da Lei 147/99
	Sinto-me livre para participar e expressar o meu parecer	Participo na concretização de ações de prevenção
	Articulo regularmente com todos os membros para a concretização das ações da CPCJ	Participo com a periodicidade mínima mensal nas reuniões da Comissão Alargada
		Participo em grupos de trabalho para assuntos específicos

Tabela 14 *- Itens com valorização positiva e negativa da Dimensão 3 – Funcionamento da CPCJ*

Na dimensão de funcionamento da CPCJ existe uma valorização positiva no conhecimento da planificação de reuniões e/ou outros trabalhos agendados na CPCJ. Regista-se também a liberdade de expressão quer na sugestão de atividades, quer na opinião /parecer em todos os assuntos relacionados com a Comissão. Destaca-se também a regularidade de articulação entre os membros para a concretização de ações previstas.

Urge refletir acerca do cumprimento das funções da Modalidade Alargada de acordo com o previsto na Lei, nomeadamente na concretização de ações de

prevenção, cumprimento da periodicidade mínima mensal nas reuniões, assim como na participação de grupos de trabalho.

	Itens com valorização concordo (3) e valorização concordo inteiramente (4)
Questionário Modalidade Restrita - Dimensão sobre a Liderança	Reconheço a/o Presidente como alguém comprometido com a missão da CPCJ
	Conheço as orientações comunicadas pela/o Presidente e considero claras tais orientações
	Considero que o tempo que a/o Presidente dedica à CPCJ é adequado, conseguindo imprimir um ritmo apropriado para o desenvolvimento da ação da CPCJ
	Considero que a/o Presidente planeia as reuniões e o trabalho, de forma eficaz e eficiente
	Considero que a/o Presidente possui formação adequada e conhecimentos específicos, nas áreas de intervenção da CPCJ
	Considero que a/o Presidente comunica de forma frequente, adequada e transparente, demonstrando capacidade para aceitar os diferentes pontos de vista
	Considero que a/o Presidente consegue mobilizar para uma visão partilhada e um objetivo comum, promovendo distribuição de tarefas de forma equitativa entre os membros
	Considero que a/o Presidente possui competências de negociação, resolução de conflitos e problemas, prestando atenção às preocupações, necessidades e contributos individuais dos diferentes membros
	Considero que a/o Presidente promove uma participação efetiva dos parceiros e das famílias/crianças/jovens, de forma que a mesma seja eficiente e eficaz
	Considero que a/o Presidente está empenhado/a na obtenção de recursos (humanos, logísticos, físicos, financeiros…), para a CPCJ
	Considero que a/o Presidente contribui para que o papel da CPCJ seja clarificado e reconhecido na comunidade, como instituição de referência na promoção dos direitos e proteção de crianças e jovens.
	Considero que a/o Presidente está empenhada/o em promover o sentimento de pertença de todos os membros e demais entidades da comunidade

Tabela 15 *- Itens com valorização positiva da Dimensão 4 – Sobre a liderança*

No que concerne à Dimensão relativa à Liderança, existe uma perceção na sua maioria positiva. Reconhecem o Presidente como alguém comprometido

com a missão e visão da CPCJ, todas as comunicações efetuadas são claras, adequadas e transparentes demonstrando capacidade para aceitar os diferentes pontos de vista, gerindo os recursos disponíveis perante as necessidades. O planeamento das reuniões e do trabalho são eficazes e eficientes, conseguindo mobilizar os membros para uma visão partilhada e com objetivo comum.

9. Análise e discussão dos resultados

Ao longo da análise do processo de autodiagnóstico verificou-se que os membros, quer da Modalidade da Restrita, quer da Modalidade Alargada que integram a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Castro Daire participaram no preenchimento dos instrumentos conscientes de que esta participação seria importante para a análise e avaliação do funcionamento desta CPCJ.

A CPCJ de Castro Daire está envolvida em todas as ações que visam Planeamento e Avaliação. A mesma Comissão reconhece que no futuro terá de ser feita uma reflexão de como envolver as famílias com as suas crianças e jovens de forma a comprometê-las em ações do Plano de Ação, que resultará também numa maior informação junto da comunidade sobre o papel da CPCJ. No Plano Local de Promoção e Proteção as atividades serão efetuadas em simultâneo com as famílias, crianças e jovens.

A análise ***SWOT*** permitiu-nos tomar consciência que apesar das fraquezas e ameaças inerentes à CPCJ, esta tem oportunidades e forças que necessita utilizar no terreno sempre com um envolvimento das famílias nas suas crianças/jovens. Os questionários da Presidência e da Modalidade Restrita apresentam resultados mais positivos comparativamente com os questionários da Modalidade Alargada, provocando uma reflexão profunda acerca do desempenho da Comissão de Proteção. Assim, e em jeito de conclusão estes resultados explanam o modo de funcionamento e a dinâmica desta CPCJ, permitindo-nos concluir que existem boas práticas de atuação munidas de

capacidades técnicas por parte dos membros para o desenvolvimento de um trabalho eficaz e eficiente, em prol do interesse superior das crianças. No entanto, valorizamos a formação como algo sempre inacabado que urge fomentar e desenvolver e os elementos da CPCJ Restrita estão motivados e atentos.

Da análise e discussão dos resultados a apreciação é francamente positiva. Todos os projetos nos diversos itens cumpriram este importante objetivo: uma reflexão de grupo e individual acerca dos trabalhos que cada um desenvolve e da função que cada um tem dentro da CPCJ. Na análise transversal dos diversos itens os diversos agentes, com coragem, constatam que nem sempre a intervenção junto das crianças e jovens tem tido a esperada e necessária eficácia.

Sem querer alijar responsabilidades, sendo Castro Daire um concelho de interior e com a mobilidade dos agentes do Ministério Público, a necessária articulação de procedimentos com o mesmo torna-se mais difícil e ineficaz.

Importante será também colocar, quer no Plano de Ação da CPCJ, quer no Plano Local, ações de formação dirigidas às nossas famílias. Saber estar e lidar com as nossas crianças e jovens é essencial no seu desenvolvimento integral. Pela reflexão feita e evidenciada nas respostas a CPCJ reúne todas as condições para garantir uma intervenção atempada, eficaz e de qualidade no respeito das crianças e jovens.

A Modalidade Alargada nos seus diversos membros necessita ser renovada. A formação é fundamental e o envolvimento quer individual, quer em grupo muito importantes. A Comissão é única, porém existem funções distintas quer para o funcionamento da Comissão Restrita (artigo 22 da Lei de Promoção e Proteção), quer para as competências da Comissão Alargada (artigo 18 da Lei de Promoção e Proteção).

É reconhecido, que a mobilização e intervenção da Comissão Modalidade Alargada são em grande parte desenvolvidas pela Comissão Modalidade Restrita, dado que há incumprimento por parte dos comissários nas horas de afetação ao trabalho efetivo na Comissão (artigo 19).

Nesta introspeção são descobertas falhas e é tomada a consciência de que pertencer à Comissão é procurar o melhor caminho utilizando meios que potenciem algum sucesso adaptando sempre critérios, estratégias e buscando parcerias, pois as famílias nos seus diversos membros, são únicas.

A CPCJ tem um Presidente que delega, confia e sente preocupação por tudo o que à Comissão respeita e às famílias que acompanha. Contudo, a CPCJ enquanto entidade autónoma, não judiciária com autonomia funcional necessita de ser vista pela autarquia, como um organismo que visa a defesa e proteção das crianças e jovens do Concelho de Castro Daire.

Em relação à mobilização e participação dos elementos da Comissão Modalidade Alargada, o Presidente deverá encontrar estratégias de participação ativa e proactiva no que respeita à ação da Comissão no desenvolvimento de atividades que ponham termo a situações de Risco/Perigo.

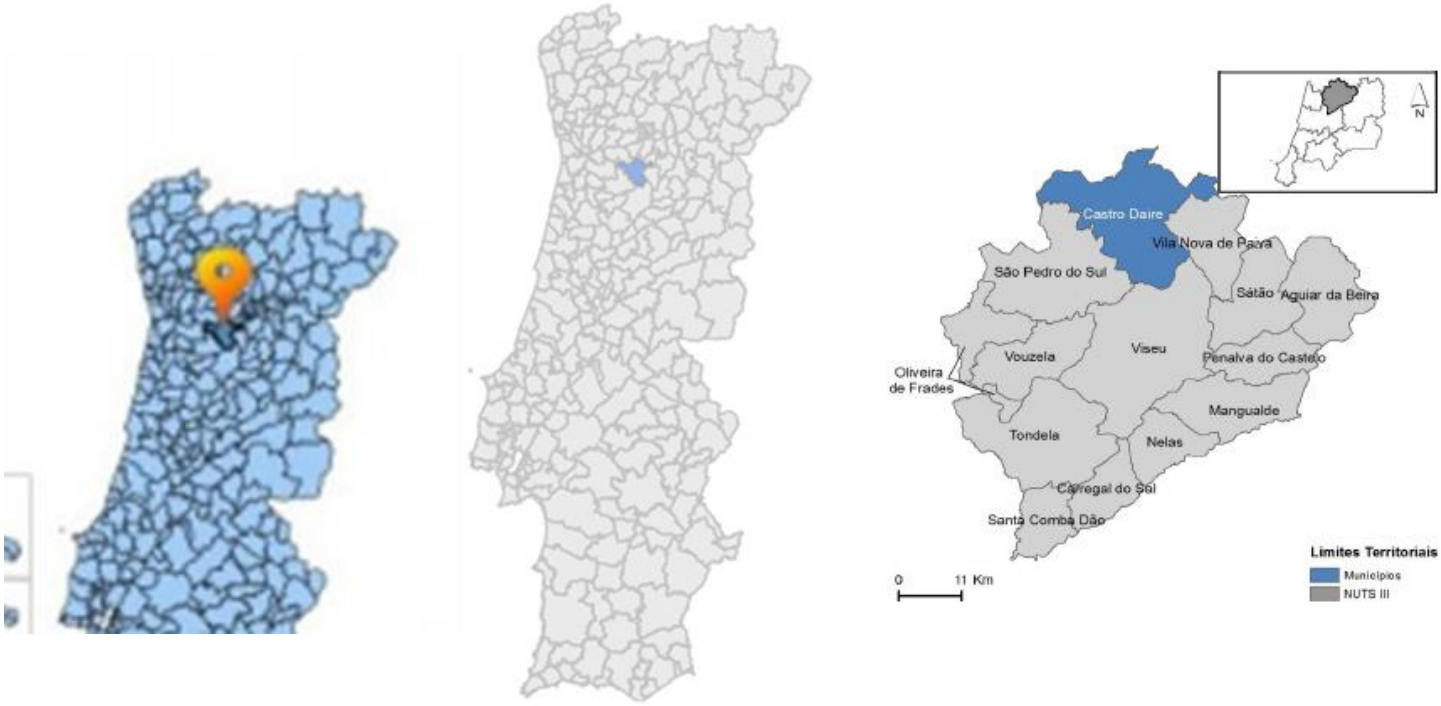
Assim, sentimos a necessidade de uma maior presença do Presidente junto da Comissão, no sentido de promover um diálogo eficaz com a mesma, estabelecendo laços entre a Comissão e as entidades com competência em matéria de infância e juventude, mobilizando recursos necessários para o desenvolvimento de atividades inerentes à CPCJ. A Comissão Nacional tem desenvolvido ações de formação dirigidas aos técnicos acerca dos procedimentos a adotar em termos processuais, no entanto, seria muito importante capacitar os técnicos para as diversas problemáticas existentes em cada Comissão. Para além disto, esta CPCJ irá solicitar à Comissão Nacional ações de formação e esclarecimento dirigidas especialmente às famílias.

Em jeito de conclusão podemos afirmar que apesar dos constrangimentos quer a nível pessoal, quer profissional os elementos da CPCJ de Castro Daire são pessoas de boa vontade, que caminham juntas, porque querem chegar longe.

10. Diagnóstico Local da Realidade Infantojuvenil do Município de Castro Daire

CAPÍTULO 1: Caracterização do Concelho

O concelho de Castro Daire situa-se na região Centro (NUT II) e sub-região Dão Lafões (NUT III), pertencendo, desta forma, ao distrito de Viseu.



Fonte: INE (2020); PORDATA (2021)

Figura 1- Sub-região Dão/Lafões (NUT III) e Municípios

O mencionado concelho, de aparência maioritariamente planáltica, encontra-se inserido no vale do Paiva, entendendo-se até à Serra de Montemuro,

no qual apresenta, no seu todo, uma área equivalente a 380 km^2. Neste sentido, o município de Castro Daire distribui-se ao longo de 16 freguesias, a saber: Almofala, Cabril, Castro Daire, Cujó, Gosende, Mões, Moledo, Monteiras, Pepim, Pinheiro, São Joaninho, União de Freguesias de Mamouros, Alva e Ribolhos, União de Freguesias de Mezio e Moura Morta, União de Freguesias de Parada de Ester e Ester, União de Freguesias de Picão e Ermida, bem como União de Freguesias de Reriz e Gafanhão. O município de Castro Daire encontra-se, assim, limitado a Norte pelos municípios de Cinfães, Resende, Lamego e Tarouca, a Este por Vila Nova de Paiva, a Sul por Viseu e a Oeste por São Pedro do Sul e Arouca.

De entre o diversificado património paisagístico e arquitetónico que caracteriza o concelho, destaca-se a Igreja da Ermida, que remonta ao século XII, bem como a Inscrição Romana do Penedo de Lamas – Moledo. O século XVIII refere-se a um período de grande expansão e prosperidade, apresentando como monumentos que marcaram a época, a Casa da Cerca, a Capela das Carrancas, o Solar dos Aguilares e o Solar dos Mendonças, situados na vila de Castro Daire, bem como as casas nobres localizadas em Grijó do Gafanhão, Farejinhas e na vila de Mões.

CAPÍTULO 2: Demografia e Famílias

2.1 População residente segundo grupos etários e sexo

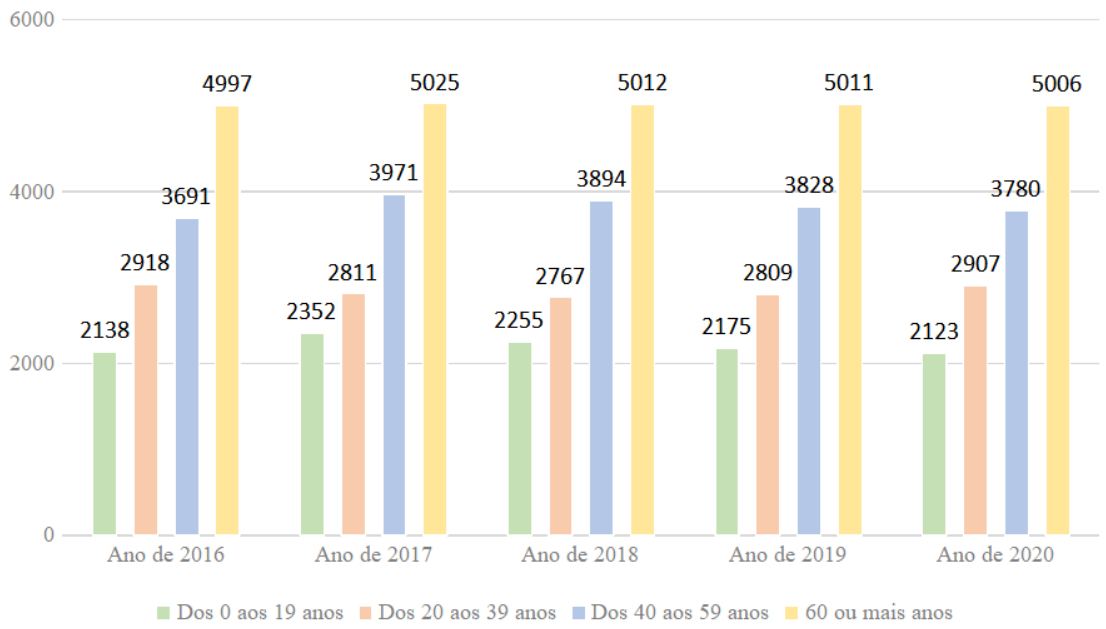
Após a análise minuciosa e detalhada do **Gráfico 1**, torna-se possível constatar que, no decorrer do ano de 2016, persistia um total de 14 044 residentes de Castro Daire, sendo que, desses, 2 138 pertenciam ao grupo etário dos 0 aos 19 anos, 2 918 dos 20 aos 39 anos, 3 691 dos 40 aos 59 anos e, por fim, aos mencionados, com 60 ou mais anos, somaram-se 4 997 sujeitos. Ao efetuar a comparação com o mais recente ano em estudo, o município de Castro Daire registou a perda de 1,62% de efeitos populacionais, contabilizando 13 816 indivíduos, no quais 2 123 frequentavam a faixa etária dos 0 aos 19 anos, 2 907

dos 20 aos 39 anos, 3 780 dos 40 aos 59 anos e, por fim, 5 006 dos 60 ou mais anos.

No que concerne à distribuição por género, representada na **Tabela 16**, o município demonstra, sensivelmente, a mesma proporção de efetivos por sexo. Deste modo, observa-se que o feminino integra as maiores percentagens, contudo, entre o ano de 2016 e 2020, o mesmo deteve um decréscimo de 0,1%, resultando, concomitantemente, no aumento do mesmo percentil no sexo masculino.

Ainda no presente indicador, torna-se importante ressalvar a distribuição da população, por sexo, na região Centro e em Portugal Continental, como exibe a **Tabela 17**. Neste sentido, tal como no município de Castro Daire, verifica-se que, para ambas as localizações, o género feminino é predominante ao conter os maiores valores relativamente ao sexo masculino. Todavia, do ano 2016 para 2020, observa-se que, tanto a nível regional como a nível nacional, os números para ambos os sexos diminuíram, à exceção do número total de mulheres residentes em Portugal Continental, que, ao longo desse período, aumentou 0,3% (aproximadamente). Assim, na região Centro, o género feminino prevê uma diminuição de 0,6% e o masculino de 0,7%, enquanto em Portugal Continental, o decréscimo verifica-se, somente, nos homens, com uma percentagem de 0,4%.

Posto isto, ao efetuar uma comparação dos dados expostos nas figuras infra, denote-se que as mulheres residentes em Castro Daire representam, atualmente, 0,6% do total da região Centro e 0,1% do total de residentes do continente. Em analogia, o género masculino é exibido numa percentagem de 0,6% relativamente à região Centro e 0,1% ao número total de residentes homens em território nacional.



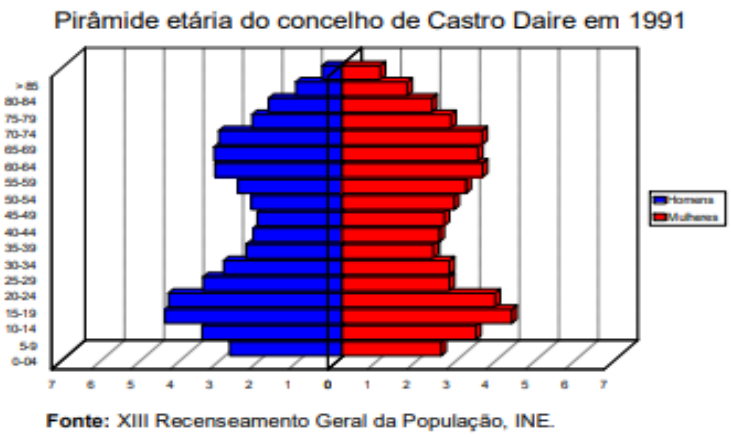
Fonte: INE – Estimativas Anuais da População Residente

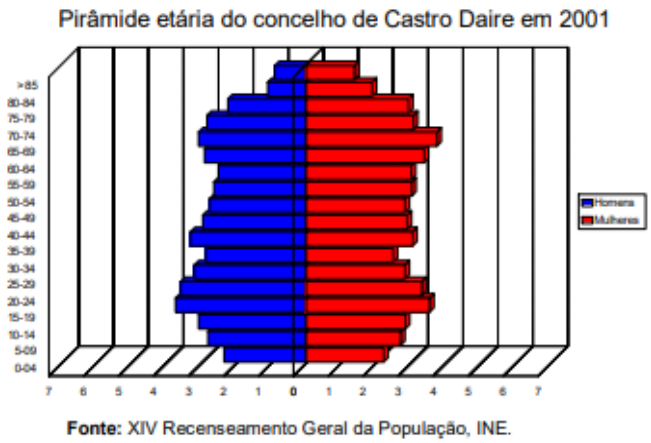
***Gráficos 1** - Distribuição, por número, da população residente em Castro Daire, segundo os grupos etários*

Ano	Mulheres		Homens	
	Número (total)	Percentagem	Número (total)	Percentagem
2016	7 492	*53,3%*	6 552	*46,7%*
2017	7 401	*52,3%*	6 758	*47,7%*
2018	7 293	*52,4%*	6 635	*47,6%*
2019	7 242	*52,4%*	6 581	*47,6%*
2020	7 244	*52,4%*	6 572	*47,6%*

Fonte: INE – Estimativas Anuais da População Residente

***Tabela 16** - Distribuição, por número e percentagem, da população residente em Castro Daire, segundo o sexo*





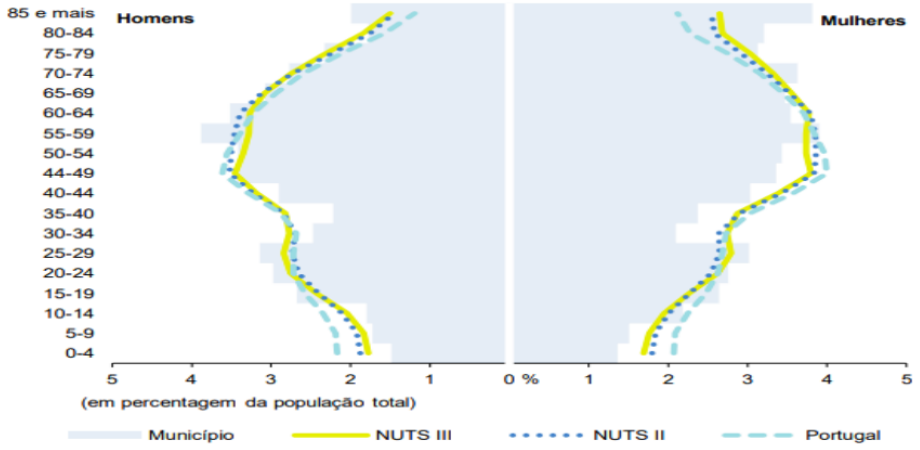
Fonte: XIII e XIV Recenseamento Geral da População, INE

Gráficos 2 *- Pirâmide etária de Castro Daire da população em 1991 e 2001*

Ano	Região Centro		Portugal Continental	
	Mulheres	**Homens**	**Mulheres**	**Homens**
2016	1 180 650	1 063 284	5 165 497	4 643 917
2017	1 174 371	1 056 975	5 162 326	4 630 471
2018	1 167 531	1 049 038	5 164 170	4 615 656
2019	1 165 927	1 051 358	5 175 435	4 623 424
2020	1 173 858	1 055 473	5 178 953	4 623 175

Fonte: INE – Estimativas Anuais da População Residente

Tabela 17 *- Distribuição, por número, da população residente na região Centro e em Portugal Continental, segundo o sexo*



Fonte: INE, Estimativas Anuais da População Residente

***Gráficos 3** - Estrutura etária da população, no ano de 2020*

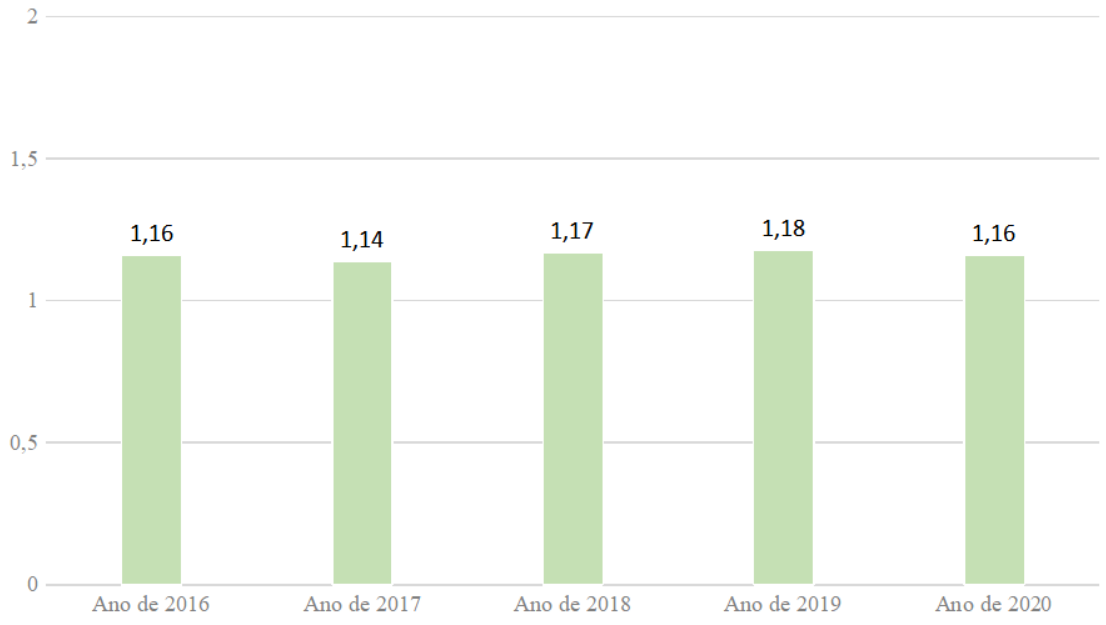
2.2 Índice sintético de fecundidade

Tendo por base a análise da **Gráfico 4**, referente ao índice sintético de fecundidade do distrito de Viseu, observa-se que este apresenta oscilações ao longo dos anos em análise (entre o ano de 2016 e o ano de 2020), registando o maior número em 2019, com o valor de 1,18. Neste sentido, ainda que o ano de 2016 e de 2020 apresentem o mesmo valor para o índice de fecundidade, igual a 1,16, torna-se pertinente mencionar que o mesmo sofreu uma diminuição de 0,02 na transição para o ano de 2017, bem como para o ano de 2020.

Por outro lado, mediante a **Gráfico 5**, verifica-se que a nível regional existiu um aumento do índice de fecundidade, no valor de 0,03, entre os anos de 2016 e de 2017, sendo que se registou o maior valor no ano de 2019, com um índice igual a 1,27. No que concerne à situação nacional, e tal como se verifica na região Centro, é possível observar um aumento de 0,04 entre o primeiro e o mais recente ano em análise, bem como o valor mais elevado para o ano de 2019, igual a 1,43.

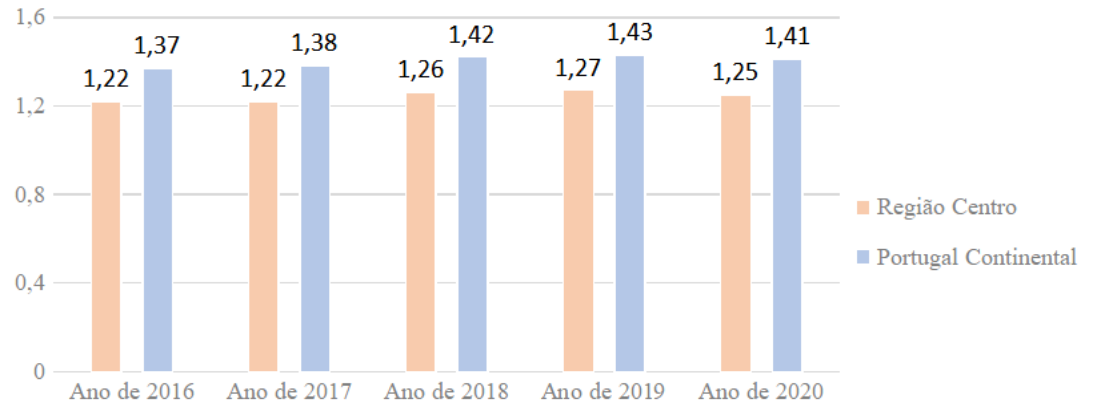
Assim sendo, face à análise minuciosa dos dados disponíveis nas **Gráfico 4 e 5**, constata-se que o índice sintético de fecundidade se manteve estável ao longo

dos últimos cinco anos, não verificando alterações significativas para as localidades em estudo.



Fonte: INE – Estimativas Anuais da População Residente

Gráficos 4 *-Índice sintético de fecundidade (N.º) do distrito de Viseu*



Fonte: INE – Estimativas Anuais da População Residente

Gráficos 5 *- Índice sintético de fecundidade (N.º) da região Centro e de Portugal Continental*

2.3 Nascimentos

As seguintes figuras dão conta do número de nascimentos ocorridos no município em estudo, em comparação com outras áreas geográficas de

referência, nomeadamente a região Centro e o território nacional. Neste contexto, a **Gráfico 6** torna claro que, ao longo dos anos, os valores referentes ao seu universo tendem a decrescer, observando, apenas de 2017 para 2018, um significativo acréscimo de 873 nados-vivos. Todavia, fora do casamento, o cenário converte-se, pois de 2016 a 2019 os valores sobem, incessantemente, à exceção de 2019 para 2020, período em que os nascimentos diminuíram para 316. Por outro lado, a mesma figura determina, ainda, que o mais recente ano apresenta o número mais baixo do total e o segundo mais alto exterior ao casamento, concluindo, desse modo, a diferença de 33 777 nascimentos, a menor entre estes dois dados no decorrer do período em estudo.

Em analogia ao exposto, a região Centro, no que concerne ao número total, exibe um estreito aumento somente no ano de 2017 para o ano 2018. Contudo, fora do casamento, os valores tendem a crescer, de forma gradual, nos últimos cinco anos. Em 2020, com base na interpretação efetuada pela **Gráfico 6**, regista-se o valor mais alto de nados-vivos fora do casamento e o mais baixo no universo total, representando, entre eles, a diferença de 6 720 nascimentos que, mais uma vez, se enuncia como a menor.

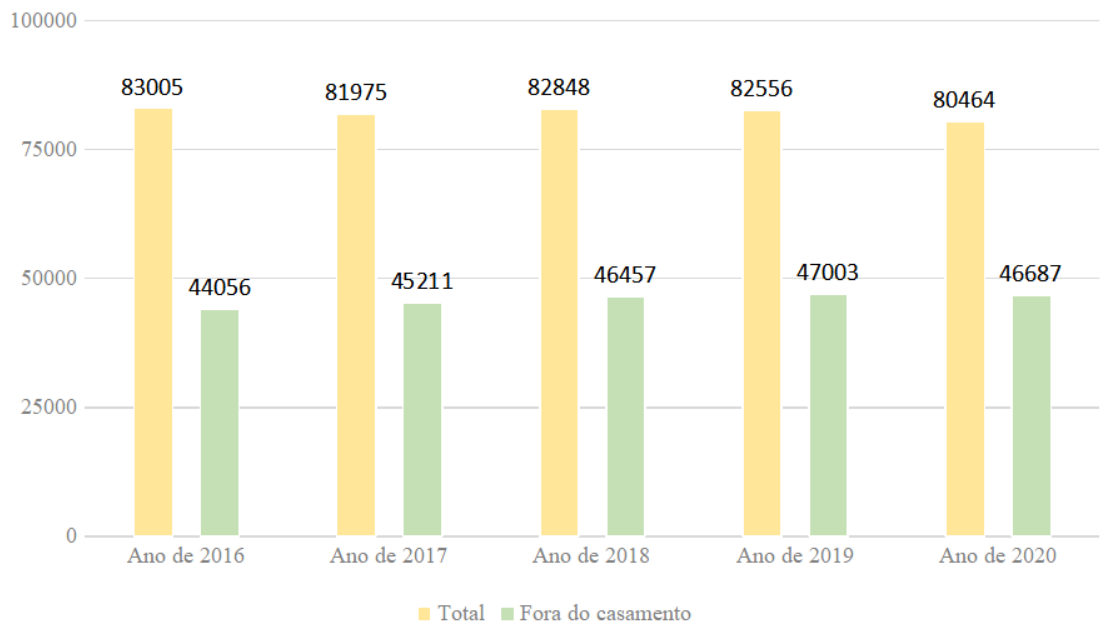
Posto isto, o município de Castro Daire (**Gráfico 7**), tal como nas áreas supracitadas, prevê a redução do total de nascimentos ao longo dos anos, salvo de 2017 a 2018, onde se observa um ligeiro aumento. Ademais, fora do casamento, os valores apresentam-se inconstantes e variáveis, estabelecendo, nos últimos tempos, uma evolução que tanto se considera positiva como negativa.

Em tom de conclusão e com recurso à **Tabela 18**, importa enfatizar que todas as zonas geográficas e o município apresentam, na linha temporal analisada, a diminuição do número de nados-vivos de mães residentes em território nacional. Para além disso, a região Centro exprime, nesse mesmo ano, 19,5% do número total de nados-vivos do território nacional enquanto o município de Castro Daire detém a percentagem mínima de 0,08%.

	Ano	Município	NUTS III	NUTS II	Portugal
Nados Vivos	2020	71	1 681	15 738	84 426
	2019	79	1 700	15 871	86 579
	2018	81	1 714	16 064	87 020
	2017	73	1 703	15 926	86 154
Óbitos	2020	236	3 520	30 246	123 358
	2019	213	3 280	28 066	111 793
	2018	231	3 270	28 473	113 051
	2017	174	3 228	28 049	109 758

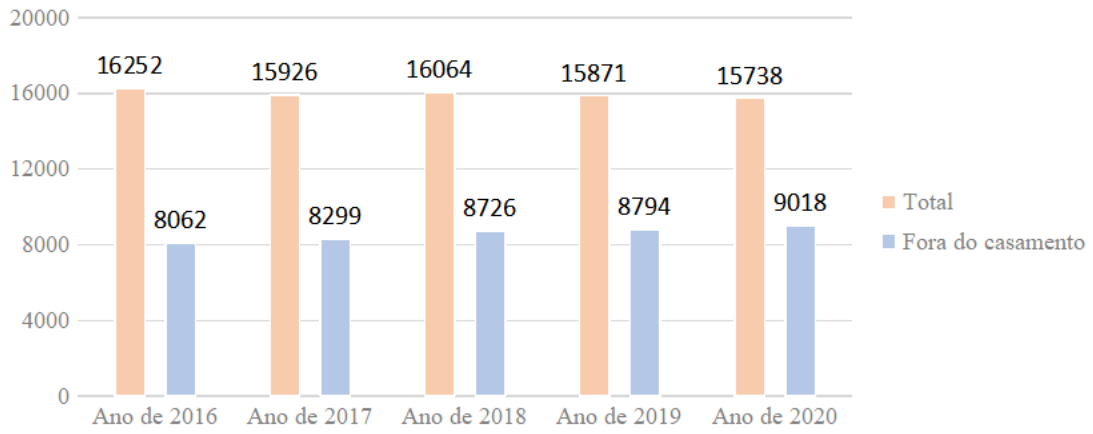
Fonte: INE, Nados-vivos e Óbitos

Tabela 18 *- Distribuição do número de nados-vivos e óbitos, por NUTS e por município, do ano 2017 a 2020*



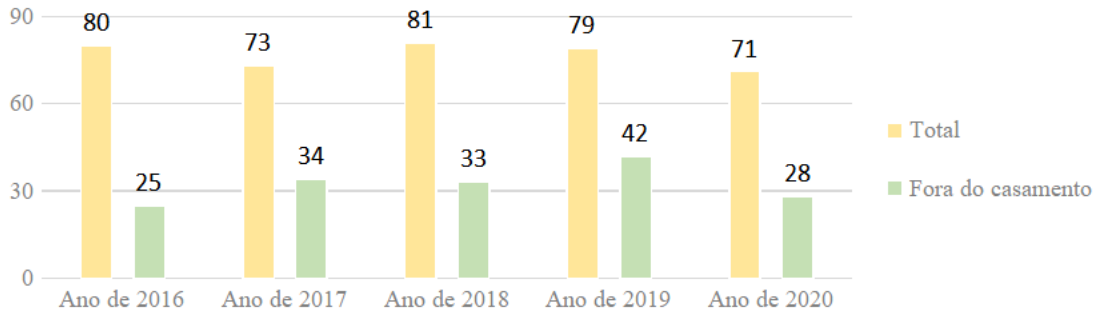
Fonte: INE, PORDATA

Gráficos 6 *- Distribuição, por número, de nados-vivos de mães residentes em Portugal Continental (total e fora do casamento)*



Fonte: INE, PORDATA

***Gráficos 7** - Distribuição, por número, de nados-vivos de mães residentes no município de Castro Daire (total e fora do casamento)*



Fonte: INE, PORDATA

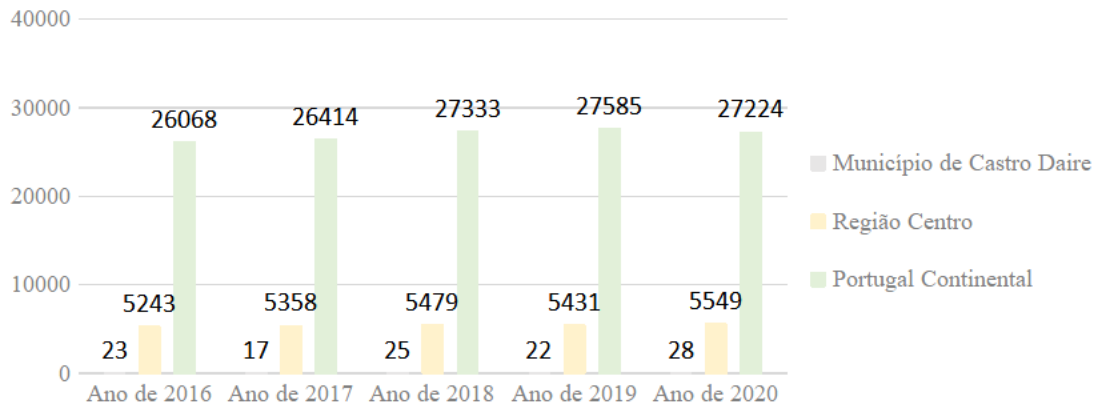
***Gráficos 8** - Distribuição, por número, de nados-vivos de mães residentes no município de Castro Daire (total e fora do casamento)*

2.4 Nascimentos em mulheres com idade igual ou superior a 35 anos

Na **Gráfico 8**, torna-se possível observar que, no decurso do ano 2016, ocorreram 23 nascimentos em mulheres residentes no município de Castro Daire, com idade igual ou superior a 35 anos, sendo de referir que, desse total, constata-se um nado-vivo de mãe na faixa-etária dos 45 aos 49 anos, o que, de acordo com os números do PORDATA, não se replica nos anos posteriores. Neste sentido, ao comparar o valor mencionado com o do ano 2020, verifica-se um aumento de 21,7%, ao incluir, no presente indicador, mais 5 nascimentos. Não obstante, tal como se confirma no município em estudo, a citada figura revela que o número total de nados-vivos de mães tardias, no decorrer do período entre 2016 e 2020, regista, na região Centro, um aumento de 5,8% (aproximadamente) e no continente de 4,4%.

Em suma, tendo em conta os dados referentes à percetível evolução do presente indicador, conclui-se que Castro Daire presencia a maior percentagem de aumento, comparado com os números da região Centro e de Portugal Continental. Perante os valores em estudo, o adiamento da maternidade, notório e cada vez mais tardio, pode se encontrar relacionado com inúmeros fatores, sendo de destacar a situação económica e financeira do país, o emprego, a

instabilidade, a ausência de uma relação conjugal, bem como a saída tardia de casa dos pais.



Fonte: PORDATA – Estimativas Anuais de Nascimentos e Fecundidade

Gráficos 9 *- Número total de nados-vivos de mães, com idade igual ou superior a 35 anos*

2.5 Saldo populacional

De acordo com a **Tabela 19** o concelho de Castro Daire verificou, no ano de 2016, um saldo natural de – 136 e um saldo migratório de – 72, contabilizando um saldo total de – 208. No que concerne ao mais recente ano em análise, verifica-se que o saldo natural foi de – 165 e o saldo migratório de 158, apresentando um saldo total de – 7,0. Neste sentido, ainda que a diferença entre o número de nados-vivos e o número de óbitos (saldo natural) tenha sido superior no ano de 2020, comparativamente ao ano de 2016, registou-se um aumento significativo do saldo migratório, apresentando um saldo positivo para o mesmo ano, concluindo que o número de imigração é superior à emigração.

Por sua vez, tal como verificado anteriormente, registou-se uma diferença de – 2 701 do saldo natural, entre os anos de 2016 e de 2020, na região Centro e uma diferença de – 15 192 em Portugal Continental. Este saldo negativo, em todo o território nacional, regional e local, reforça a ideia de que o número de óbitos é superior ao número de nascimentos, provocando um saldo natural negativo. No que concerne ao saldo migratório, entre o ano de 2016 e 2020, verificou-se uma diferença de 25 931, na região Centro, e uma diferença de 33 809 a nível nacional. Neste sentido, o saldo positivo sugere que o número de

indivíduos a entrar no território português é superior ao número de indivíduos a abandonar o mesmo.

Face ao mencionado, no ano de 2020, Castro Daire (**Tabela 19**) apresentou um saldo total negativo, igual a – 7.0, dado que existiram menos nascimentos face ao número de óbitos registado, para a localidade mencionada. Neste seguimento, quer a região Centro, quer Portugal Continental apresentam, para o mesmo ano referente, um saldo total positivo, igual a 12 046 e 3 269, respetivamente. Ainda que, para ambos os casos, o saldo natural seja negativo, é possível verificar na **Tabela 20** que o saldo migratório apresenta um valor considerável, igual a 26 554 para a região Centro e 40 998 para Portugal Continental.

Ano	Castro Daire	
	Saldo natural	Saldo migratório
2016	- 136	- 72
2017	- 87	- 18
2018	- 150	- 81
2019	- 134	29
2020	- 165	158

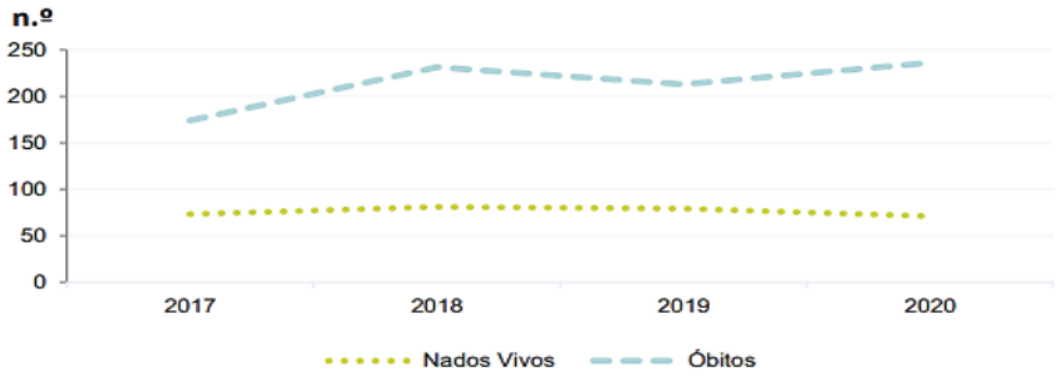
Fonte: DGPJ/MJ, PORDATA

Tabela 19 *- Saldo Populacional de Castro Daire*

Ano	Região Centro		Portugal Continental	
	Saldo natural	Saldo migratório	Saldo natural	Saldo migratório
2016	- 11 807	- 623	- 22 537	- 7 189
2017	- 12 123	- 465	- 23 009	6 392
2018	- 12 409	- 2 368	- 25 170	12 199
2019	- 12 195	12 911	- 24 286	43 319
2020	- 14 508	26 554	- 37 729	40 998

Fonte: DGPJ/MJ, PORDATA

Tabela 20 *- Saldo Populacional da região Centro e de Portugal Continental*



Fonte: INE, Nados-vivos e Óbitos

Gráficos 10 *- Distribuição de nados-vivos e óbitos no município de Castro Daire, de 2017 a 2020*

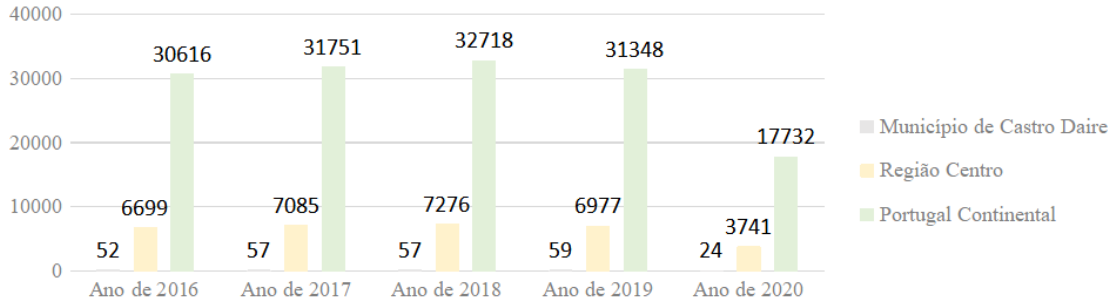
2.6 Casamentos

O número de casamentos, retratado na figura infra (**Gráfico 10**), possibilita um conjunto de observações que devem ser tidas no decorrer dos últimos cinco anos. Neste sentido, em Portugal Continental e na região Centro, os dados tendem a expandir, contudo, no período estabelecido entre 2018 e 2020, houve um declínio de matrimónios realizados em ambas as áreas territoriais. Em termos de município, ainda que Castro Daire apresente valores pouco alteráveis, torna-se imperativo reforçar a súbita queda do número de casamentos, verificada no mais recente ano.

Face ao descrito, ao equiparar os dados expostos na **Gráfico 10**, relativos ao primeiro e último ano em análise, observa-se que as três áreas geográficas registam, em 2020, números reduzidos, sendo que o município assinala um decréscimo de 53,8%, a região Centro de 44,2% (aproximadamente) e, por fim, o território nacional exibe uma diminuição de 42,08 pontos percentis. Neste sentido, torna-se possível concluir que Castro Daire obteve a maior percentagem de declínio, definida por uma queda superior a 50%.

A drástica diminuição que se constata nas zonas em estudo deve-se, indubitavelmente, à situação pandémica da COVID-19 vivenciada no decorrer do

ano de 2020. Assim, de 2019 para o último ano estudado, registaram-se menos 13 616 casamentos efetuados em Portugal Continental, menos 3236 na região Centro e menos 35 no município de Castro Daire.



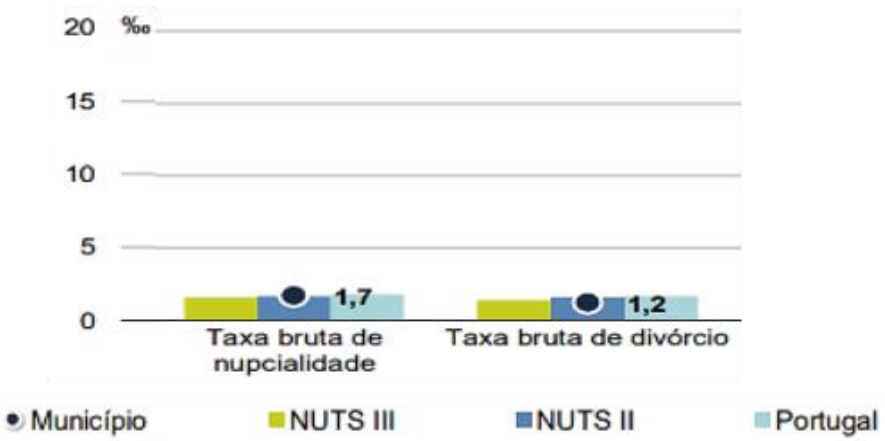
Fonte: INE, PORDATA

***Gráficos 11** - Distribuição do número de casamentos (N.º) realizados no município de Castro Daire, na região Centro e em Portugal Continental*

2.7 Divórcios

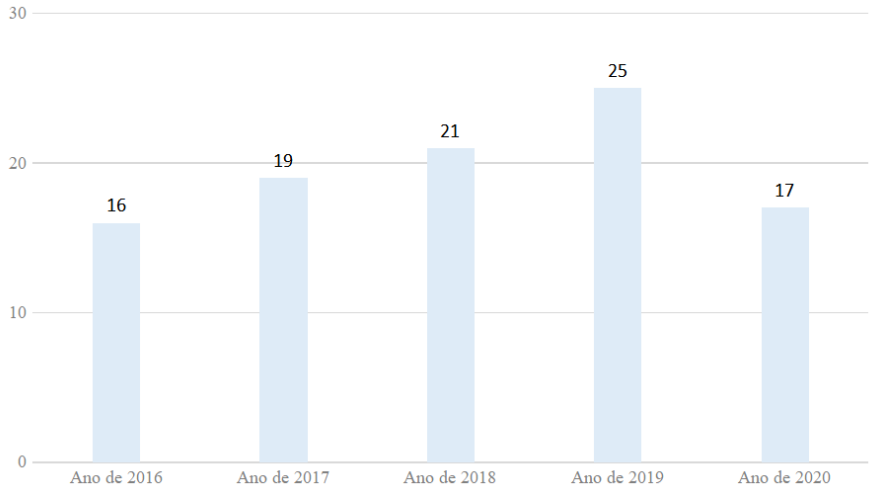
Mediante a **Gráfico 13**, referente ao número de divórcios registado entre 2016 e 2020, em Castro Daire, torna-se possível verificar que no ano de 2019 se registou o valor máximo, igual a 25. Por sua vez, o ano de 2016 registou o número mais baixo, igual a 16, e o ano de 2020 um total de 17 divórcios. No que se refere à Região Centro, o número total de divórcios decresceu ao longo dos últimos cinco anos, apresentando o valor máximo de 4 594, no ano de 2016, e o valor mínimo, igual a 3 591, no ano de 2020. Por sua vez, o número de divórcios, a nível nacional, constatou o número mais elevado no ano de 2016, igual a 21 053, enquanto o número mínimo, de 16 214, verificou-se no ano de 2020.

Assim sendo, segundo as observações tidas anteriormente e de acordo com os valores registados na **Gráfico 12**, torna-se pertinente mencionar que, contrariamente ao registado a nível regional e em Portugal Continental, os divórcios em Castro Daire apresentaram um aumento ao longo dos anos, tendo ocorrido uma ligeira diminuição no ano de 2020.



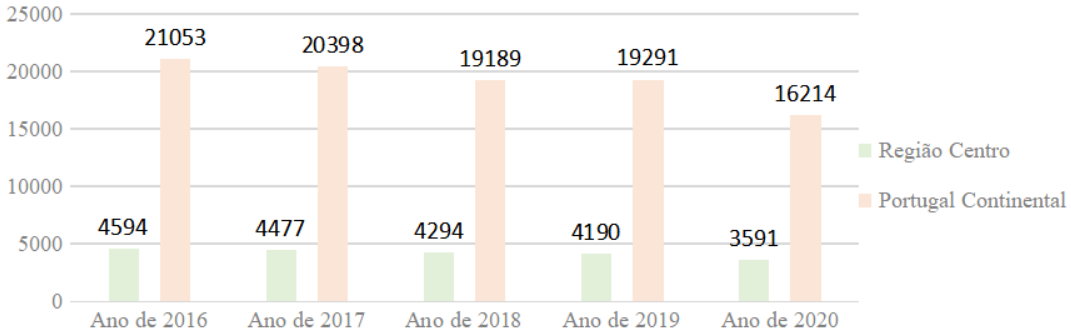
Fonte: INE, Indicadores Demográficos, Óbitos por Causas de Morte, Estatísticas do Pessoal de Saúde, Estatísticas das Farmácias

***Gráficos 12** - Fonte: INE, Indicadores Demográficos, Óbitos por Causas de Morte, Estatísticas do Pessoal de Saúde, Estatísticas das Farmácias*



Fonte: INE – Estimativas Anuais da População Residente

***Gráficos 13** - Número de divórcios registados no município de Castro Daire*



Fonte: INE – Estimativas Anuais da População Residente

***Gráficos 14** - Número de divórcios ocorridos na Região Centro e em Portugal Continental*

2.8 Número de famílias e de núcleos familiares

De acordo com a **Tabela 22** e tendo por base a informação recolhida nos Censos 2011, torna-se possível observar o número de elementos que compõem as famílias residentes no município de Castro Daire.

Assim, para o ano em análise, existia um total de 5 971 famílias, sendo que 1 377 correspondiam a famílias com apenas um elemento, 2013 com dois elementos, 2 410 famílias compostas por três a cinco elementos e, por fim, 171 com seis ou mais elementos. Comparativamente com o ano de 2001, observa-se um aumento de 205 famílias com apenas um indivíduo no ano de 2011 e de 131 para famílias com dois elementos. No que concerne às famílias com três a cinco elementos, verificou-se, de acordo com a informação disponibilizada nos Censos 2011, uma diminuição de 339 núcleos familiares, face aos Censos 2001, e uma diminuição de 89 famílias com seis ou mais indivíduos.

Por sua vez, na **Tabela 23** e a **Tabela 24**, referentes ao número de indivíduos nas famílias da região Centro e de Portugal Continental, respetivamente, torna-se possível verificar que a nível regional se verificou um aumento de 43 486 famílias com apenas um elemento enquanto, para as restantes dimensões familiares, se concluiu um decréscimo. Nos dados nacionais, constata-se um crescimento de indivíduos em todas as famílias.

Assim sendo, face à análise anterior, observa-se que, entre os Censos 2001 e os Censos 2011, existiu um declínio no número de elementos por família, registando-se, maioritariamente, um total de dois a três elementos. Resumindo, as famílias numerosas são uma tendência cada vez menor, o que poderá estar relacionado não somente com o resultado da diminuição da população em idade fértil, mas, também, com as circunstâncias económicas, socias e profissionais.

Ano	Portugal	Viseu Dão Lafões	Castro Daire
1960	10,80%	13,10%	14,00%
2011	21,40%	20,00%	23,10%

Fonte: PORDATA

***Tabela 21** - Famílias unipessoais referente a Portugal, região de Viseu Dão Lafões e o município de Castro Daire*

Ano	Município de Castro Daire			
	1	2	3 a 5	6 ou mais
Censos 2001	1 172	1 882	2 749	260
Censos 2011	1 377	2 013	2 410	171

Fonte: INE – Estimativas Anuais da População Residente, PORDATA

Tabela 22 *- Distribuição, por número, dos indivíduos pertencentes às famílias clássicas residente em Castro Daire*

Ano	Região Centro			
	1	2	3 a 5	6 ou mais
Censos 2001	151 882	1 003 882	1 784 556	105 227
Censos 2011	195 368	301 017	395 046	13 339

Fonte: INE – Estimativas Anuais da População Residente, PORDATA

Tabela 23 *- Distribuição, por número, dos indivíduos pertencentes às famílias clássicas do Centro*

Ano	Portugal Continental			
	1	2	3 a 5	6 ou mais
Censos 2001	611 627	257 171	416 278	21 934
Censos 2011	834 680	1 232 982	1 729 796	71 730

Fonte: INE – Estimativas Anuais da População Residente, PORDATA

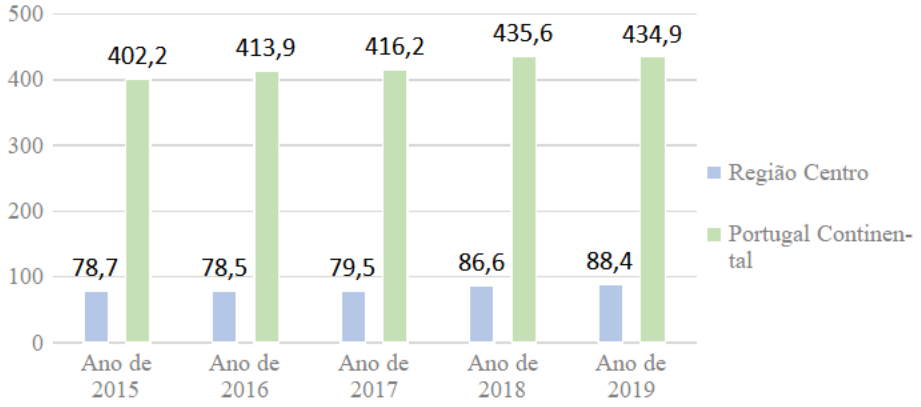
Tabela 24 *- Distribuição, por número, dos indivíduos pertencentes às famílias clássicas de Portugal Continental*

2.9 Número de famílias monoparentais

No que respeita ao número total de famílias monoparentais, o mesmo é patenteado na **Tabela 25**, somente para a região Centro e para Portugal Continental. Deste modo, ao observar os dados expostos, verifica-se que tanto a nível regional como continental, persiste, no período em análise, uma tendência para o aumento deste número, sendo que o Centro, de 2015 para 2019, detém um crescimento numa percentagem de 12,3% e Portugal de 8,1%.

Ademais, no último ano em análise, a região Centro, na qual pertence o distrito de Viseu e o município de Castro Daire, representava cerca de 20,3% (N= 88,4 milhares) do total deste indicador.

Embora sem dados que retratem a realidade do município em estudo e do ano 2020, a expressão numérica do tipo de família "monoparental" descrita na seguinte figura, refere que o número total de agregados familiares constituídos somente por um progenitor (sendo este do género masculino ou feminino) tende, progressivamente, a aumentar nas duas localizações geográficas analisadas.



Fonte: PORDATA | municípios, Famílias

Tabela 25 *- Número de famílias monoparentais, em milhares, residentes na região Centro e em Portugal Continental*

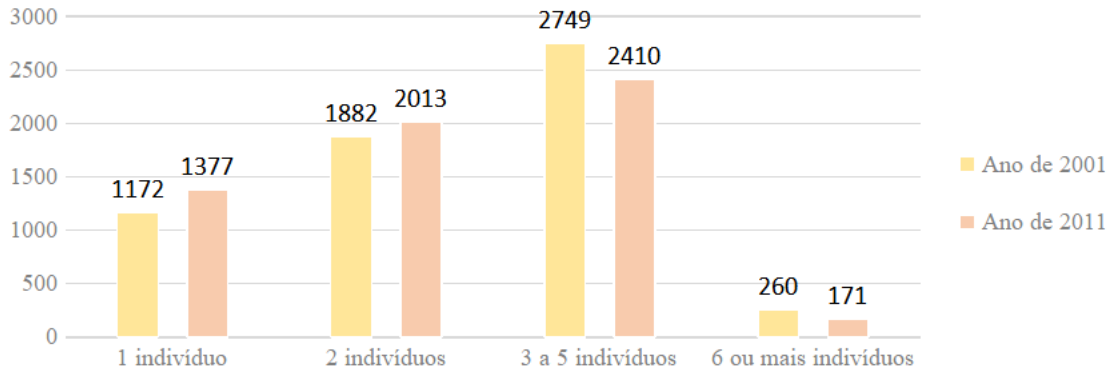
2.10 Número e percentagem de famílias numerosas

De acordo com o descrito pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), uma família clássica reporta-se ao conjunto de pessoas que habitam no mesmo alojamento e que estabelecem relações de parentesco, sendo estas de direito ou de facto. Dessarte, através do exposto na **Gráfico 15**, torna-se fulcral salientar os números respetivos aos indicadores "3 a 5 indivíduos" e "6 ou mais indivíduos" que integram a definição de família numerosa. No ano de 2001, verifica-se que 45,3% correspondia a famílias clássicas com 3 a 5 indivíduos e 4,3% a núcleos familiares com um total de 6 ou mais sujeitos. Contudo, nos

Censos de 2011, a percentagem de 48,7% enumera famílias que compreendem 3 a 5 indivíduos e 2,9% a 6 ou mais, ressalvando o decréscimo de 1,4 pontos percentuais para o ano de 2001. Ainda na presente figura, denota-se que, ao comparar os dois anos em estudo, o número de elementos constituintes do agregado familiar tende a ser menor, dado que persiste um crescimento dos valores referentes a "1 indivíduo" e a "2 indivíduos" e, consequentemente, um declive nos de "3 a 5 indivíduos" e "6 ou mais indivíduos".

No que diz respeito ao mesmo indicador, a **Tabela 26** apresenta os dados para a região Centro, assim como para Portugal Continental. Deste forma, tal como no município de Castro Daire, observa-se um decréscimo, no decorrer dos anos em análise, do número total de famílias numerosas. Assim, de 2001 a 2011, a região Centro apresenta uma quebra de 5,1% em famílias com "3 a 5 indivíduos" e uma colossal diminuição de 39,2% de núcleos familiares constituídos por "6 ou mais indivíduos". Em contrapartida, o continente de Portugal regista um decréscimo de 3,1% de famílias com "3 a 5 indivíduos" e uma elevada perda de 31,8% em famílias com "6 ou mais indivíduos".

Em tom de conclusão, importa referir que, com base na interpretação efetuada pela **Gráfico 15** e pela **Tabela 26**, persiste, progressivamente, um menor valor de famílias clássicas numerosas (tendência que se verifica, quer ao nível do município, quer da região ou quer do país em análise).



Gráficos 15 - Distribuição de famílias clássicas residentes em Castro Daire, segundo os Censos de 2001 e de 2011, pelo número total de indivíduos que as constituem

Ano	Região Centro		Portugal Continental	
	3 a 5	6 ou mais	3 a 5	6 ou mais
2001	416 278	21 934	1 784 556	105 227
2011	395 046	13 339	1 729 796	71 730

Fonte: PORDATA – Estimativas Anuais de Famílias

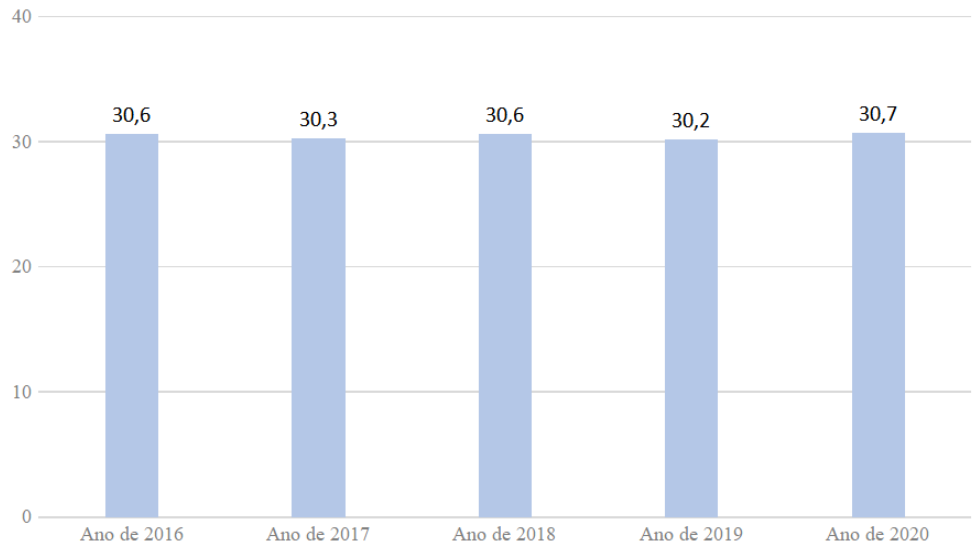
Tabela 26 *- Distribuição de famílias clássicas, com 3 ou mais indivíduos, residentes na região Centro e em Portugal Continental, segundo os Censos de 2001 e de 2011*

2.11 Idade média da mãe ao nascimento do primeiro filho

A idade média da mãe ao nascimento do primeiro filho, tendo por base a **Gráfico 16**, manteve-se estável no período em estudo, registando um aumento de 0,1 anos de idade entre 2016 e 2020. Deste modo, o ano de 2019 verificou a idade média mais baixa, igual a 30,2 anos, sendo que, para 2020 aumentou para os 30,7 anos de idade.

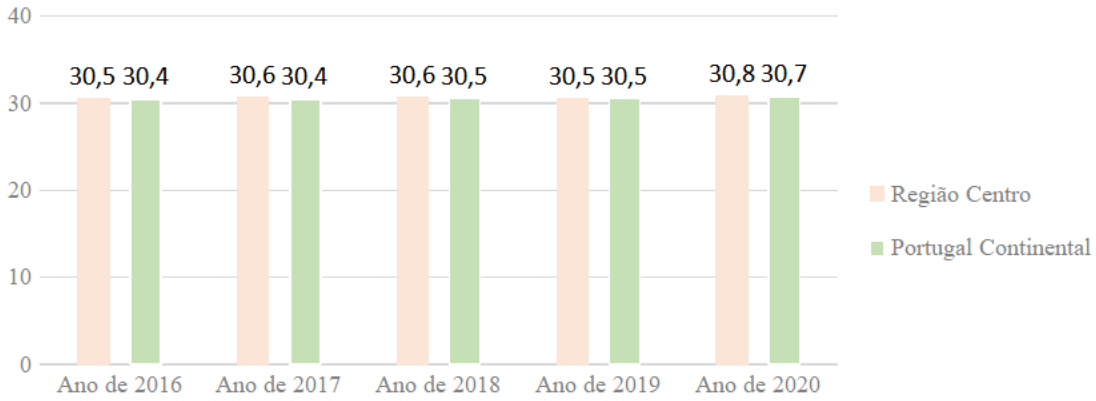
No que se refere ao nível da região Centro e de Portugal Continental, teremos como referência a **Gráfico 17**. Assim sendo, entre os anos de 2016 e de 2020 registou-se um aumento de 0,3 anos de idade a nível regional, bem como a nível nacional, tendo alcançado o valor máximo em 2020, igual a 30,8 e 30,7, respetivamente. Neste sentido, torna-se pertinente mencionar, ainda, que entre os anos de 2017 e de 2018 a idade média se manteve igual para a região Centro, enquanto, para Portugal Continental, se manteve nos 30,5 anos durante 2018 e 2019.

Em suma, ao realizar uma análise global das figuras mencionadas, torna-se pertinente salientar que o distrito de Viseu apresentou, para o ano de 2018, uma média de 30,6 anos, em simultâneo com a região Centro. Por sua vez, durante 2020, persistiu uma média igual a 30,6 anos, coincidindo com a média registada a nível nacional.



Fonte: INE – Estimativas Anuais da População Residente

***Gráficos 16** - Distribuição da idade média da mãe ao nascimento do primeiro filho no distrito de Viseu*



Fonte: INE – Estimativas Anuais da População Residente

***Gráficos 17** - Distribuição da idade média da mãe ao nascimento do primeiro filho a nível regional e nacional*

Síntese do capítulo 1 "Demografia e Famílias":

Perante os resultados expostos no decurso do presente capítulo, destacam-se as seguintes conclusões:

- Em 2020, Castro Daire regista, em todas as idades, um menor número de habitantes, salvo a faixa etária que compreende os 60 ou mais anos, onde se

verifica um aumento significativo no ano mencionado. Deste modo, ao evidenciar que o número de população residente idosa ultrapassa, de forma constante, o número de jovens, torna o índice de envelhecimento cada vez mais extremo. Perante este cenário, prevê-se que a população ativa se encontra, progressivamente, a diminuir e a população com maior idade a aumentar. Não obstante ao descrito, a elevada percentagem de idosos que residem no concelho analisado, pode estar relacionado com o fenómeno da desertificação humana que se regista no país.

- O município de Castro Daire, tal como se verifica nas restantes áreas em estudo, revela um declínio no número total de nados-vivos de mães residentes a nível concelhio, ao longo dos anos mais recentes. Entre as razões para a baixa fecundidade encontram-se, nomeadamente, o acesso a métodos contracetivos cada vez mais seguros; o aumento da escolaridade obrigatória, bem como, o aumento da idade média do casamento e do nascimento do primeiro filho.

- No que concerne ao número de nascimentos em mulheres com idade igual ou superior a 35 anos, importa referir o expressivo aumento que o presente indicador detém no município, ao indicar um acréscimo de 21,7 pontos percentuais, de 2016 para o ano de 2020. Tendo em conta os dados referentes à percetível evolução, conclui-se que Castro Daire regista a maior percentagem de nascimentos em mães com idades tardias, comparado aos números da região Centro e de Portugal Continental.

- Enquanto em termos regionais e nacionais, para o último ano, o saldo populacional se manifestou positivo, o município de Castro Daire reforça, em 2020, que o número de óbitos na sua localidade é superior ao número de nascimentos, provocando, deste modo, um saldo total negativo.

- De 2019 para 2020, assiste-se a uma súbita queda, superior a 50%, do número de casamentos efetuados em Castro Daire, registada como a maior percentagem de declínio entre as três zonas territoriais.

- Ainda relativo ao subtema “Casamentos e Divórcios” e em oposição ao sucedido na região Centro e em Portugal continental, os divórcios em Castro

Daire assinalam um aumento ao longo dos anos, tendo ocorrido, somente no ano de 2020, uma ligeira diminuição do respetivo número total.

- No município verifica-se que, segundo os dados facultados pelos Censos 2001 e pelos Censos 2011, as famílias numerosas são uma tendência cada vez menor, dado ser notória a subida do número de famílias clássicas compostas por 1 a 5 indivíduos e, concomitantemente, o decréscimo número total de agregados familiares numerosos, constituídos por 6 ou mais elementos.

CAPÍTULO 3: Direito ao Desenvolvimento

3.1 Taxa bruta de escolarização, por sexo

No que concerne à taxa bruta de escolarização (%), torna-se fulcral observar que, considerando a análise dos dados representativos de Castro Daire patentes na **Gráfico 18**, o género masculino apresentava, de 2014 a 2017, uma percentagem superior relativamente às mulheres. Contudo, esta tendência é dizimada nos últimos dois anos letivos em estudo, dado ser notório que, entre 2017 e 2019, o sexo feminino detém a maior proporção, ainda com uma diferença pouco significativa quando comparado com o sexo oposto. Neste sentido, a mesma figura enuncia que o género masculino, de 2014 a 2019, apresentou um aumento de 4,3 pontos na taxa bruta de escolarização, enquanto o feminino exibiu um extraordinário acréscimo de 12,6 pontos.

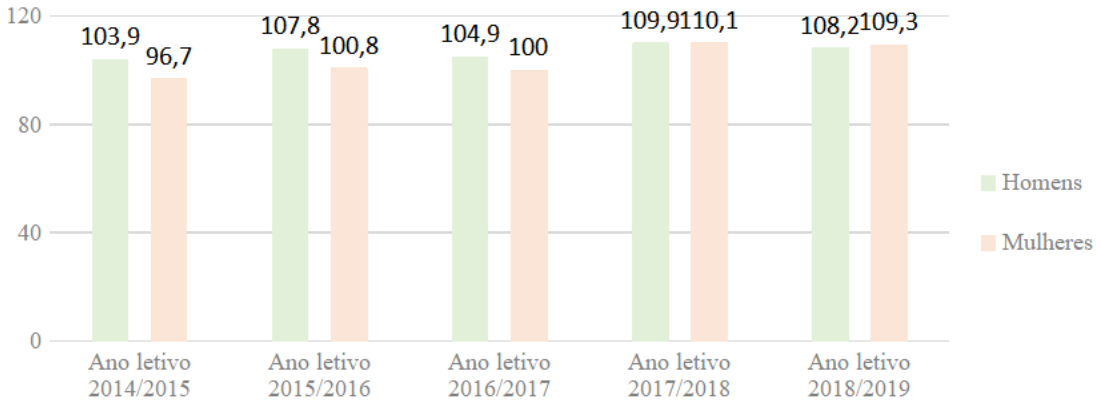
As conclusões previamente referidas verificam-se, de igual modo, a nível regional e a nível nacional, como demonstra a **Gráfico 19**. Assim, o género masculino, tal como no município de Castro Daire, predomina nos anos letivos 2014/2015, 2015/2016 e 2016/2017. Contudo, nos últimos dois, o sexo feminino detém a maior taxa bruta de escolarização face ao outro género em análise. Assim, no que se reporta à região Centro, este indicador regista um aumento de 3,7% dos homens e 5,4% das mulheres, enquanto Portugal Continental exibe, no período estudado, um acréscimo de 2,7% dos homens e 4% das mulheres.

Em síntese, face aos valores apresentados pela **Tabela 27**, **Gráfico 18** e pela **Tabela 28**, conclui-se que o município de Castro Daire acompanha a evolução correspondente à taxa bruta de escolarização, quer no género feminino, quer no género masculino, da região Centro e de Portugal Continental.

	Município	NUTS III	NUTS II	Portugal
Taxa bruta de pré-escolarização (%)	106,6	106,5	103,2	97,1
Taxa bruta de escolarização no ensino básico (%)	111,3	110,3	108,9	108,4
Taxa bruta de escolarização no ensino secundário (%)	102,4	125,4	123,2	122,9

Fonte: Ministério da Educação e Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência

Tabela 27 - Indicadores de Educação, 2020



Fonte: Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência – Estimativas Anuais de Educação Pré-escolar, Ensino Básico e Secundário

***Gráficos 18** - Taxa bruta de escolarização (%)1, por sexo no município de Castro Daire*

A Taxa Bruta de Escolarização presente foi calculada pela Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC), com base em dados de matrículas da mesma entidade e dados de população residente do Instituto Nacional de Estatística (INE).

Ano	Região Centro		Portugal Continental	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
2014-2015	107	107	107	106
2015-2016	106	105	106	104
2016-2017	107,6	107,1	107,9	107
2017-2018	108,2	109,2	108	108
2018-2019	111	112,4	109,9	109,7

Fonte: Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência – Estimativas Anuais de Educação Pré-escolar, Ensino Básico e Secundário

***Tabela 28** - Taxa bruta de escolarização (%), por sexo, na região Centro e em Portugal Continental*

3.2 Número total de equipamentos educativos (privados e públicos)

De acordo com a **Tabela 29**, relativamente à educação no Município de Castro Daire, verificamos que o número de equipamentos públicos tem vindo a diminuir paulatinamente desde 2009, registando o seu número máximo no ano letivo 2010/2011, com um total de 32 equipamentos e o número mínimo no ano letivo 2017/2018, com um somatório de 22 equipamentos. No que concerne ao setor privado, torna-se pertinente salientar que o mesmo, no decorrer dos anos em análise, se manteve estável, registando um total de 2 equipamentos. Face ao exposto, assiste-se, de igual modo, a uma diminuição do número de alunos nos diversos graus de ensino, no decurso da última década, com reduções superiores a 60% em todos os níveis.

	Ano letivo									
	2009/10	2010/11	2011/12	2012/13	2013/14	2014/15	2015/16	2016/17	2017/18	2018/19
Castro Daire	31	34	33	32	32	31	32	26	24	25
Público	29	32	31	30	30	29	30	24	22	23
Privado	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2

Fonte: Direção Geral da Estatística da Educação e Ciência

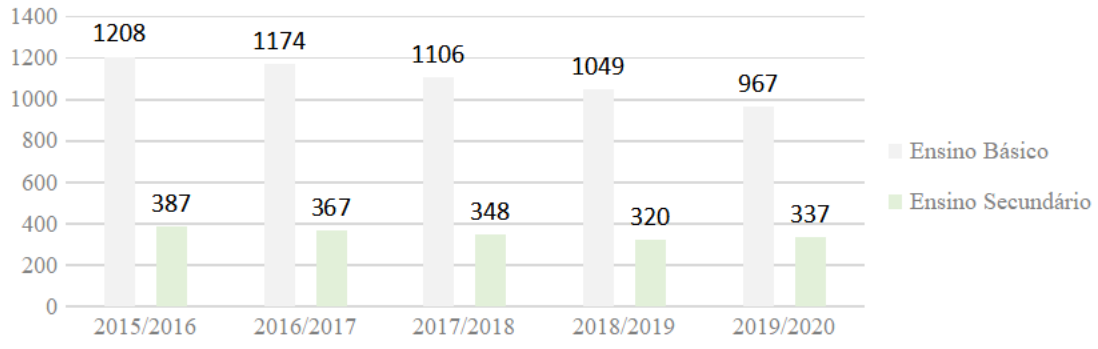
***Tabela 29** - Número total de equipamentos educativos (privados e públicos) no município de Castro Daire*

3.3 Número de alunos/as matriculados/as por nível de ensino, por natureza do estabelecimento público

De acordo com a **Gráfico 19**, o município de Castro Daire verificou, no ano letivo de 2015/2016, um total de 1 208 alunos inscritos no Ensino Básico e 387 no Ensino Secundário. Comparativamente ao ano letivo de 2019/2020, torna-se possível contatar que o Ensino Básico sofreu uma redução de 1 241 alunos inscritos, passando a registar um total de 967 e o Ensino Secundário um decréscimo de 50 alunos, totalizando 337 matrículas para o nível de ensino referido.

O mesmo indicador sugere que, quer a nível regional, quer a nível nacional, se mantém a tendência na diminuição do número de alunos matriculados, nos diferentes níveis de ensino, entre os anos letivos de 2015/2016 e 2019/2020, tal como se verifica na **Tabela 30**. Neste sentido, é possível averiguar uma redução de 2 944 matrículas no Ensino Básico e uma diminuição de 861 no Ensino Secundário, registados na região Centro. Por sua vez, Portugal Continental apresentou um declive de 30 984 e de 1 625, respetivamente.

Face ao exposto, denota-se que ao longo dos últimos cinco anos o município de Castro Daire registou a tendência verificada a nível regional e nacional, apresentando uma diminuição de alunos matriculados.



Fonte: INE

***Gráficos 19** - Número de alunos matriculados por nível de ensino, por natureza do estabelecimento público de Castro Daire*

Ano Letivo	Região Centro		Portugal Continental	
	Ensino Básico	Secundário	Ensino Básico	Secundário
2015/2016	168 159	57 064	804 636	264 199
2016/2017	166 433	56 575	794 331	265 455
2017/2018	166 309	55 656	788 540	261 614
2018/2019	166 313	56 273	781 069	262 687
2019/2020	165 215	56 203	773 652	262 574

Tabela 30 *-Número de alunos matriculados por nível de ensino, por natureza do estabelecimento público da região Centro e de Portugal Continental*

3.4 Taxa de retenção e desistência no Ensino Básico e Secundário, por ciclo de ensino

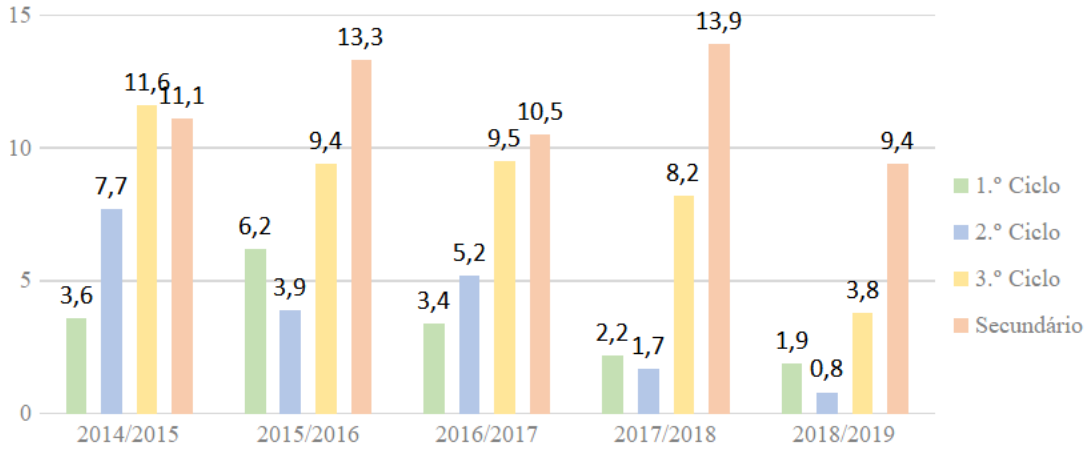
De acordo com a **Gráfico 20**, verifica-se uma diminuição da taxa de retenção e desistência do Ensino Básico e Secundário, ao longo dos últimos anos. Assim sendo, no município de Castro Daire, no ano letivo 2014/2015, registou-se uma percentagem de 22,6% para o 1.º, 2.º e 3º Ciclo e de 11,1 pontos percentuais para o Secundário. No que concerne ao mais recente ano, constata-se que os mesmos níveis de ensino apresentam uma percentagem igual a 6,5% e a 9,4 %, respetivamente. O 1.º Ciclo apresentou a maior termo percentil de retenção e desistência no ano letivo de 2015/2016, igual a 6,2%, o 2.º e o 3.º Ciclo no ano letivo de 2014/2015, com 7,7% e 11,6%, simultaneamente, enquanto, o secundário registou a maior percentagem, de 13,9%, no ano letivo 2017/2018.

Tendo por base as **Tabela 32** e **33**, a taxa de retenção e desistência dos alunos do Ensino Básico e Secundário registou uma diminuição, quer a nível regional, quer a nível nacional. Neste sentido, o 1.º, 2.º e 3.º Ciclo da região Centro apresentou um decréscimo de 2,0%, 4,3% e de 5,1%, respetivamente, e uma diminuição de 3,9% no ensino secundário. Por sua vez, Portugal Continental registou menos 2,0% para o 1.º Ciclo, 4,7% para o 2.º Ciclo, 7,8% para o 3.º Ciclo e, por fim, 3,5% para o Secundário. Em suma, contrariamente ao registado a nível regional e nacional, entre os anos letivos de 2014/2015 e 2018/2019 o município de Castro Daire apresentou um aumento na percentagem de retenção e desistência para todos os níveis de ensino.

	Município	NUTS III	NUTS II	Portugal
Taxa de retenção e desistência no ensino básico regular (%)	2,2	1,4	1,7	2,2
Taxa de transição/ conclusão no ensino secundário regular (%)	94,0	93,3	92,9	91,5

Fonte: Ministério da Educação e Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência

***Tabela 31** - Indicadores de Educação, 2020*



Fonte: INE – Estimativas Anuais da População Residente, PORDATA

***Gráficos 20** - Taxa de retenção e desistência (%), por nível de ensino, dos alunos Castro Daire*

Ano Letivo	Região Centro			
	1.º Ciclo	2.º Ciclo	3.º Ciclo	Secundário
2014/2015	3,80%	7,20%	10,70%	0
2015/2016	3,50%	5,50%	8,20%	14,00%
2016/2017	2,70%	4,70%	7,40%	13,50%
2017/2018	2,50%	4,00%	6,80%	12,20%
2018/2019	1,80%	2,80%	4,30%	11,40%

Fonte: INE – Estimativas Anuais da População Residente, PORDATA

***Tabela 32** - Taxa de retenção e desistência (%), por nível de ensino, dos alunos da região Centro*

Ano Letivo	Portugal Continental			
	1.º Ciclo	2.º Ciclo	3.º Ciclo	Secundário
2014/2015	4,00%	8,50%	12,10%	16,40%
2015/2016	3,60%	6,70%	9,80%	15,50%

2016/2017	0	0	0	0
2017/2018	0	0	0	0
2018/2019	0	0	0	0

Fonte: INE – Estimativas Anuais da População Residente, PORDATA

Tabela 33 *- Taxa de retenção e desistência (%), por nível de ensino, dos alunos em Portugal Continental*

Síntese do capítulo 2 "Direito ao Desenvolvimento":

- Mediante o conjunto de conclusões consideradas ao longo do segundo capítulo, torna-se fundamental evidenciar que:

- No que concerne à taxa bruta de escolarização (%), no município de Castro Daire, o género masculino apresentava, de 2014 a 2017, uma percentagem superior relativamente às mulheres. Contudo, este cenário é invertido entre o ano de 2017 e 2019, na medida em que o sexo feminino, ao longo do período mencionado, detém a maior proporção, tendência que se verifica, de igual modo, na região Centro e em Portugal continental.

- Como verificado nas duas maiores zonas em estudo, Castro Daire, do ano letivo 2015/2016 para o ano letivo de 2019/2020, regista uma diminuição do número de alunos matriculados nos diferentes níveis de ensino.

- Não obstante ao decréscimo anotado, ao longo dos últimos anos, para a taxa de retenção e desistência do Ensino Básico e Secundário no município em análise e contrariamente ao sucedido em termos regionais e nacionais, Castro Daire apresentou, entre os anos letivos de 2014/2015 e 2018/2019, um aumento na percentagem de retenção e desistência em todos os níveis de ensino.

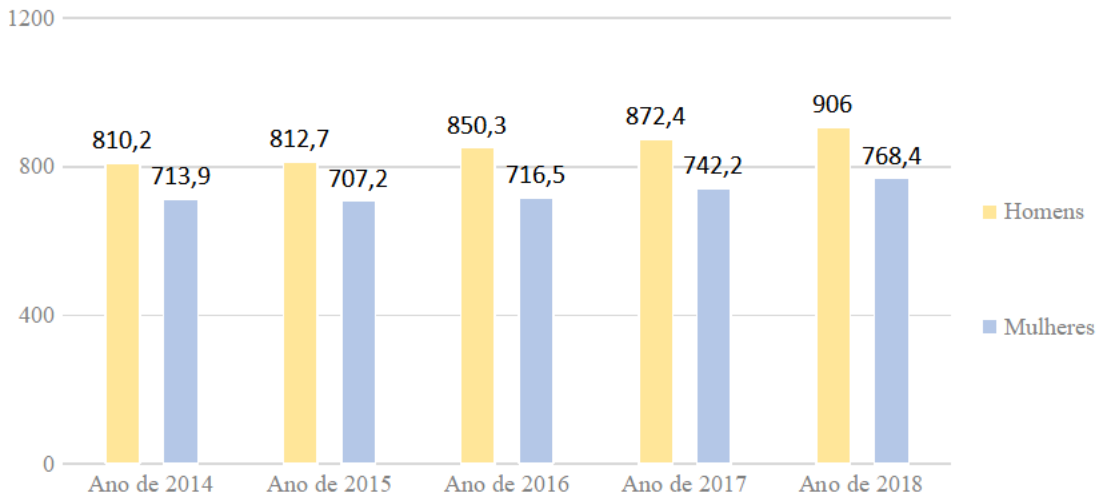
4.1 Ganho médio mensal, por sexo

Decerto, a desigualdade salarial entre géneros é, até então, uma realidade conhecida e expressamente nítida, nos tempos que se vivenciam. Assim, de acordo com o indicado na **Gráfico 21**, os homens possuem ganhos médios mensais superiores às mulheres no município de Castro Daire, tendência que se verifica, concomitantemente, a nível regional e nacional (**Tabela 34**).

No período em análise, de 2014 para 2018, o género masculino que exerce atividades laborais por conta de outrem no município em estudo, regista um aumento de 95,8€, o que corresponde, em termos percentis, a 11,8%, em oposição ao feminino que representa somente um acréscimo de 54,5€, registado por uma percentagem de 7,6% (**Gráfico 21**). Conforme a leitura dos dados exibidos na **Tabela 34**, o ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem, na região Centro e em Portugal Continental, tende a elevar para ambos os sexos. Assim, em termos regionais, de 2014 para 2018, o masculino adquiriu mais 63,6€ (proporcional a 7,4%) e o feminino mais 64,7€ (o que equivale a 9,1%). Por outro lado, no território nacional, os homens ganham mais 54,1€ (correspondente a 5,5%) em 2018 do que em 2014 e as mulheres mais 68,3€ (que, em termos percentis, é igual a 8,3%).

Perante o exposto, o ganho mensal definido pela desagregação do sexo enuncia que, ao longo do período assinalado, os indivíduos do género masculino apresentam, invariavelmente, uma vantagem salarial face aos sujeitos pertencentes ao feminino.

Em suma, apesar da análise realizada compreender resultados positivos referente à luta para a igualdade salarial entre géneros, torna-se imprescindível mencionar que, no município de Castro Daire, a maior diferença de rendimentos – cerca de 137,6€ – entre os sexos, é exibida no último ano mencionado, o que justifica a conceção de que, apesar de desenvolvido, o presente assunto ainda se encontra distante de ser concretizado.



Fonte: PORDATA – Estimativas Anuais de Emprego e Mercado de Trabalho, salários

Gráficos 21 *- Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem, no município, por sexo*

Ano	Região Centro		Portugal Continental	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
2014	854,2	707,7	985	820,3
2015	860,2	711,7	990	825
2016	871,6	727,3	997,4	840,3
2017	889,2	747,7	1 012,20	861,2
2018	917,8	772,4	1 039,10	888,6

Fonte: PORDATA – Estimativas Anuais de Emprego e Mercado de Trabalho, salários

Tabela 34 *- Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem, na região Centro e em Portugal Continental, por sexo*

4.2 Pessoas inscritas no Centro de Emprego e de Formação Profissional

De acordo com a interpretação dos dados expostos na **Tabela 35**, o número médio de indivíduos inscritos no Centro de Emprego e de Formação Profissional de Castro Daire apresentou uma ligeira diminuição no decorrer dos últimos anos. Assim sendo, o ano de 2016 detém uma média de 786,6 indivíduos, correspondendo ao número mais elevado para todas as faixas etárias em análise, enquanto o ano de 2020 apresentou um total de 548,2. Torna-se pertinente salientar que, no decorrer do ano de 2017, a faixa etária dos 25 aos

34 anos apresentou uma diminuição de 18,8 indivíduos, face ao ano anterior, no entanto, para o ano de 2018 existe um aumento de 10,1.

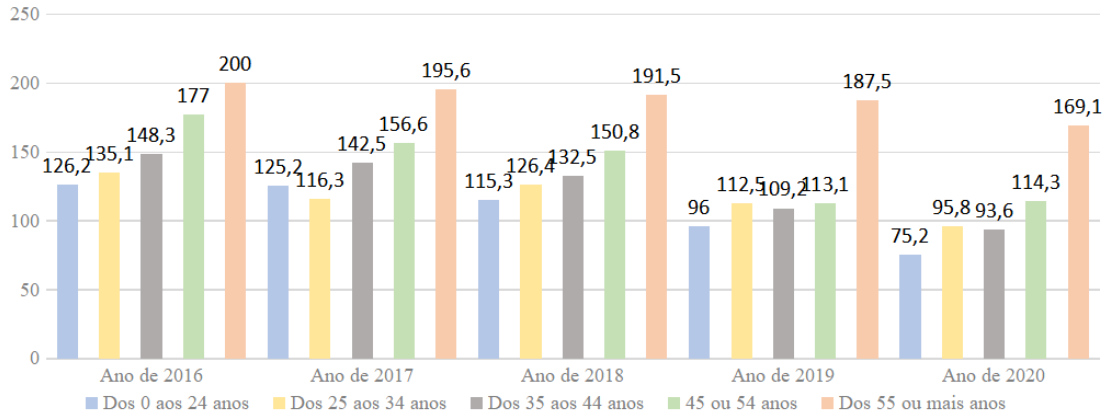
No que se refere à região Centro de Portugal e tendo como referência os valores disponibilizados na **Tabela 36**, constata-se uma quebra de, aproximadamente, 25 800 inscrições nos Centros de Emprego e de Formação Profissional, salientando a maior diminuição nos indivíduos cujas idades se compreendem entre os 45 e os 54 anos. Não obstante, a nível continental verifica-se uma tendência na diminuição da população desempregada inscrita nos mencionados centros, dado que, entre os anos 2016 e 2020, diminuiu 131 536,7, tal como sugere a **Tabela 37**.

A análise efetuada permite concluir que, no decorrer dos últimos cinco anos, verifica-se um declínio no número de indivíduos desempregados inscritos nos Centros de Emprego e de Formação Profissional, nas várias regiões do país, sendo que a faixa etária com maior expressão corresponde ao intervalo de idades dos 45 aos 54 anos.

Ano de 2011	Portugal	Região Centro	Castro Daire
Proporção da população desempregada à procura do primeiro emprego	18,5%	18,6%	23,90%
Taxa de desemprego	13,20%	11,00%	11,00%
Taxa de desemprego jovem	27,90%	24,90%	22,60%

Fonte: PORDATA

Tabela 35 *- Número de desempregados no ano de 2011*



Fontes: IEFP/MTSSS-METD, PORDATA

***Gráficos 22** - Média anual da população desempregada inscrita nos centros de emprego e de formação profissional de Castro Daire*

Ano	Região Centro				
	0 – 24 anos	**25 – 34 anos**	**35 – 44 anos**	**45 – 54 anos**	**55 ou mais anos**
2016	11 719,3	18 479,3	19 556,2	20 162,9	21 231,9
2017	9 498,8	14 719,2	15 605,5	16 116,1	19 192,3
2018	7 467,5	11 537,6	12 728,9	12 886,3	16 908,6
2019	6 915,2	10 422,1	11 286,8	11 339,7	15 518,7
2020	8 366,3	13 482,9	13 724,4	13 387,9	16 408,0

Fontes: IEFP/MTSSS-METD, PORDATA

***Tabela 36** - Média anual da população desempregada inscrita nos centros de emprego e de formação profissional da região Centro*

Ano	Portugal Continental				
	0 – 24 anos	**25 – 34 anos**	**35 – 44 anos**	**45 – 54 anos**	**55 ou mais anos**
2016	58 743,0	95 370.7	105 168,3	115 882,4	116 412,9
2017	45 595,1	75 805,3	84 591,5	93 857,7	107 281,7
2018	34 368,2	59 685,5	68 553,8	74 786,6	95 315,1
2019	29 769,5	52 200,6	59 393,2	63 678,7	86 453,7
2020	40 523,6	74 612,2	75 972,8	76 169,0	92 763,0

Fontes: IEFP/MTSSS-METD, PORDATA

***Tabela 37** - Média anual da população desempregada inscrita nos centros de emprego e de formação profissional de Portugal Continental*

4.3 Famílias com processamento de Rendimento Social de Inserção

No que concerne aos indicadores relacionados com o número de famílias detentoras de processamento de Rendimento Social de Inserção, a figura posterior fornece determinados valores desagregados por 5 anos para o distrito de Viseu e para o continente.

Neste contexto, mediante a **Tabela 38**, é possível concluir que, a nível regional, o universo assinalado por este indicador, aumenta 416 de 2014 para 2018, o que corresponde a uma percentagem de 8,8%, em oposição a Portugal Continental, que detém uma perda de 5 359 famílias detentoras deste apoio, equivalente a um decréscimo de 3,8%. Ademais, na citada figura, observa-se que, no ano de 2014, o distrito de Viseu (com 4 711 famílias com processamento de Rendimento Social de Inserção) representa 3,4% do total (descrito pelo número 139 557 famílias). Porém, no último ano em estudo, o mesmo distrito (com 5 127 famílias) regista um aumento de 4 décimas, perfazendo a percentagem de 3,8% do número total de famílias com processamento de Rendimento Social de Inserção a nível nacional (134 198 famílias). Não obstante ao aludido, é no ano de 2018 que Viseu apresenta o maior número de famílias possessoras do mencionado apoio, enquanto no continente esse pico é registado em 2014.

Ao efetuar um levantamento dos resultados patentes na **Tabela 38**, conclui-se que os mesmos, devido ao período em análise (de 2014 a 2018), podem se encontrar relacionados com a crise económico-financeira que o país atravessou e pela derivada emergência de proteção social de um maior número de agregados familiares.

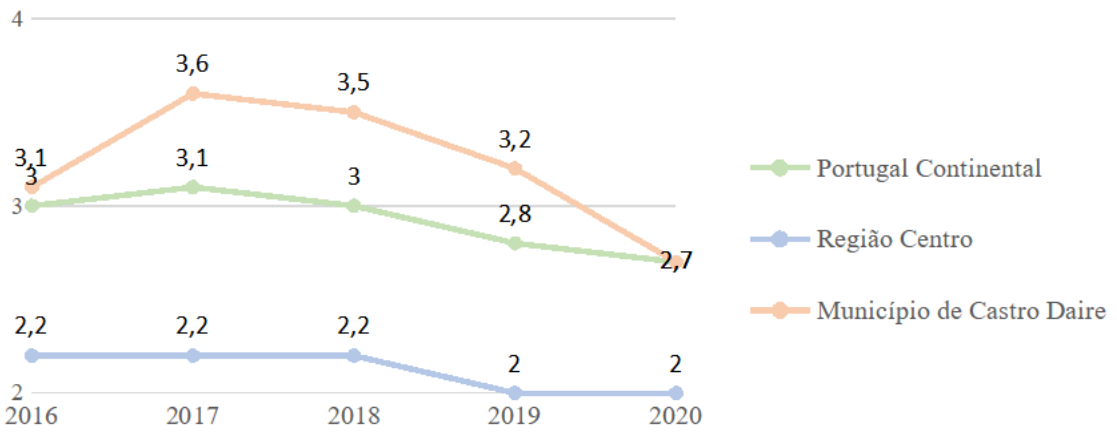
Ademais, após a análise dos dados da **Gráfico 23**, importa ressalvar que, do ano 2017 a 2020, o número de beneficiários do Rendimento Mínimo Garantido e Rendimento Social de Inserção da Segurança Social, no total da população residente com 15 e mais anos tem diminuído nas três zonas territoriais. Todavia, o município de Castro Daire contém, de forma constante, o maior número de beneficiários, ao longo do período em estudo. Atualmente, o mesmo encontra-se com o valor exato registado em Portugal, dado que, de 2019 (no qual o município detinha um universo de 3,2% de beneficiários) para 2020 (onde possui

2,7%), se assinala uma diferença de menos 0,5% indivíduos detentores do referido apoio.

Ano	Distrito de Viseu	Portugal Continental
2014	4 711	139 557
2015	4 690	134 161
2016	4 773	132 696
2017	5 051	134 918
2018	5 127	134 198

Fonte: Estatísticas da Segurança Social, Rendimento Social de Inserção

Tabela 38 *- Famílias com processamento de RSI, no distrito de Viseu e a nível nacional*



Fonte: PORDATA, INE - Estimativas Anuais da População Residente

Gráficos 23 *- Distribuição do número de beneficiários do Rendimento Mínimo Garantido e Rendimento Social de Inserção da Segurança Social no total da população residente com 15 e mais anos (%)*

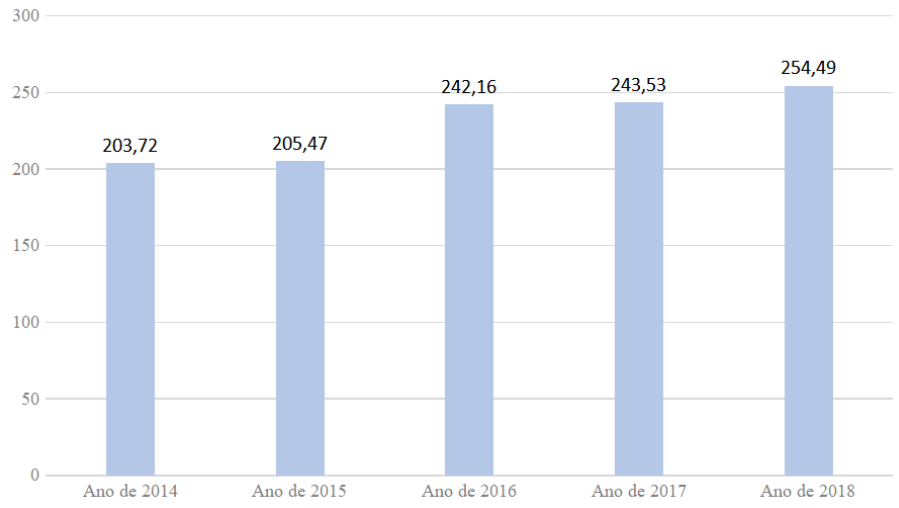
4.4 Valor médio do RSI, por família

O valor médio do Rendimento Social de Inserção, no distrito de Viseu, disponibilizado para cada família correspondia, no ano de 2014, a um total de 203,72 €. Neste sentido, tendo em consideração o valor cedido para o último ano em análise, torna-se possível constatar que, mediante a **Gráfico 24**, o valor médio aumentou 50,77 €, face ao ano de 2014.

Por sua vez, e tal como se verificou no distrito de Viseu, o valor médio do Rendimento Social de Inserção, ao nível de Portugal Continental e da região

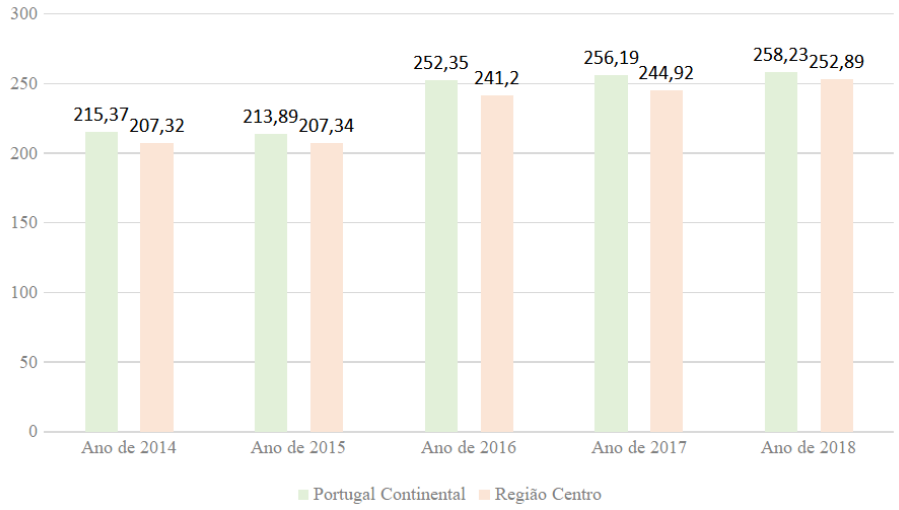
Centro (**Gráfico 25**) apresentou um acréscimo de 50,16 € e de 45,57 €, respetivamente, tendo por base o ano de 2014.

Em suma, mediante uma análise minuciosa das informações concedidas nas figuras em causa, torna-se possível averiguar que o valor médio do Rendimento Social de Inserção disponibilizado para o distrito de Viseu nos anos de 2014 e de 2015, se encontrava ligeiramente inferior face ao panorama regional e nacional.



Fonte: Estatística da Segurança Social

***Gráficos 24** - Distribuição do valor médio do Rendimento Social de Inserção (€), por família, no distrito de Viseu*



Fonte: Estatística da Segurança Social

***Gráficos 25** - Distribuição do valor médio do Rendimento Social de Inserção (€), por família, em Portugal e na região Centro*

4.5 Número de titulares com processamento de abono de família, por sexo

Segundo a **Tabela 39**, respetiva ao número de titulares com processamento de abono de família, torna-se possível averiguar que, tanto ao nível distrital como ao nível nacional, o sexo masculino é predominante neste indicador ao possuir, no período analisado, o maior número de titulares com processamento de abono de família, quando comparados com os valores aludidos para o género oposto.

Para além disso, verifica-se que, no ano de 2018, dos 1 217 757 beneficiários a nível nacional, 40 808 residem no distrito de Viseu (20 128 mulheres e 20 680 homens), o que se afigura numa percentagem de 3,4% do número total. De 2014 para 2018, a nível distrital regista-se uma diminuição de 1 562 titulares do sexo feminino (que corresponde a um declínio de 7,2%) e 1 556 do sexo masculino (equivalente a uma perda de, aproximadamente, 6,7%). Por outro lado, no continente o cenário é idêntico, na medida em que, ao comparar o primeiro e último ano em estudo, persistem menos 22 707 rapazes titulares com processamento de abono de família (diminuição de 3,7%) e menos 20 922 raparigas (um declive de 3,3%). Neste contexto, enquanto em Viseu se observa um maior decréscimo no género feminino, em Portugal Continental esse confirma-se nos rapazes.

Posto isto, ao longo do tempo, existe uma tendência de diminuição do número de titulares do presente abono, em ambos os sexos e localização geográfica analisadas na **Tabela 39**.

Ano em estudo	Distrito de Viseu		Portugal Continental	
	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino
2014	21 690	22 236	621 443	639 943
2015	20 829	21 375	606 879	626 022
2016	20 368	20 862	593 338	612 679
2017	20 293	20 829	601 590	621 752
2018	20 128	20 680	598 736	619 021

Fonte: Estatísticas da Segurança Social, Prestações familiares

Tabela 39 *- Número de titulares com processamento de abono de família, por sexo, centro distrital e continental*

4.6 Beneficiários/as com processamento de prestações para a parentalidade

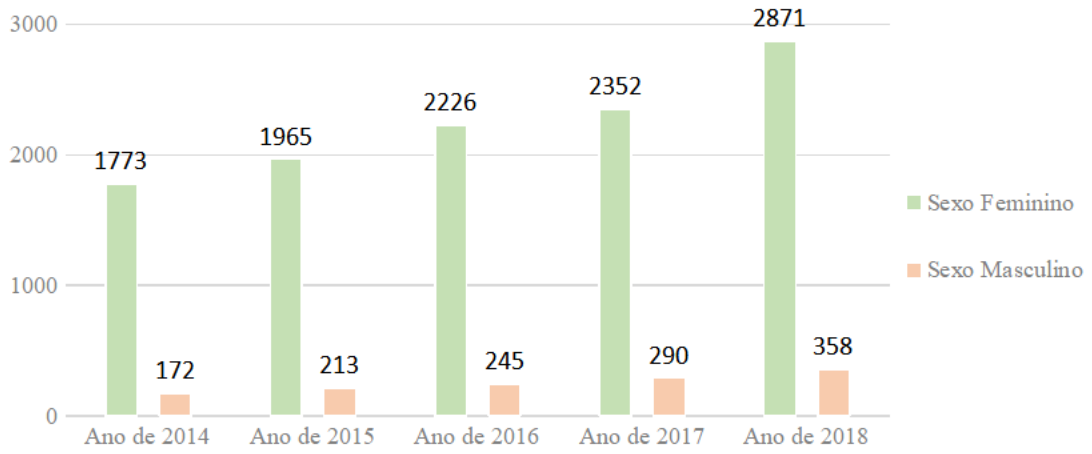
De acordo com as Estatística da Segurança Social (**Gráfico 26**), observa-se que entre os anos de 2014 e de 2018 existiu um aumento de 1 284 indivíduos a beneficiar do processamento de subsídio por assistência a filho. Ao longo dos anos em análise, verifica-se um aumento constante no número de beneficiários, sendo que se registou um acréscimo mais significativo no ano de 2018, com um total de 3 229.

Por sua vez, de acordo com a **Tabela 40**, tanto a região Centro como Portugal Continental registaram, também, entre o ano de 2014 e de 2018, um aumento do número de beneficiários igual a 10 103 e 45 081, respetivamente. Paralelamente à situação registada no distrito de Viseu, a região Centro bem como Portugal Continental registaram um aumento substancial no número de indivíduos a beneficiar de subsídio por assistência a filho, no ano de 2018.

Para o indicador em análise, torna-se importante observar a distribuição, por sexo, nos diferentes locais em estudo, mediante o auxílio das **Gráfico 26** e **Tabela 40**. Assim sendo, quer a nível distrital, regional e nacional, o género feminino apresenta um número significativo dos indivíduos a requerer o subsídio em causa.

Por sua vez, e tendo como base a **Tabela 40**, referente ao número de beneficiários com processamento de subsídio por assistência a filho, na região

Centro e em Portugal Continental, é possível averiguar que existiu um aumento ao longo dos anos, sendo que a região Centro e Portugal Continental registaram, respetivamente, um aumento de 1683,8 beneficiários.



Fonte: Estatísticas da Segurança Social, Prestações familiares

***Gráficos 26** - Distribuição, por número, dos beneficiários com processamento de subsídio por assistência a filho do distrito de Viseu*

Ano	Região Centro		Portugal Continental	
	Sexo Feminino	Sexo Masculino	Sexo Feminino	Sexo Masculino
2014	14 507	1 570	62 080	7 456
2015	16 459	1 915	75 045	9 884
2016	18 934	2 300	82 588	11 330
2017	20 141	2 700	88 713	13 066
2018	22 909	3 271	99 239	15 378

Fonte: Estatísticas da Segurança Social, Prestações familiares

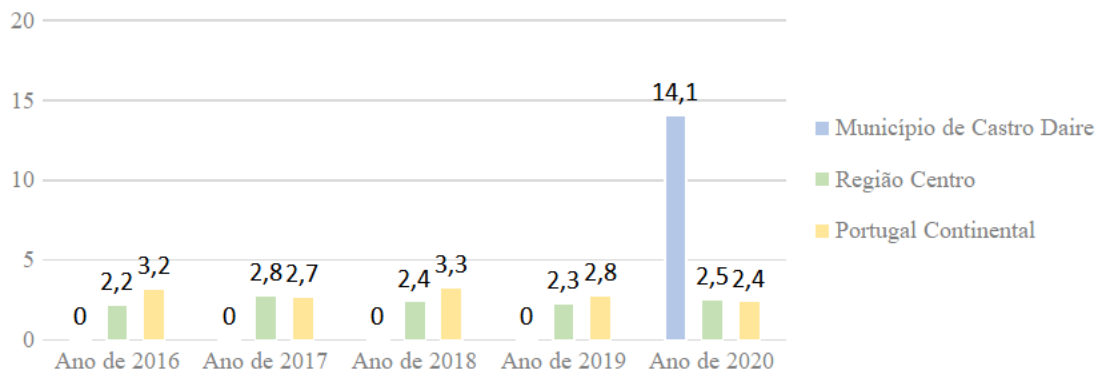
***Tabela 40** - Distribuição, por número, dos beneficiários com processamento de subsídio por assistência a filho na região Centro e em Portugal Continental*

4.7 Taxa de mortalidade infantil

No âmbito da mortalidade infantil, os resultados encontram-se exibidos na figura previamente apresentada. Nesta, observa-se que, entre 2016 e 2020, a taxa de mortalidade infantil aumentou 0,3 pontos na região Centro, contudo a mesma regista um decréscimo de 0,8 pontos a nível nacional. Após efetuar a

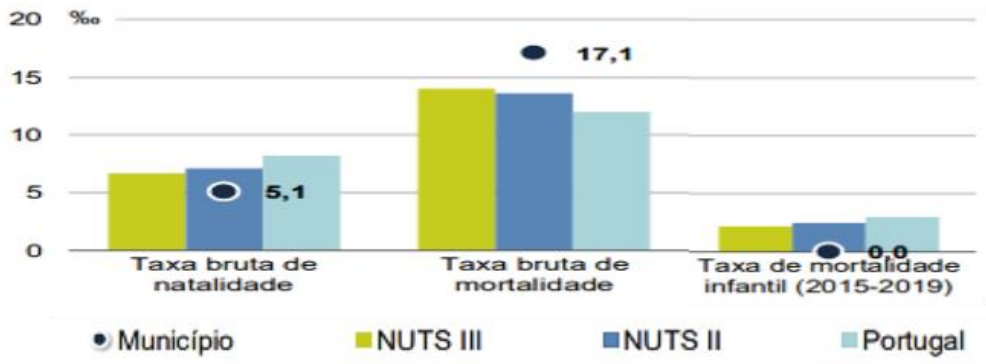
comparação dos valores referentes à região em estudo e a Portugal, conclui-se que, somente nos anos de 2017 e de 2020, o Centro regista uma maior taxa, com uma diferença de 0,1 pontos do valor continental.

Não obstante às observações efetuadas, na **Gráfico 27** e na **Gráfico 28**, importa distinguir o número relativo ao município de Castro Daire, para o ano 2020, dado representar uma taxa extremamente elevada de óbitos infantis.



Fonte: PORDATA | municípios – População, óbitos e INE – Estimativas Anuais da População Residente

***Gráficos 27** - Taxa de mortalidade infantil (‰) por município, região e a nível nacional*



Fonte: INE, Indicadores Demográficos, Óbitos por Causas de Morte, Estatísticas do Pessoal de Saúde, Estatísticas das Farmácias

***Gráficos 28** - Taxa bruta de natalidade, taxa bruta de mortalidade e taxa bruta de mortalidade infantil, por NUTS e município, do ano 2020*

4.8 Percentagem de crianças/jovens com excesso de peso

Segundo o estudo Health Behaviour in School-aged Children (HBSC), realizado em 2014 com crianças e jovens dos 11 aos 19 anos, o género feminino,

na região Centro, detém a maior percentagem (54,4%) no que concerne ao excesso de peso, como demonstra a Figura 55. Neste sentido, ao comparar com o género oposto, verifica-se que as meninas completam mais 9% (aproximadamente) no ano em análise. Ademais, a mesma figura retrata que é no 8.º ano de escolaridade onde se verifica um número superior de crianças e jovens detentores de excesso de peso, representado em 48,3 pontos percentuais.

O reconhecimento dos motivos que conduzem a estas conclusões não resultam da presente análise, pois torna-se necessário uma avaliação próxima às causas que possam justificar estas realidades, atendendo a que são indicadores referentes à região Centro.

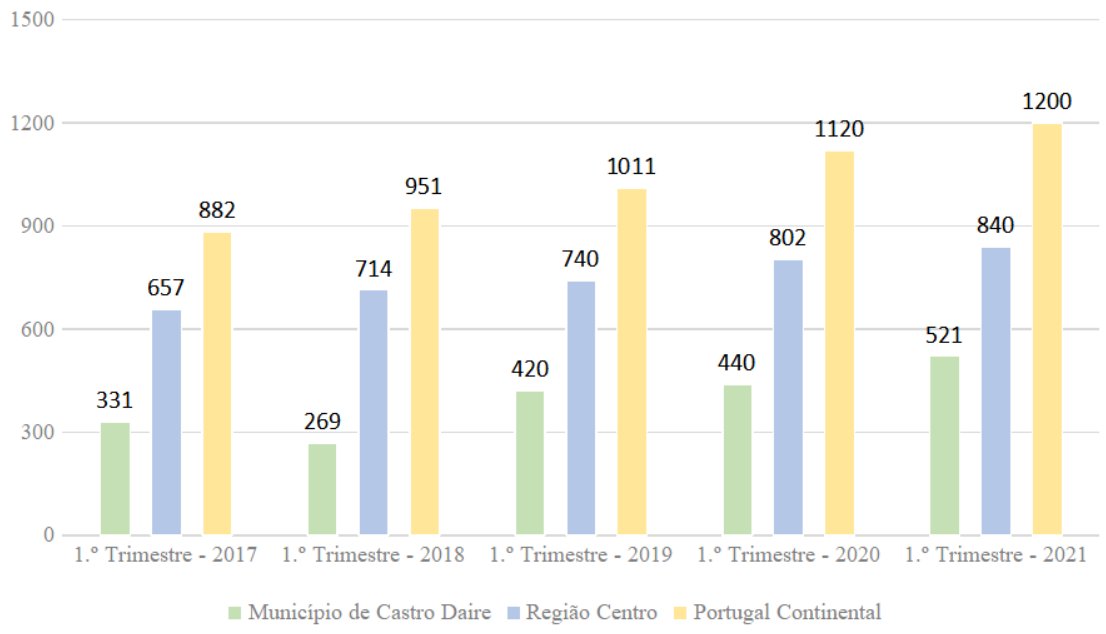
Ano	Género (%)		Escolaridade (%)		
	Masculino	Feminino	6.º ano	8.º ano	10.º ano
2014	45,60%	54,40%	29,20%	48,30%	22,50%

Fonte: Estudo Health Behaviour in School-aged Children (HBSC) - A Saúde dos Adolescentes portugueses em 2014

***Tabela 41** - Percentagem de crianças/jovens, dos 11 aos 19 anos, com excesso de peso, por género e escolaridade, na região Centro*

4.9 Valor médio das rendas de casa

Face ao valor mediano das vendas por m2 de alojamentos familiares (€) no primeiro trimestre de cada ano, como demonstra a **Gráfico 29**, averigua-se que o mesmo, no município de Castro Daire, embora tende a aumentar, apresenta valores menores ao ser comparado com a região Centro e Portugal Continental. Entre o primeiro semestre de 2017 e o primeiro de 2021, o município em análise regista um aumento de 57,4%, a região um acréscimo de 27,9% (aproximadamente) e Portugal 36,1%. Neste sentido, conclui-se que o município de Castro Daire tem denotado a maior evolução no que concerne a este indicador.



Fonte: INE – Estatísticas Anuais de preços da habitação ao nível local

***Gráficos 29** - Valor mediano das vendas por m2 de alojamentos familiares (€) no primeiro trimestre, por município, região e a nível nacional*

Síntese do capítulo 3 "Direito à Sobrevivência":

- Face às análises efetuadas no decorrer do mencionado capítulo, apresentam-se, seguidamente, as principais conclusões:

- A desigualdade salarial entre ambos os géneros representam um problema na sociedade contemporânea e, em particular, ao nível do município de Castro Daire. Neste sentido, ainda que a consciencialização deste indicador tenda a ganhar uma maior expressão no decorrer dos anos, a verdade é que existem, ainda, diversas lacunas no sentido de amenizar o mesmo. O concelho em estudo (Castro Daire) apresenta, assim, desigualdade no que concerne ao ganho mensal, para ambos os sexos, dado que o género masculino apresenta uma maior vantagem perante o género feminino. Face ao mencionado, a posição socioeconómica vulnerável a que a mulher é exposta, promove uma maior discrepância, ao nível da qualidade de vida, face ao sexo oposto levando, de igual forma, a que a mesma e, consequentemente, o seu agregado familiar, se encontrem mais suscetíveis ao risco social.

- No decorrer dos últimos anos, o concelho de Castro Daire apresentou uma diminuição no número de inscritos no Centro de Emprego e de Formação Profissional. Este decréscimo apresentou uma maior expressão na faixa etária dos 25 aos 34 anos, levando, concomitantemente, a um aumento de oportunidades de trabalho bem como, uma melhoria na qualidade de vida, em idade ativa, da população do mencionado município.

- No que concerne ao número de famílias com processamento de Rendimento Social de Inserção verificou-se, no decorrer do ano de 2018, um aumento percentual de 8,8%, ao nível da região Centro, bem como, um crescimento de 3,8% ao nível do distrito de Viseu. Ainda que, para as localidades anteriormente mencionadas, seja nítido um crescimento do número de famílias com processamento de Rendimento Social de Inserção, denota-se uma tendência oposta para Portugal Continental, dado que o mesmo apresentou um decréscimo de 3,8%. Assim sendo, e tendo em consideração o período temporal analisado, a emergência de proteção social de um maior número de agregados familiares poderá relacionar-se com a crise económico-financeira que o país atravessou.

- O município de Castro Daire contém, de forma constante, o maior número de beneficiários, ao longo do período em estudo. Atualmente, o mesmo encontra-se com o valor exato registado em Portugal, dado que, de 2019 (no qual o município detinha um universo de 3,2% de beneficiários) para 2020 (onde possui 2,7%), se assinala um notório declínio na percentagem de indivíduos detentores do referido apoio.

- Por sua vez, o valor médio do Rendimento Social de Inserção apresentou um crescimento de 50,77€, no distrito de Viseu, ao longo dos últimos anos. Este aumento monetário, representou num aumento de 203,72€ para 254,49€ em 2018.

- No que concerne ao número de titulares com processamento de abono de família, averigua-se que o sexo masculino apresenta, no decorrer do ano de 2018, uma predominância face ao sexo feminino, quer a nível distrital como nacional. Ao longo do período em análise para o mencionado indicador (de 2014

a 2018), verifica-se uma quebra, no distrito de Viseu, para ambos os sexos, tendência essa que se replica em toda a localização geográfica.

- Tendo por base as Estatísticas da Segurança Social, a assistência a filho é assumida, maioritariamente, pelo sexo feminino. Neste sentido, os dados permitem-nos corroborar o destaque dado às mulheres, no que concerne às tarefas associadas ao cuidado dos filhos e espaço familiar, uma vez que, entre os anos de 2014 e 2018 torna-se possível verificar um aumento constante de beneficiários do processamento de subsídio por assistência a filho, dos quais o género feminino apresenta um número significativos de indivíduos.

- Os hábitos alimentares das crianças e jovens ainda se afiguram muito aquém do expectável dado que existe, ainda, uma elevada percentagem (54,4%) de crianças da região Centro, com idades compreendidas entre os 11 e aos 19, que apresentam excesso de peso. Face ao estudo realizado pela Health Behaviour in School-aged Children (HBSC), constatou-se que é no 8.º ano de escolaridade onde se verifica um número superior de crianças e jovens detentores de excesso de peso, representado em 48,3 pontos percentuais.

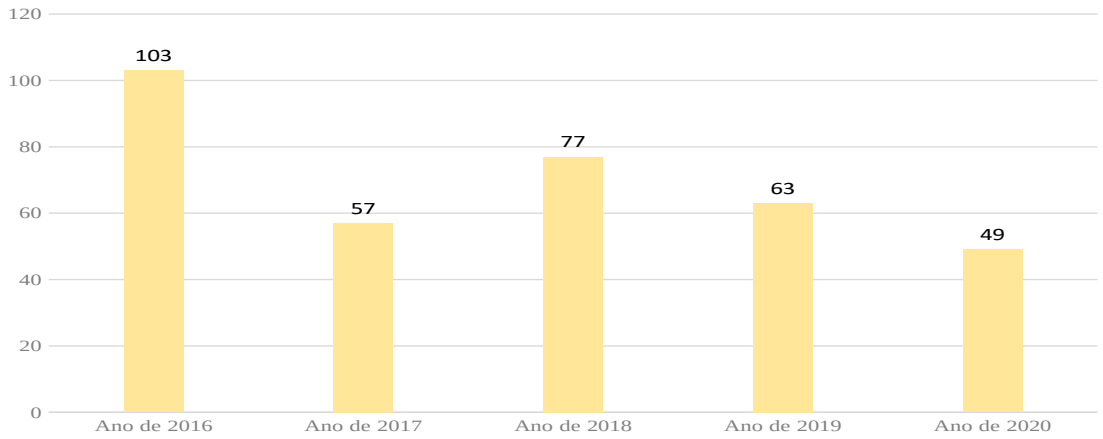
- No que diz respeito ao valor mediano das vendas por m2 de alojamentos familiares (€), verifica-se um aumento no município de Castro Daire, ainda que, comparativamente à realidade regional e nacional se encontre abaixo da média registada. Este aumento permite destacar uma evolução de Castro Daire, no que concerne ao mencionado indicador.

CAPÍTULO 4: Direito à Proteção

4.1 Número de crianças sinalizadas

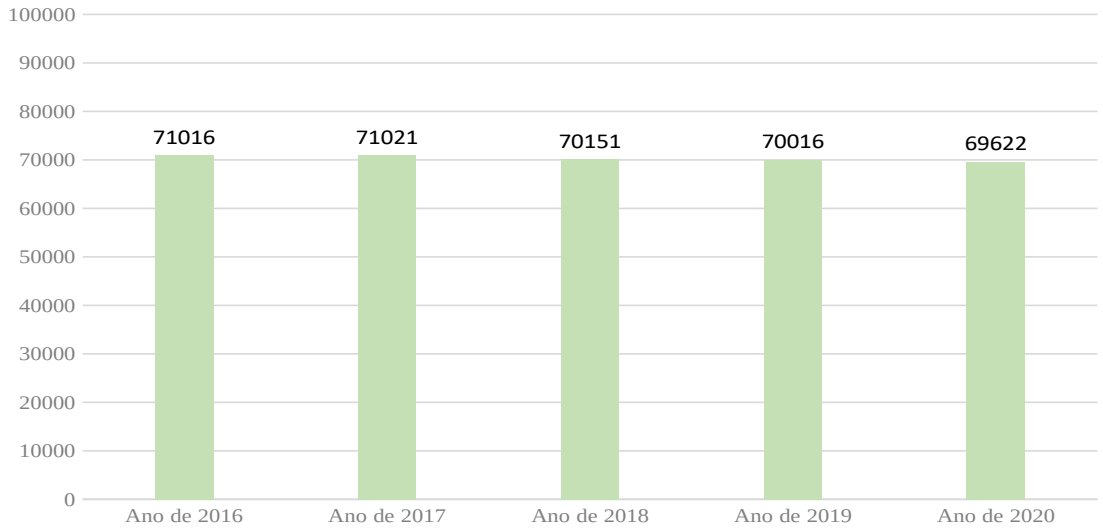
O número de crianças sinalizadas pelas Comissões de Proteção de Crianças e Jovens a nível nacional e, em particular, no município de Castro Daire, permite averiguar que, entre os anos de 2016 e 2020 existiu um

decréscimo no número de casos identificados. Assim sendo, Castro Daire, tal como demonstra a **Gráfico 30**, apresentou o seu máximo no ano de 2016, com um total de 103 crianças sinalizadas e um mínimo de 49, referente ao ano de 2020. No que concerne à realidade nacional (**Gráfico 31**), torna-se possível constatar que, apesar de registar a mesma tendência do município de Castro Daire, relativamente à diminuição do número de crianças sinalizadas à medida que os anos vão avançado, o valor mais elevado foi registado em 2017, com um total de 71 021 crianças.



Fonte: Relatório *Caracterização Geral do concelho de Castro Daire*

***Gráficos 30** - Distribuição, por número, de crianças sinalizadas residentes em Castro Daire*



Fonte: Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens (CNPDPCJ) – 2016 a 2020

***Gráficos 31** - Distribuição, por número, de crianças sinalizadas residentes em Portugal*

4.2 Tipologia de perigo por sexo e idade da criança

De acordo com o Relatório de Avaliação da Atividade das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens – 2016, divulgado no ano de 2017, as situações de perigo participadas à mencionada entidade distribuem-se de acordo com um conjunto de tipologias que têm vindo a ser aplicadas e, por vezes, complementadas com novas subcategorias. Importa, assim, realçar que na presente categorização das situações de perigo consideram-se os processos iniciados no ano (instaurados e reabertos).

As principais situações de perigo comunicadas às Comissões de Proteção de Crianças e Jovens são, fundamentalmente, a Negligência, o Direito à Educação, os Comportamentos de Perigo na Infância e Juventude e, por fim, o Maltrato Físico, como se reportam as figuras infra. Contudo, no ano de 2016 verificam-se, ainda, situações de exposição a comportamentos que possam comprometer o bem-estar e o desenvolvimento da criança e no ano de 2020 acrescentam, como categorias de perigo diagnosticadas, a Violência Doméstica, o Maltrato Psicológico, o Abandono e, ainda, a Exploração Infantil.

Posto isto, nas situações de perigo aludidas pela **Tabela 42** e pela **Tabela 43**, verifica-se uma correlação entre o número de crianças e a idade das mesmas. Assim, somente a Negligência apresenta tendência a decrescer, conforme o aumento da idade, dado que o Direito à Educação e os Comportamentos de Perigo na Infância e Juventude exibem, por sua vez, números superiores com o avanço dos anos do menor. Ademais, torna-se possível observar que o Maltrato Físico não detém qualquer relação entre o estalão etário e os valores referentes à situação de perigo, apesar de relatar números mais elevados em crianças dos 6 aos 14 anos.

No que concerne ao género, no ano de 2016, confirma-se a predominância do masculino na Negligência (dos 0 aos 18 anos), no Direito à Educação (dos 6 aos 18 anos) e nos Comportamentos de Perigo na Infância e Juventude (dos 0 aos 18 anos). Todavia no Maltrato registam-se mais rapazes,

somente, dos 0 aos 14 anos, dado que dos 15 aos 18 os números revelam-se desfavoráveis para as raparigas. Em 2020, persistem pequenas alterações ao referido, sendo que se observam mais casos do género feminino na Negligência (dos 15 aos 17 anos) e no Direito à Educação (dos 0 aos 5 anos).

Em suma, ao efetuar uma análise minuciosa à evolução do mencionado indicador, nos últimos cinco anos, conclui-se que, para todas as situações de perigo estudadas, os valores têm vindo a decrescer, o que confere, cada vez mais, uma maior importância aos assuntos direcionados para a promoção e proteção dos menores, bem como para o desenvolvimento de uma parentalidade positiva.

Escalão etário	Género	Situação de perigo			
		Negligência	Direito à Educação	Comportamentos de Perigo na Infância e Juventude	Maltrato Físico
0 a 5 anos	Feminino	1 341	0	13	132
	Masculino	1 409	0	19	167
6 a 10 anos	Feminino	1 008	267	118	169
	Masculino	1 182	315	330	240
11 a 14 anos	Feminino	747	650	786	207
	Masculino	813	780	1 358	209
15 a 18 anos	Feminino	431	1 650	1 218	197
	Masculino	472	2 355	1 955	123

Fonte: Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens (CNPDPCJ) – 2016

Tabela 42 *- Distribuição, por categorias de perigo, do número de crianças diagnosticadas pelas Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ), no ano de 2016, a nível nacional*

Escalão etário	Género	Situação de perigo			
		Negligência	Direito à Educação	Comportamentos de Perigo na Infância e Juventude	Maltrato Físico
0 a 5 anos	Feminino	689	3	12	20
	Masculino	730	1	17	24
6 a 10 anos	Feminino	554	85	37	38
	Masculino	581	94	117	62
11 a 14 anos	Feminino	386	212	285	45
	Masculino	434	319	520	49
15 a 17 anos	Feminino	240	402	475	37
	Masculino	221	602	682	29

Fonte: Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens (CNPDPCJ) – 2020

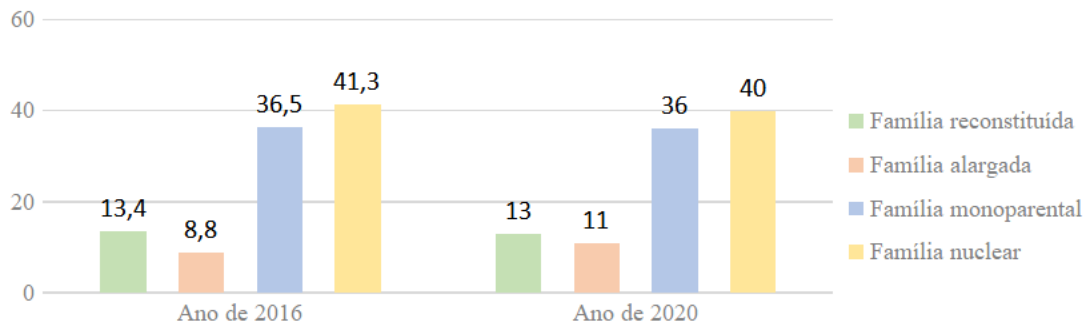
Tabela 43 - Distribuição, por categorias de perigo, do número de crianças diagnosticadas pelas Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ), no ano de 2016, a nível nacional

4.3 Tipologia dos agregados familiares em que se integram as crianças com diagnóstico

Dessarte, considerando a tipologia familiar da população portuguesa, segundo os Censos de 2011, os modelos de agregado familiar, nos quais residem as crianças acompanhadas são, nomeadamente, a família reconstituída, a família alargada, a monoparental e, por fim, a nuclear.

Perante a tipologia supracitada, verifica-se, na **Gráfico 32**, oscilações irrelevantes nos últimos cinco anos. De 2016 a 2020, as famílias nucleares, formadas por casal com filhos, representam a percentagem mais elevada do total dos agregados, tendo, contudo, vindo a decrescer. A este modelo familiar, segue-se o reconstituído e o monoparental que, apesar de não revelarem alterações no decorrer dos anos em estudo, apresentam elevadas percentagens que exigem, por esse motivo, uma maior atenção.

Não obstante às observações constatadas, a Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens (CNPDPCJ) revela que, para ambos os anos, 69% dos cuidadores principais eram do sexo feminino e 31% do género masculino.



Fonte: Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens (CNPDPCJ) – 2016 a 2020

Gráficos 32 - Caracterização, em termos percentis, do tipo de agregado familiar das crianças e jovens acompanhadas/os no decorrer do período entre 2016 e 2020

4.4 Tipo e número de Medidas de Promoção e Proteção aplicadas pelas Comissões de Proteção de Crianças e Jovens

No que concerne à tipologia e ao número de medidas de promoção e proteção aplicadas pelas Comissões de Proteção de Crianças e Jovens de todo o território nacional, teremos como recurso a **Tabela 44**. Neste sentido, e após uma análise minuciosa da mesma, torna-se possível averiguar que no ano de 2020 foram aplicadas 11 879 medida de promoção e proteção, correspondendo a, aproximadamente, um terço das medidas aplicadas no ano de 2016, no qual foram totalizadas 34 497. Esta redução poderá estar na origem do decréscimo de crianças sinalizadas ao longo dos últimos anos, tal como foi possível constatar na **Tabela 44**, referente ao indicador número de crianças sinalizadas.

No que concerne à tipologia das medidas aplicadas, torna-se possível verificar que a mais utilizada, para todos os anos em análise, corresponde ao apoio junto dos pais enquanto a medida menos aplicada se refere ao acolhimento familiar. Assim sendo, no ano de 2016 foram aplicadas 94 medidas de acolhimento familiar e 27 060 de apoio junto dos pais e no ano de 2020 as mesmas medidas apresentaram um decréscimo, totalizando 24 e 10 062, respetivamente.

Em suma, a medida mais utilizada em todos os anos em análise (de 2016 a 2020) corresponde ao apoio junto dos pais, seguindo-se a medida de apoio junto de um familiar uma vez que a intervenção junto de crianças e jovens em risco deve orientar-se de acordo com os princípios do primado da continuidade das relações psicológicas profundas, bem como da prevalência da família, desde que estejam reunidas as condições necessárias para o bem-estar do menor (alínea g) e h) do artigo 4.º da Lei 147/99, de 1 de setembro).

Medidas aplicadas	2016	2017	2018	2019	2020
Acolhimento familiar	94	83	42	16	24
Acolhimento residencial	3 242	2 888	1 317	1 007	558
Apoio para a autonomia de vida	207	210	112	74	59

Confiança a pessoa idónea	467	379	154	177	154
Apoio junto de outro familiar	3 427	3 101	1 303	1 329	1 022
Apoio junto dos pais	27 060	25 458	11 094	11 647	10 062

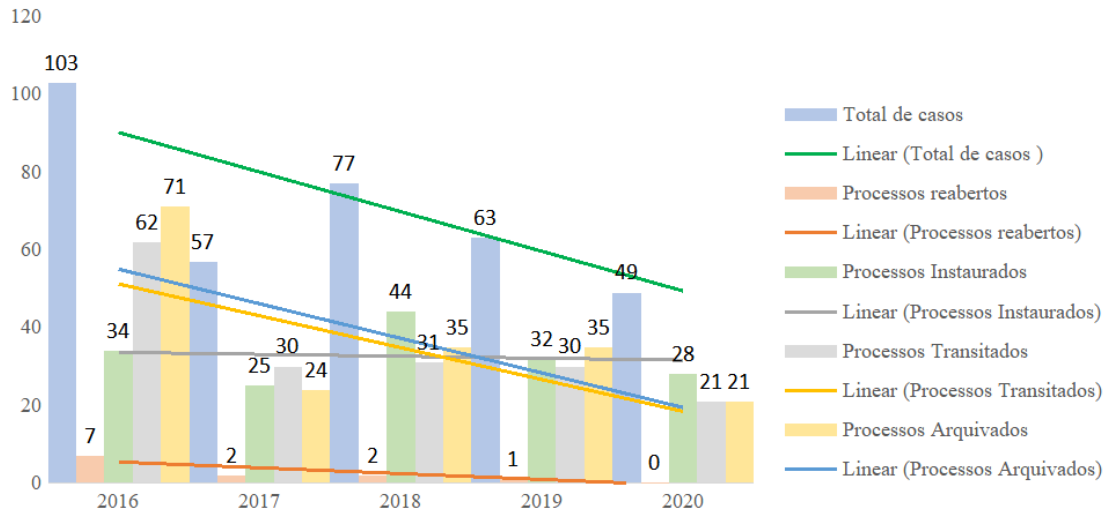
Fonte: Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens (CNPDPCJ) – 2016 a 2020

Tabela 44 *- Distribuição, por número e tipologia, das Medidas de Promoção e Proteção aplicadas pelas Comissões de Proteção de Crianças e Jovens a nível nacional*

4.5 Número total de processos

Mediante a análise da **Gráfico 33**, referente ao número total de processos da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens do concelho de Castro Daire, denota-se um decréscimo percentual de 52,4%. Não obstante, ainda que seja possível constatar uma diminuição generalizada no número total de casos, no qual se integram os processos reabertos, os processos instaurados, os processos transitados e os processos arquivados, verifica-se que o maior declínio ocorreu ao nível dos processos arquivados, com uma diminuição de, aproximadamente, 70%, entre os anos de 2016 e 2020. Por sua vez, no que concerne ao número total de processos instaurados, salienta-se que o mesmo não apresentou oscilações relevantes, verificando, entre os anos de 2016 e 2020, um decréscimo de 6 casos. Face ao mencionado, carece, ainda, de especial atenção, o número de processos reabertos, dado que, ao longo do mais recente em estudo, não se verificou a abertura de nenhum processo, comparativamente ao ano de 2016.

Assim sendo, a tendência registada no número total de processos da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Castro Daire, apresenta resultados positivos, dado que, no decorrer dos anos em análise, observou-se, de uma forma generalizada, a uma quebra significativa dos mesmos.



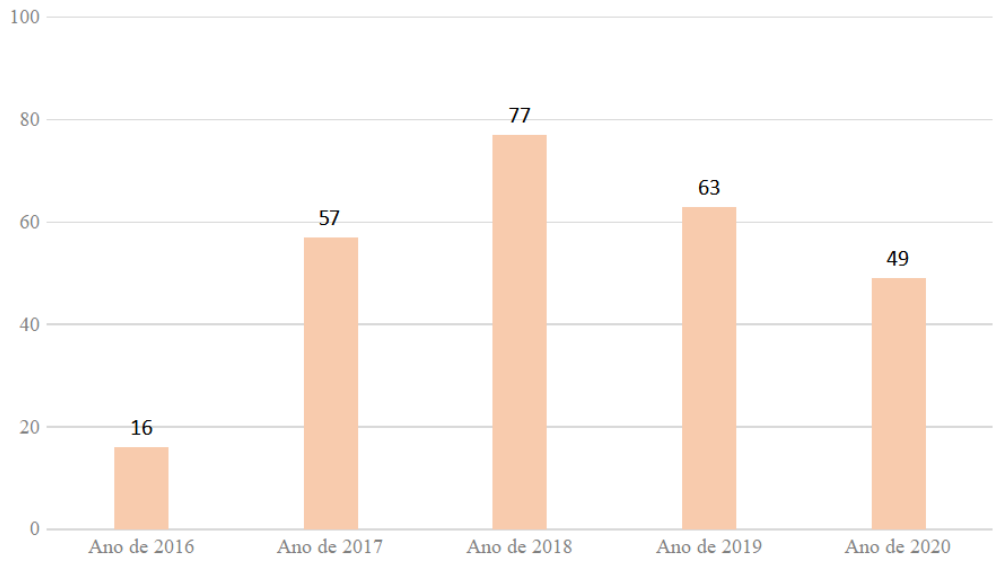
Fonte: CPCJ de Castro Daire

Gráficos 33 *- Número total de processos da CPCJ de Castro Daire, desde o ano de 2016 até outubro de 2020*

4.6 Número de casos que correspondem a processos reabertos

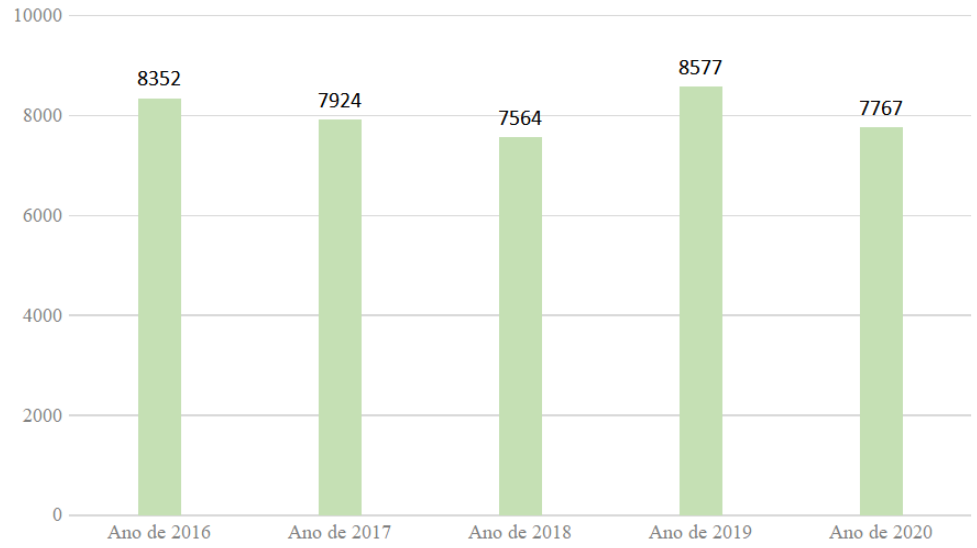
Ao realizar uma análise detalhada das **Gráfico 34** e **35**, referentes ao número de processos reabertos nas Comissões de Proteção de Crianças e Jovens a nível nacional e, em particular, em Castro Daire, verificamos que o número máximo registado no concelho em estudo ocorreu no ano de 2018, com um total de 77 processos e o número mínimo, igual a 16, ocorreu no ano de 2016. Face ao exposto, ao comparar com o número de casos reabertos de Portugal, torna-se possível constatar que, contrariamente ao ocorrido no concelho de Castro Daire, o número máximo de processos reabertos a nível nacional verificou-se no ano de 2019, com um total de 8 577, e o número mínimo, igual a 7 564, ocorreu no ano de 2018.

Ainda que a realidade do concelho em análise, relativamente ao indicador em estudo, se distancie da realidade nacional, torna-se pertinente salientar que, tanto o concelho de Castro Daire como Portugal apresentaram, no ano de 2020, uma ligeira diminuição face a 2019, totalizando 49 e 7 767, respetivamente, de processos reabertos nas Comissões de Proteção de Crianças e Jovens.



Fonte: Relatório *Caracterização Geral do concelho de Castro Daire*

Gráficos 34 *- Distribuição, por número, de processos reabertos na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco de Castro Daire*



Fonte: Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens (CNPDPCJ) – 2016 a 2020

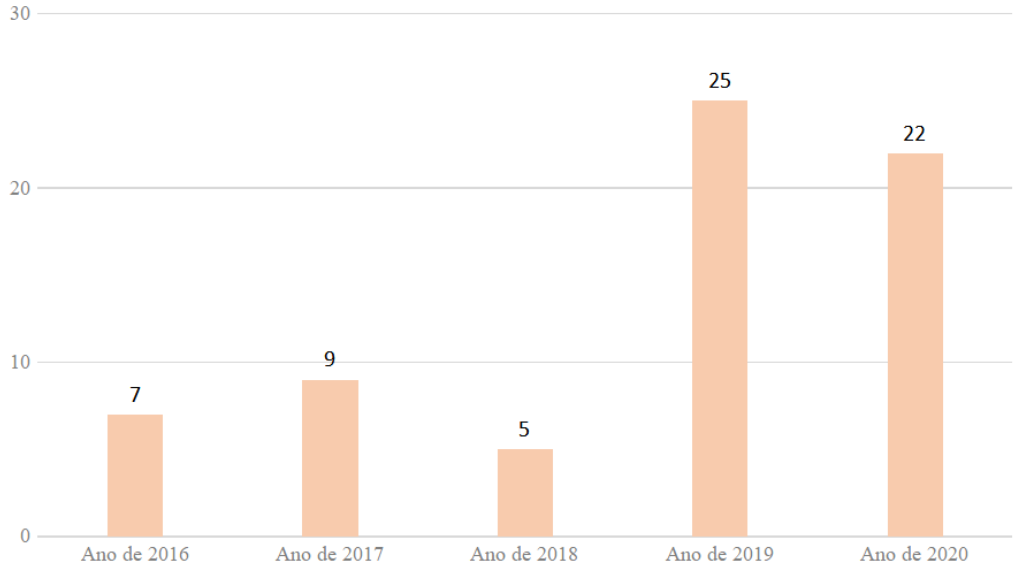
Gráficos 35 *- Distribuição, por número, de processos reabertos nas Comissões de Proteção de Crianças e Jovens em Risco de Portugal*

4.7 Número de crimes de violência doméstica contra o cônjuge

Tendo por base a análise dos dados disponibilizados na **Gráfico 36**, verifica-se que no ano de 2020 se contabilizou, aproximadamente, quatro vezes mais crimes de violência doméstica contra o cônjuge no concelho de Castro Daire, em comparação com o ano de 2016. O maior número registado ao longo dos anos em análise corresponde a 2019, com um total de 25 crimes, constatando-se uma ligeira diminuição no ano de 2020.

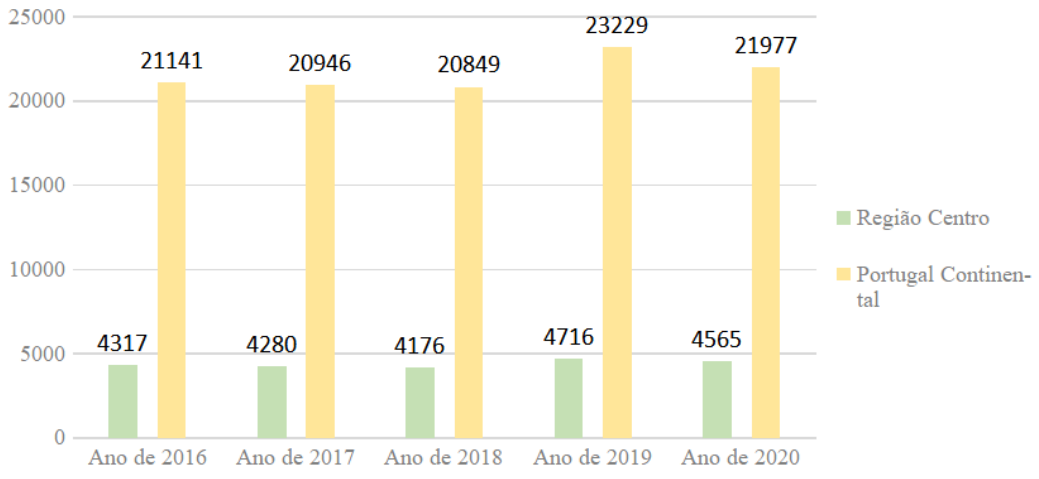
Observando a **Gráfico 37** verificamos que, entre o ano de 2016 e o ano de 2020, ocorreram mais 248 crimes violência doméstica contra o cônjuge, na região Centro, e 836, em Portugal Continental.

Em suma, tendo por base a análise realizada aos gráficos mencionados, torna-se possível concluir que, quer no concelho de Castro Daire, quer no restante território nacional, o maior número de crimes de violência doméstica contra o cônjuge ocorreu no ano de 2019, constatando-se uma ligeira diminuição no ano de 2020.



Fonte: DGPJ/MJ, PORDATA

***Gráficos 36** - Distribuição, por número, de crimes de violência doméstica contra o cônjuge da população residente em Castro Daire*



Fonte: DGPJ/MJ, PORDATA

***Gráficos 37** - Distribuição, por número, de crimes de violência doméstica contra o cônjuge a nível regional e nacional*

Síntese do capítulo 4 "Direito à Proteção":

- Perante os dados expostos ao longo do capítulo referente ao "*Direito à Proteção*", destacam-se as seguintes conclusões:

- No decorrer do ano de 2020 verificou-se, no município de Castro Daire, um decréscimo de 52,4% do número de crianças sinalizadas pela Comissão de Proteção de Crianças e Jovens. Esta tendência acompanha a realidade nacional, uma vez que esta diminuição ocorrer, igualmente, em todo o território nacional.

- Ao nível das situações de perigo comunicadas com maior frequência às Comissões de Proteção de Crianças e Jovens, verifica-se um leque alargado de comportamentos comprometedores do bem-estar e desenvolvimento das crianças e jovens. Assim, salienta-se a Negligência, o Direito à Educação, os Comportamento de Perigo na Infância e Juventude, o Maltrato Físico, o Maltrato Psicológico, a Violência Doméstica, o Abandono e, ainda, a Exploração Infantil.

- Verifica-se uma correlação entre o número total de crianças e a faixa etária das mesmas, relativamente às situações de perigo a que estão

submetidas. Neste sentido, a Negligência tende a decrescer à medida que os anos aumentam, em oposição ao Direito à Educação e aos Comportamentos de Perigo na Infância e Juventude, uma vez que apresentam um aumento com o avanço dos anos. No que concerne ao Maltrato Físico, ainda que se registe um maior número de crianças com idades compreendidas entre os 6 e os 14 anos, a frequência do mesmo não se encontra relacionado com a faixa etária do menor.

- É notória a predominância do género masculino a vivenciar situações de perigo, no entanto, no decorrer do ano de 2020, constata-se um aumento de casos do género feminino no que concerne a Negligência (dos 15 aos 17 anos) e Direito à Educação (0 aos 5 anos).

- No que concerne à tipologia familiar verificou-se, entre os anos de 2016 e 2020, breves oscilações. Neste sentido, ainda que apresente uma percentagem mais elevada, verificou-se um decréscimo no número de famílias nucleares, formadas por casal e filhos. Em contrapartida, dado o ocorrido, observou-se um aumento dos modelos familiares de tipologia reconstituída e monoparental.

- A tipologia do agregado familiar, entre os anos de 2018 e 2019, salienta para a elevada discrepância existente entre ambos sexo no que concerne aos cuidadores principais. Neste sentido, para os mencionados anos, registou-se um total de 69% de cuidadores principais do sexo feminino e uma percentagem de 31% do género masculino.

- Ao longo do ano de 2020 constatou-se uma redução do número total de medidas aplicadas, face ao ano de 2016. Esta diminuição poderá estar relacionada com o decréscimo de crianças sinalizadas nos anos anteriores, tal como verificado anteriormente.

- No que concerne à aplicação das medidas de promoção e proteção a crianças e jovens, privilegia-se o contexto familiar como o contexto preferencial de intervenção, uma vez que o apoio junto dos pais representa a medida mais utilizada.

- Os processos reabertos, por parte da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, apresentou, no decorrer do ano de 2020, uma diminuição, face ao ano de 2019, para a localidade em estudo.

- Entre o ano de 2016 e o ano de 2020, o município de Castro Daire registou um aumento significativo do número crimes de violência doméstica contra o cônjuge. Ainda que se tenha verificado uma ténue diminuição em 2020, face a 2019, este indicador apresenta um carácter fundamental e urgente dado que compromete o bem-estar e desenvolvimento das crianças e jovens que compõem os agregados familiares.

CAPÍTULO 5: Direito à Participação

5.1 Participação das crianças do concelho de Castro Daire no diagnóstico local

Para a participação das crianças/jovens do 1º ciclo (2º ao 4º ano) das várias escolas do Concelho de Castro Daire, aplicou-se questionário simples que avalia 7 áreas: 1) A minha vida pessoal; 2) A minha Educação, 3) A minha Segurança, 4) A minha Saúde, 5) Brincadeira e Lazer, 6) A minha participação e cidadania e 7) A minha família, num total de 21 itens, com as seguintes opções de resposta: não, nunca; por vezes; sim/quase sempre e não sei. Acresce, ainda, duas questões de resposta aberta, designadamente: “Refere 3 coisas boas acerca da tua família” e “Refere 3 coisas que não gostas na tua família”.

Responderam, no total, 154 crianças, 67 do sexo feminino e 87 do sexo masculino, de 26 turmas das várias escolas do 1º ciclo do Ensino Básico, com média de idades de 8,47 anos.

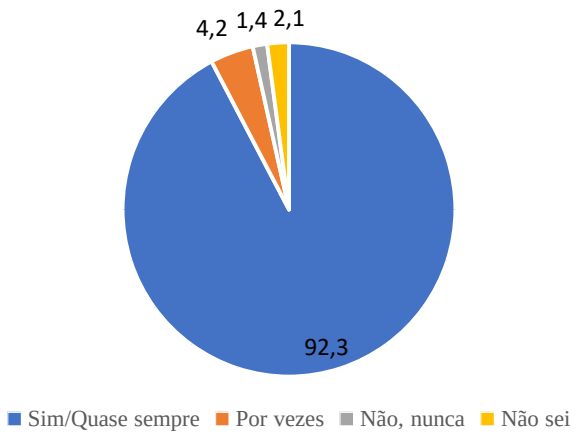
Encontra-se, de seguida, a análise dos resultados, dividido por secções, das respostas das crianças, relevando os aspetos que merecem maior atenção.

5.2 Vida Pessoal

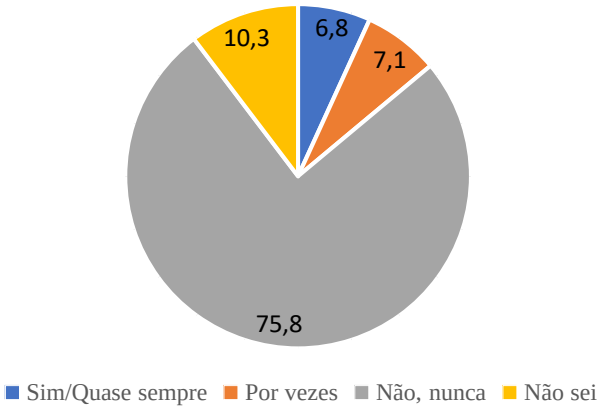
Relativamente à dimensão da vida pessoal, a **Gráfico 38** destaca que a maioria das crianças gosta da sua própria casa (92,3%), ainda que seja pertinente considerar que há 4,2% que afirma só gostar às vezes e 1,4% não gostar nunca. Ainda que o não gostar possa ser subjetivo, interessa evitar que esse facto aconteça por falta de condições dignas de habitabilidade ou porque as relações que lá se estabelecem sejam nocivas. Neste sentido, "casa" pode também significar o lugar das relações familiares.

Nesta dimensão da vida pessoal, destaca-se de forma mais clara que apenas 75,8% das crianças refere que nunca nenhuma outra criança lhe bateu fora da escola. Assim, preocupam as que referem que, por vezes, já foram batidas (7,1%) e merecem ainda maior atenção as que são batidas sempre ou quase sempre (6,8%). Estas respostas sugerem uma clara intervenção no sentido de minimizar, com a maior brevidade e assertividade possíveis, episódios que possam configurar situações de violência/bullying.

Ainda que os respetivos resultados não estejam representados graficamente, as crianças responderam à questão "os meus pais gritam comigo", tendo-se a maioria colocado em "por vezes" (66,91%), 26,24% em "não, nunca", 6,33% em "sempre" e 0,52% em "não sei". Pode ser interessante aferir se "gritar" significa, na conceção da criança e na realidade, comportamento agressivo.



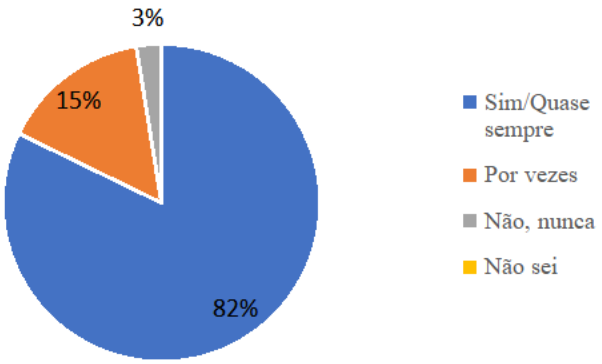
***Gráficos 38** - Respostas à questão "gosto da minha casa*



***Gráficos 39** - Respostas à questão "outras crianças já me bateram fora da escola"*

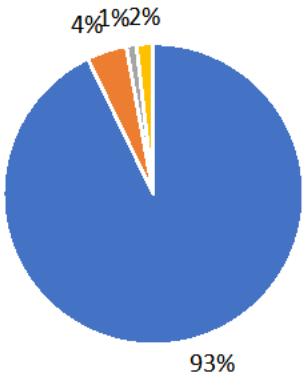
5.3 Educação

Na dimensão da Educação sublinha-se essencialmente a relação entre casa, escola e sociedade em que a criança cresce e se desenvolve. Da **Gráfico 40**, depreende-se que 82,19% dos pais/mães pergunta habitualmente às crianças como foi o dia na escola. Todavia, verifica-se um número considerável de pais/mães que só pergunta às vezes (15,26%) e que não pergunta nunca (2,55%). Pode ser pertinente a sensibilização dos cuidadores para esta dimensão do diálogo em casa que facilite a partilha por parte da criança sobre o que pensa e sente, sobretudo nos momentos em que não estão juntos



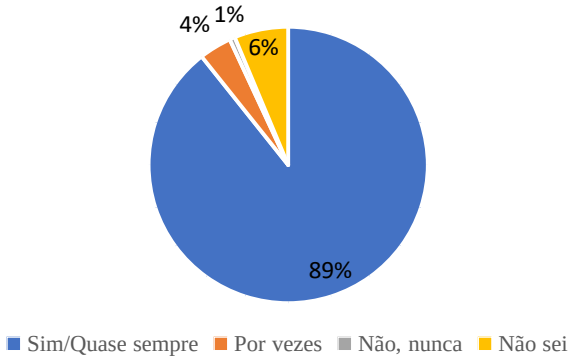
***Gráficos 40 -** Respostas à questão "os meus pais costumam perguntar como correu o meu dia na escola"*

A **Gráfico 41** parece indicar que a maioria dos professores ajuda os alunos que necessitam, ainda que 4,30% das crianças sinta que só é ajudado por vezes e 1,80% que não é ajudado nunca. A formação do corpo docente para educação inclusiva e a criação de uma comunicação funcional entre família, escola e professores podem ser ferramentas úteis para a melhoria desta vertente.



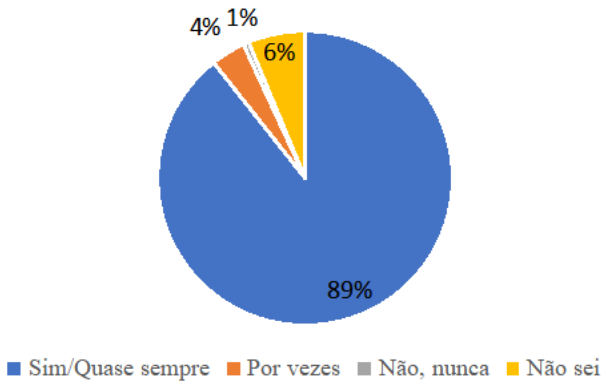
Gráficos 41 *- Respostas à questão "sempre que preciso de ajuda os meus/minhas professores/as ajudam-me"*

Numa perspetiva mais macro, mas com implicações no concreto do dia-a-dia, perguntou-se às crianças se nas suas escolas aprendem o que são os Direitos das Crianças. Do apresentado na **Gráfico 42**, percebe-se que a grande maioria das crianças (89,36%) aprende aqueles que são os seus Direitos. Aqui, as percentagens de "não sei" (6,25%) e de "por vezes" (3,77%) são significativas, porque podem indicar que a temática não está a ser abordada da forma correta ou não está a alcançar todas as crianças.



***Gráficos 42** - Respostas à questão "na minha escola aprendi o que são direitos das Crianças"*

É importante refletir também sobre os dados provenientes da **Gráfico 43**. Qualquer criança, no seu processo de desenvolvimento, tem necessidade, nos vários âmbitos das suas vivências, de adultos de referência a quem possa recorrer sempre que necessite. Há uma percentagem considerável (83,70%) de crianças que sabe, normalmente, os adultos aos quais pode recorrer em âmbito escolar. Todavia, há ainda 9,10% que só sabe às vezes a quem recorrer, 2,20% que não sabe nunca e 5% que diz não saber como responder à questão. Ou seja, das 154 crianças respondentes, cerca de 25, numa situação de dificuldade na escola, podem encontrar-se desamparadas. Talvez seja pertinente que toda a comunidade escolar demonstre sempre disponibilidade para auxiliar os alunos e promova a relação próxima e o diálogo constante entre docentes, funcionários e crianças, para que se minimizem essas possíveis situações de desamparo.

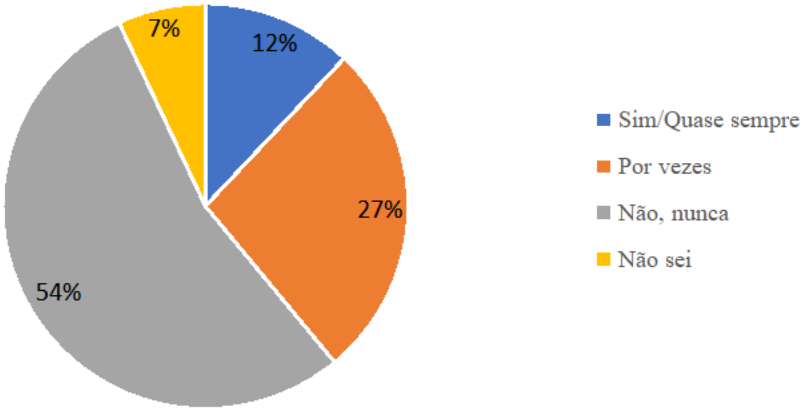


***Gráficos 43** - Respostas à questão "na minha escola, há pessoas adultas com quem posso falar se tiver problemas ou me sentir mal"*

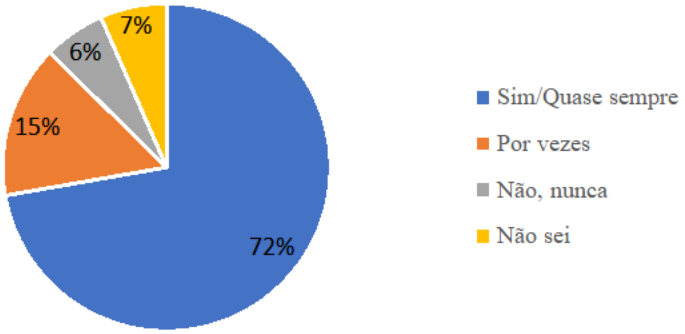
5.4 Segurança e Proteção

A dimensão de Segurança e Proteção diz respeito, de forma muito simples e direta, ao medo que a criança sente na relação com outras crianças e se recorre ao pai ou mãe quando tem medo. A **Gráfico 44** revela, de forma preocupante, que apenas 54% não sente nunca medo que outras crianças lhe possam fazer mal. Há 27 % de crianças que tem às vezes medo que outras crianças lhe possam fazer mal e 12% tem sempre medo. Assim, de 154, temos cerca de 60 crianças que, pelo menos uma vez, já sentiram medo de outras crianças. É necessário, então, compreender os motivos dessa insegurança e continuar a desenvolver estratégias para fomentar a boa relação entre as crianças prevenindo, tanto quanto possível, o aparecimento de situações de violência/*bullying*.

Da **Gráfico 45** percebe-se que 77% das crianças fala, habitualmente, com o pai ou com a mãe quando vivencia alguma situação de medo. Dos dados apresentados, o que merece maior atenção é a percentagem de crianças que não conversa nunca com o pai ou com a mãe nessas situações de medo (6,50%) e a percentagem das que apenas conversa às vezes (16,10%). Seria oportuno aferir o que motiva as crianças a não recorrerem aos pais, compreendendo, por exemplo, se existem situações de negligência parental e se as crianças se sentem desamparadas ou sós quando sentem medo. Desenvolver formações de parentalidade positiva, explicando aos pais ou cuidadores a importância do diálogo e da partilha por parte de criança dos seus pensamentos e sentimentos, pode ser uma ferramenta útil de prevenção ou redução de situações que sejam causa de tristeza e impeçam o desenvolvimento saudável.



Gráficos 44 *- Respostas à questão "na escola, tenho medo que outras crianças me possam fazer mal"*

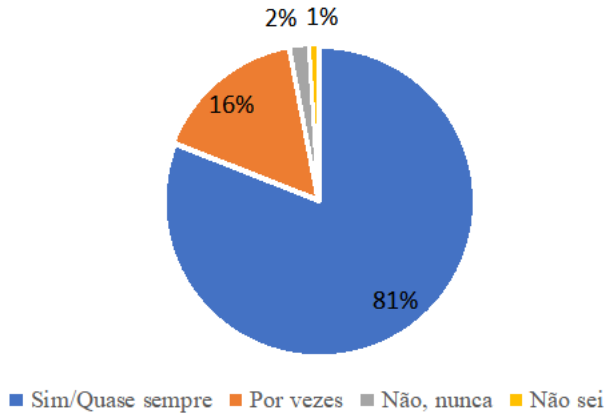


Gráficos 45 *- Respostas à questão "na escola, tenho medo que outras crianças me possam fazer mal"*

5.5 Saúde

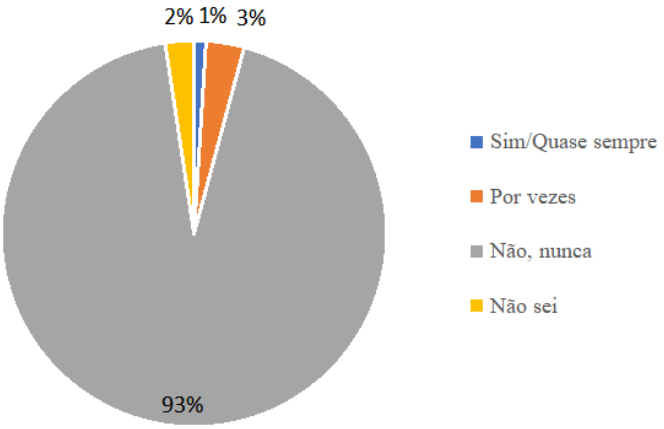
No respeitante à dimensão da saúde, há a considerar duas vertentes essenciais: se as crianças notam que os pais as levam ao médico quando estão doentes e se têm ou tiveram contacto com substâncias como o álcool e/ou outras drogas. A **Figura 76** descreve a tendência de resposta das crianças que consideram, na sua maioria (81%), que os pais as levam ao médico quando estão doentes. Ainda assim, não se podem descurar as respostas situadas em "por vezes" (16%) e em "não, nunca" (2%), se isso significar que existe alguma negligência parental face à saúde da criança. Todavia, estar doente, por si só, não pressupõe obrigatoriamente a ida ao médico, pelo que as entidades de

primeira linha têm aqui um papel essencial na deteção de casos que configurem efetivo descuido por parte dos pais.



Gráficos 46 *- Respostas à questão "quando estou doente, a minha mãe/pai leva-me ao médico"*

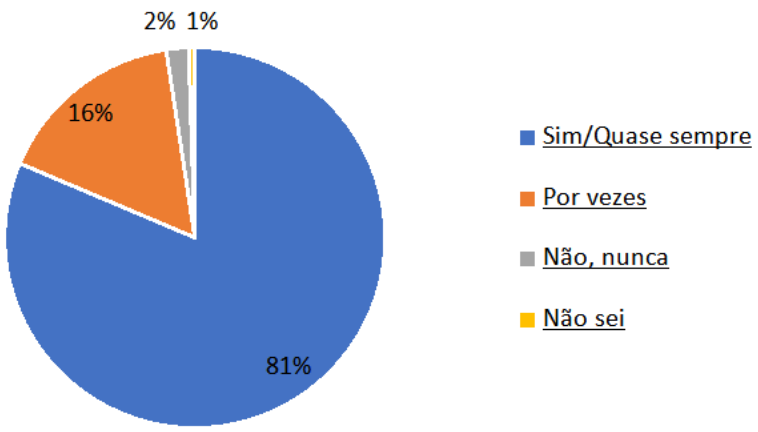
A **Gráfico 47** demonstra que 93,40% das crianças nunca teve contacto com álcool ou outros tipos de droga. Porém, importa sublinhar que 1% refere que consome habitualmente este tipo de substâncias, 3,20% consome ou consumiu por vezes e 2,40% não sabe. Estes últimos três tipos de resposta, se confirmados, embora sem grande relevância estatística, devem ser alvo de aprofundamento, por constituírem um desrespeito inequívoco dos Direitos da Criança, podendo conduzir a verdadeiras situações de risco ou perigo.



Gráficos 47 *- Resposta à questão "alguma vez consumiste bebidas alcoólicas ou outro tipo de drogas"*

5.6 Brincadeira e Lazer

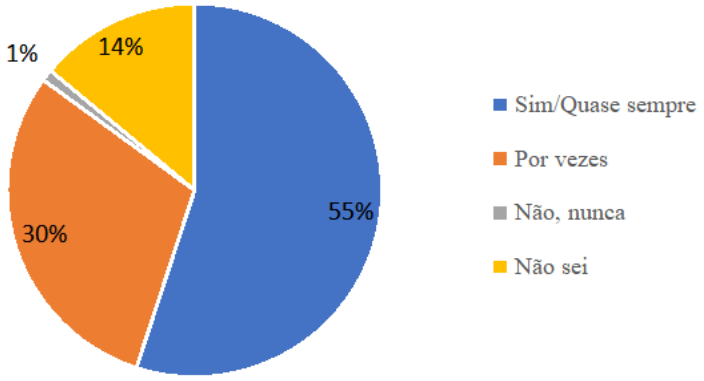
Desta dimensão, salienta-se que há ainda uma percentagem substancial de crianças que sente só ter, por vezes (16,20%), tempo livre, para descansar e brincar, quando não tem aulas. Importa que a escola e os pais tenham consciência da relevância do brincar para o desenvolvimento saudável.



Gráficos 48 *- Respostas à questão "quando regresso da escola, e no fim-de-semana, tenho tempo para brincar, descansar e aproveitar o tempo livre"*

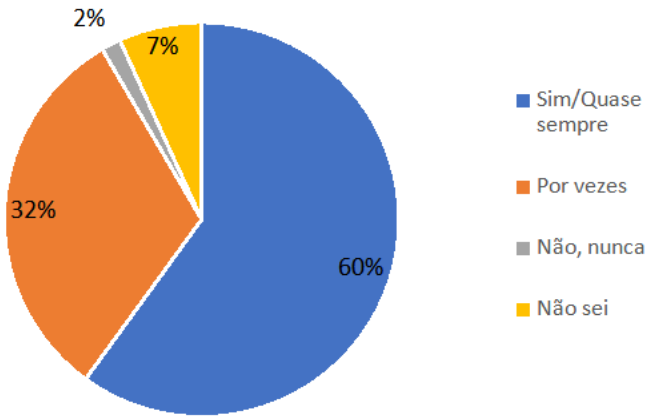
5.7 Participação e Cidadania

A dimensão da Participação e Cidadania incide, essencialmente, na valorização que é dada ao envolvimento e às opiniões da criança no seu dia-a-dia. A **Gráfico 49** destaca já o dado preocupante de que apernas 55,01% das crianças sente que a sua opinião é importante para a sua escola e para os seus professores. Verifica-se um número relevante de crianças que só sentem essa valorização por vezes (30,04%) e 13,95% não sabe sequer se a sua opinião é valorizada. Para conseguir melhores níveis de sucesso escolar e de capacidade humana e relacional, contribuindo para o crescimento integral, é necessário que se fomente não só a partilha por parte da criança sobre o que pensa e sente, mas também que se promova o desenvolvimento de espírito crítico sobre a realidade envolvente.



Gráficos 49 *- Respostas à questão "a minha opinião é importante para a minha escola e professores"*

Na mesma linha das considerações anteriores, também a **Gráfico 50** apresenta resultados preocupantes de que apenas 60% das crianças sente que a sua opinião é habitualmente valorizada pela sua família. Também neste caso, há percentagens elevadas de crianças que só sentem que a sua opinião é valorizada às vezes pela família (31,60%) e que não sabem se a sua opinião é valorizada. O mesmo trabalho de formação e sensibilização para a importância da participação das crianças a fazer na comunidade escolar, deve ser feito da mesma forma com as famílias.

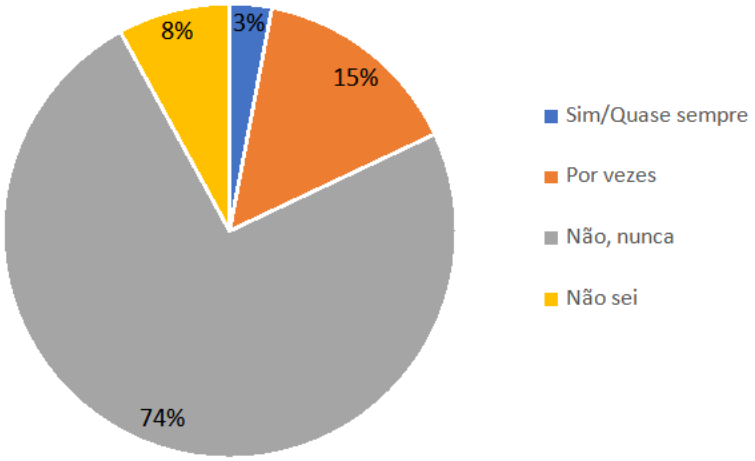


Gráficos 50 *- Respostas à questão "a minha opinião é importante na minha família"*

Ainda que não apresentados graficamente, é relevante destacar, no âmbito da dimensão específica da cidadania, que 91% das crianças gosta sempre do sítio onde vive, sendo que há ainda 4,1% que só gosta às vezes e 1,8% que não gosta nunca, aos quais acresce 2,4% que não sabe se gosta. Face a estes últimos três dados, é necessária uma análise constante sobre se o ambiente em que a criança cresce contribui positivamente para o seu crescimento.

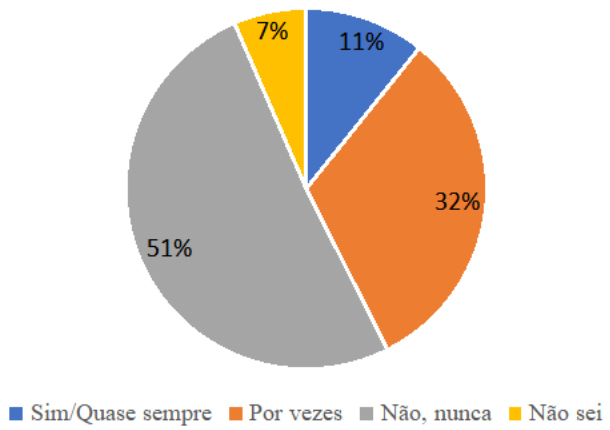
5.8 Família

No respeitante à dimensão da Família, é enfatizada a análise das respostas das crianças sobre como observam e sentem ser o seu ambiente familiar. Da **Gráfico 51**, destacam-se os 15% de crianças que refere que em casa existem muitas discussões e que as pessoas se batem, bem como os 3% que afirmam vivenciar sempre esse tipo de situações. Espera-se já ser de conhecimento geral que a exposição das crianças à violência doméstica, atenta gravemente ao seu desenvolvimento saudável, pelo que, nestes casos, há que identificar os casos localmente, redobrando cuidados e sensibilizando, sobretudo, as entidades de primeira linha a estarem atentas aos indicadores de risco apresentados pelas crianças com quem contactam.



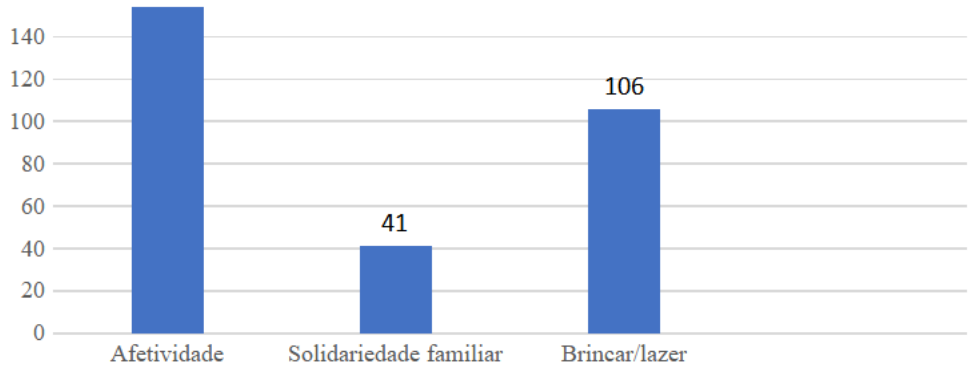
***Gráficos 51** - Respostas à questão "na minha família existem muitas discussões e às vezes batem-se"*

Na sequência do referido anteriormente, a **Gráfico 52** destaca uma percentagem muito baixa de crianças (50,63%) que diz não haver nunca problemas na sua família que afetem a sua alegria. O conceito de alegria, e a forma de sentir essa alegria afetada, é muito subjetivo. Por isso, os 31,78% das crianças que referem vivenciar essas situações apenas algumas vezes merecem uma interpretação mais aprofundada. Graves, não obstante, são os 10,78% que afirma sentir quase sempre que a sua alegria é afetada por problemas na sua família. Merece especial atenção a criança que apresente um padrão regular de tristeza devida a problemas familiares.



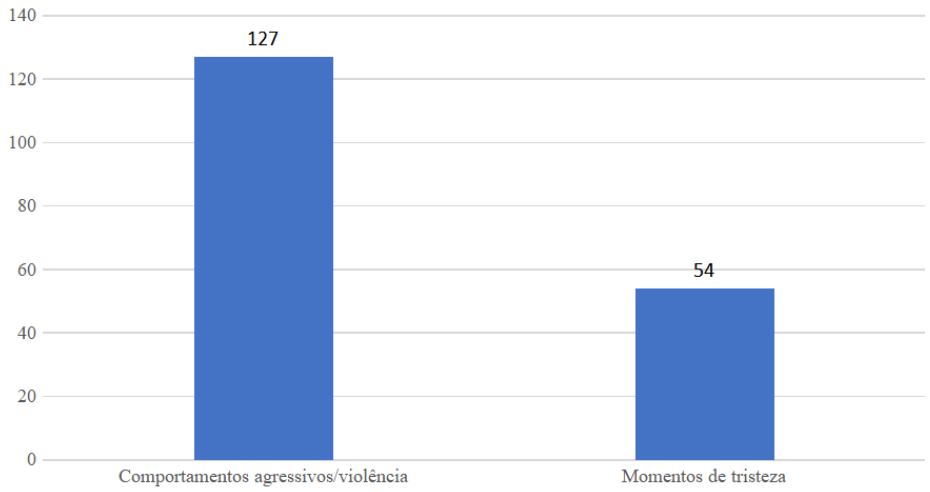
***Gráficos 52** - Respostas à questão "na minha família existem problemas que afetam a minha alegria"*

As **Gráfico 53 e 54** refletem as opiniões mais vezes nomeadas pelas crianças relativamente ao que gostam e não gostam nas suas famílias. Há uma clara prevalência da afetividade (100%), relacionada muitas vezes com o bem-estar, como aspeto que as crianças mais valorizam na sua família, a par do brincar/lazer, que apresenta também um número significativo (69%) e que certamente corrobora o destacado em cima relativamente à importância do brincar e do tempo livre. A solidariedade familiar foi também um dos aspetos mais mencionados (27%).



Gráficos 53 *- Respostas sobre o que as crianças gostam nas suas famílias*

Além de ser altamente significativo que 54 crianças (35%) tenham aludido aos momentos de tristeza como algo de que não gostam nas suas famílias, é obrigatório focar a atenção sobre as 127 (83%) que referiram os comportamentos agressivos ou violência como algo de que não gostam. Como já foi destacado em cima, é mais do que urgente que as diversas entidades estejam atentas a situações que possam configurar risco ou perigo efetivo para as crianças.



Gráficos 54 *- Respostas sobre o que as crianças não gostam nas suas famílias*

5.9 “Participação das crianças do concelho de Castro Daire no diagnóstico local”:

Conforme o descrito no presente subcapítulo, destaca-se o seguinte:

- 14 % das crianças sofre ou já sofreu violência por parte de outras crianças fora da escola;
- Há 10% de crianças que não sente que a escola lhe ensina sempre os Direitos da Criança;
- 17% das crianças não sabe a quem recorrer na escola se tiver alguma dificuldade ou se sentir mal;
- É altamente significativo que 39% das crianças sinta ou tenha sentido medo que outras crianças lhe façam mal;
- Apenas 70% das crianças fala com o pai ou com a mãe quando tem algum medo;
- É necessário prestar atenção a uma pequena percentagem de crianças que refere ter consumido ou consumir álcool ou outras drogas;
- 18% das crianças não tem sempre tempo para brincar e/ou descansar fora do tempo de aulas;
- Só 55% das crianças sente que a sua opinião é valorizada sempre pela escola e professores e 60% pela família;
- 18% das crianças refere que na sua família há muitas discussões e que às vezes batem-se;
- 42% das crianças sente que há problemas familiares que afetam a sua alegria, sendo que 10.78% dessas crianças tem esse sentimento habitualmente;

- 83% das crianças destacou que não gosta na sua família de comportamentos agressivos/violência;

- Emerge a necessidade de sensibilizar as entidades de primeira linha a estarem atentas aos indicadores de risco apresentados pelas crianças com quem contactam;

- As escolas e as famílias devem ser espaços de formação e aplicação dos Direitos da Criança, valorizando a participação, envolvimento e partilha das crianças sobre o que sentem e pensam, fomentando o espírito crítico;

- É urgente implementar estratégias de redução da violência/*bullying* dentro e fora das escolas, procurando melhorar a comunicação e relação entre as crianças, reduzindo o sentimento de medo.

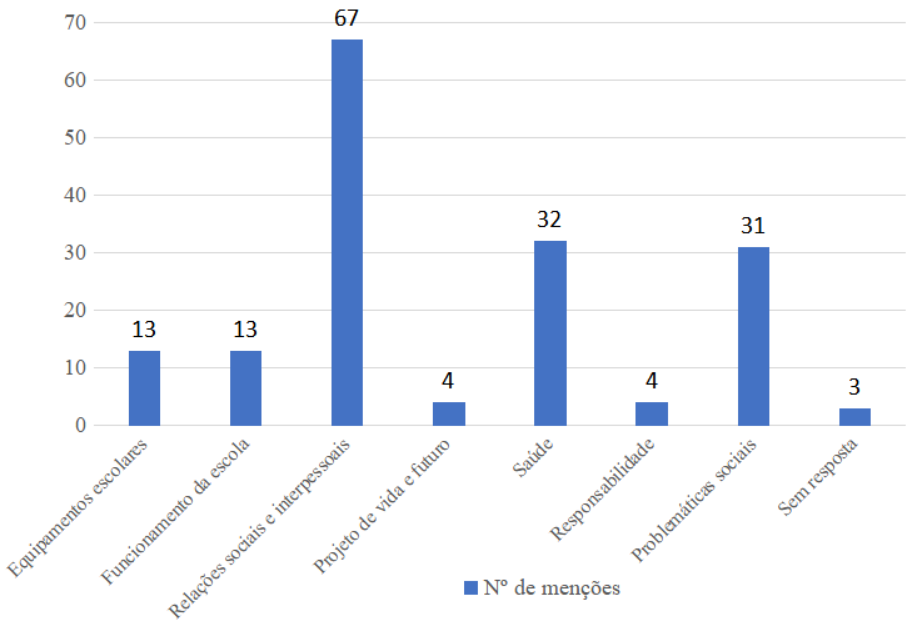
5.10 Participação dos jovens do concelho de Castro Daire no diagnóstico local

Para recolher informações junto dos jovens do Concelho optou-se pela elaboração e aplicação de um questionário *ad hoc* onde constavam quatro questões de resposta aberta, designadamente: 1. O que te preocupa na sociedade e/ou na escola?; 2. Na tua opinião, quais os problemas com que te confrontas no dia-a-dia?; 3. Se fosses Presidente da Câmara quais as ideias prioritárias a implementar no teu Concelho?; 4. Se fosses Diretor do Agrupamento o que mudarias na tua escola?. Responderam ao questionário 121 jovens, 62 do sexo feminino e 59 do sexo masculino, com média de idades de 15,76 anos, provenientes de 5 turmas do 3º Ciclo do Ensino Básico e Secundário.

5.11 Preocupações com a sociedade e com a escola

Relativamente à sociedade e à escola, os jovens centram as suas preocupações, como é possível verificar na **Gráfico 55**, em realidades muitos

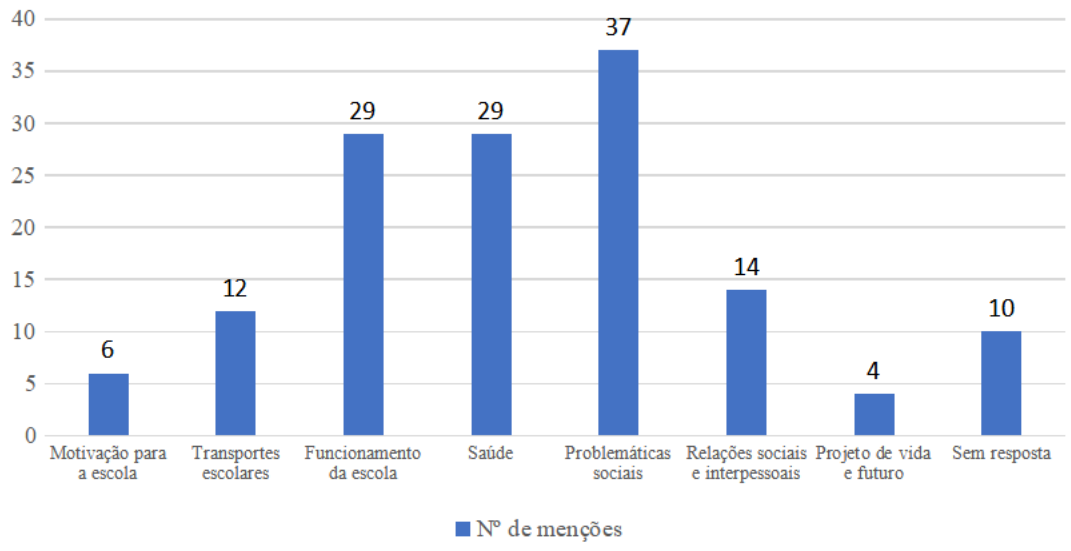
díspares, sendo que prevalece o nível das relações sociais e interpessoais. Dentro desse vasto nível, os jovens foram sublinhando aspetos concretos como o *bullying*, a desigualdade, o preconceito e a intolerância como aqueles com que mais se deparam no quotidiano. A saúde é outro dos níveis realçado, a propósito das dificuldades sanitárias relacionadas com a pandemia e com algumas inquietações relativas, especificamente, à saúde mental. Problemáticas socais atuais, como o desemprego, a violência e as injustiças são também realçados.



Gráficos 55 *- Respostas à questão sobre preocupações relacionadas com a sociedade e a escola*

5.12 Principais problemas do dia-a-dia

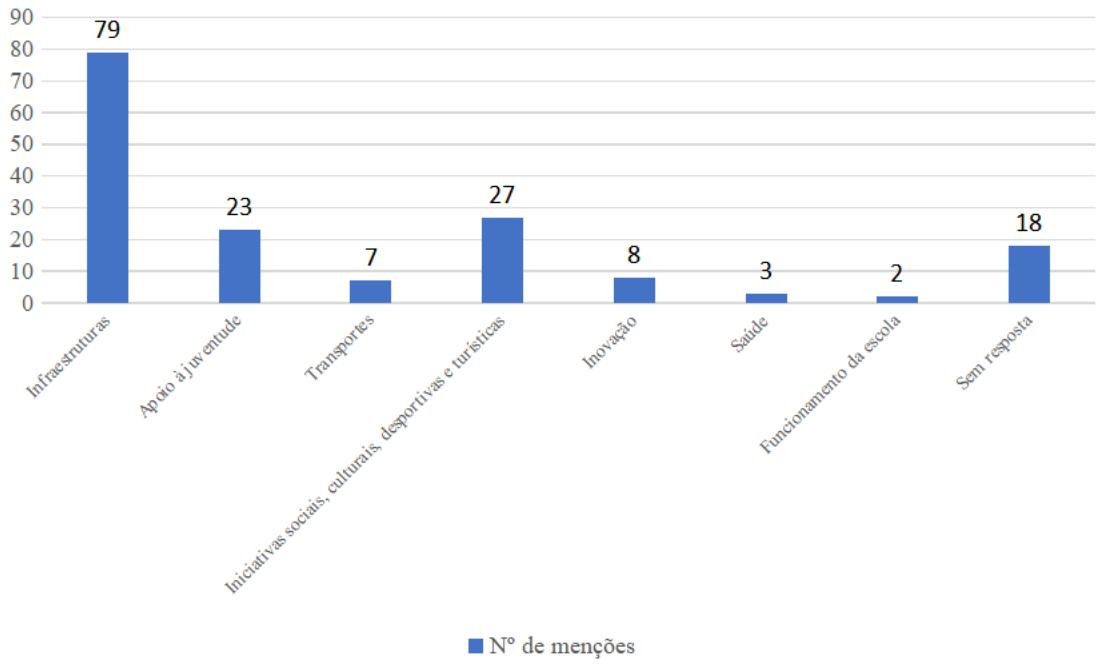
Sobre a dimensão dos principais problemas com que se deparam no dia-a-dia, os jovens enfatizaram, como se pode observar na **Gráfico 56**, as grandes problemáticas sociais, como as referidas em cima. O funcionamento da escola (organização de horários, avaliações, alimentação e algumas atitudes de alguns funcionários) e questões relacionadas com a saúde parecem ser também questões relevantes para os jovens.



Gráficos 56 *- Respostas à questão sobre problemas do dia-a-dia*

5.13 Ideias prioritárias para o concelho

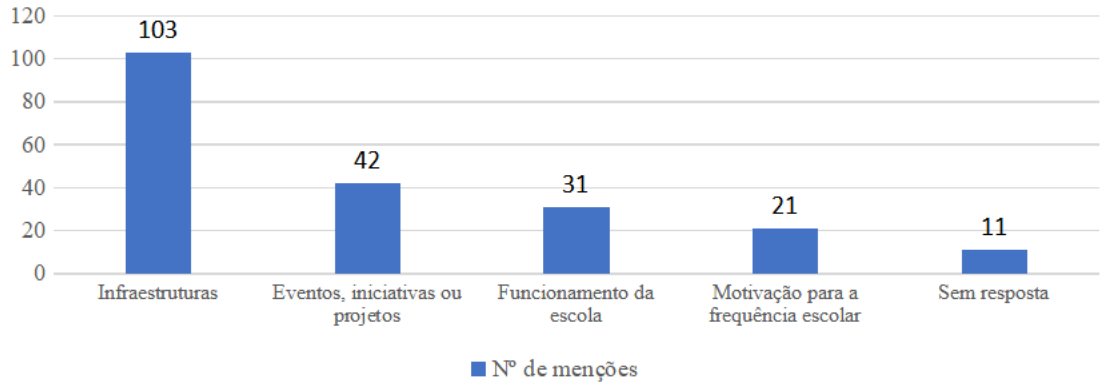
Na dimensão que concerne às ideias que os jovens sentem ser prioritárias para melhorar o Concelho, foi enfatizado, conforme apresenta a **Gráfico 57**, o nível das Infraestruturas, mais concretamente a melhoria de estradas, de locais de turismo, lazer, cultura e desporto e a própria escola. Outros níveis que prevalecem são o das iniciativas e o do apoio à juventude, que, segundo os jovens, se podem realizar através de mais eventos desportivos e culturais e ações que promovam e apoiem essencialmente a juventude e as pessoas idosas.



Gráficos 57 *- Respostas à questão sobre ideias prioritárias para o Concelho*

5.14 Mudanças na escola

Sobre a dimensão de mudanças a introduzir para melhorar a escola, os jovens focam-se claramente na necessidade de adequação de infraestruturas, aspeto já frisado anteriormente. Parece prevalecer também a sugestão de outros eventos, iniciativas e projetos que fomentem, em concreto, a motivação dos jovens para a frequência escolar, a participação, que premeiem ideias inovadoras e o sucesso académico e façam surgir atividades de sensibilização, informação e formação dos jovens para a erradicação do *bullying* e de outras problemáticas sociais emergentes como a violência, o desemprego, a desigualdade e as alterações climáticas. O funcionamento/organização da escola volta a ser destacado pelos jovens nesta dimensão de alterações de melhoria a realizar.



Gráficos 58 *- Respostas à questão sobre mudanças a introduzir na escola*

Síntese do subcapítulo 5.1 "participação dos jovens do concelho de Castro Daire no diagnóstico local":

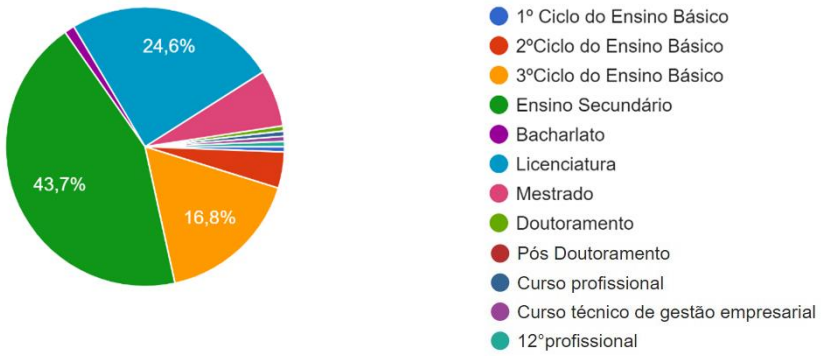
Da análise efetuada, regista-se que:

- Os jovens evidenciam ser imprescindível a melhoria de infraestruturas municipais e transportes;
- Parece ser necessária a melhoria das condições das infraestruturas e do funcionamento e organização escolares;
- Os jovens gostariam que a escola promovesse alterações e mais projetos e atividades que conduzissem a maiores níveis de motivação para frequência das aulas e aumentassem a participação cívica;
- O ajustamento de horários, métodos de avaliação e planos curriculares na escola é uma preocupação clara dos jovens;
- A nível das problemáticas sociais, os jovens desejam a redução dos níveis de preconceito, injustiça e, concretamente, a erradicação do *bullying,* através de atividades promovidas pela escola e pelo município;
- Pelos diversos casos "sem resposta", parece ser útil sensibilizar para o aumento da participação cívica, formando os jovens para a sua utilidade;

- A saúde mental dos jovens deve ser uma prioridade.

5.15 A Participação das Famílias no Diagnóstico Local do Município de Castro Daire

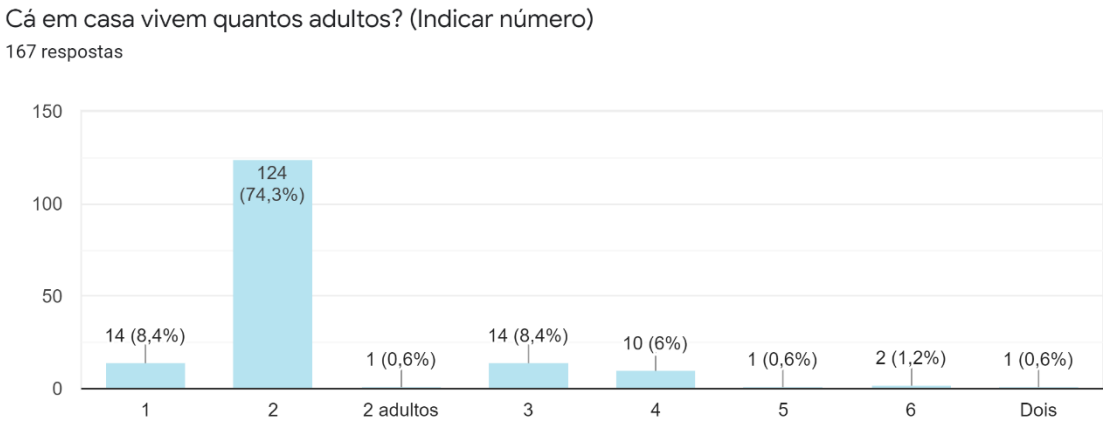
Dos 167 respondentes, 94,7% são género feminino e 5,3% do género masculino. Do ponto de vista da relação com a criança, 94,6% são mães, 4,8% são pais e 0,6% têm outro tipo de relação. Da **Gráfico 59**, destacam-se como habilitações literárias dos respondentes o 3º Ciclo do Ensino Básico, o Ensino Secundário e a Licenciatura.



Adaptado de Google Forms

***Gráficos 59** - Habilitações literárias*

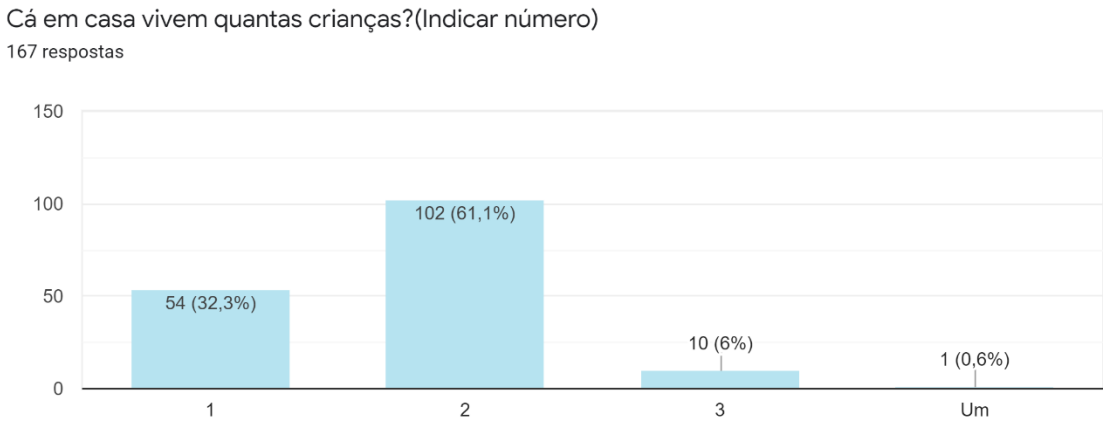
Nos agregados familiares dos respondentes, predominam os dois adultos, conforme descrito na **Gráfico 60**.



Adaptado de Google Forms

***Gráficos 60** - Número de adultos do agregado familiar*

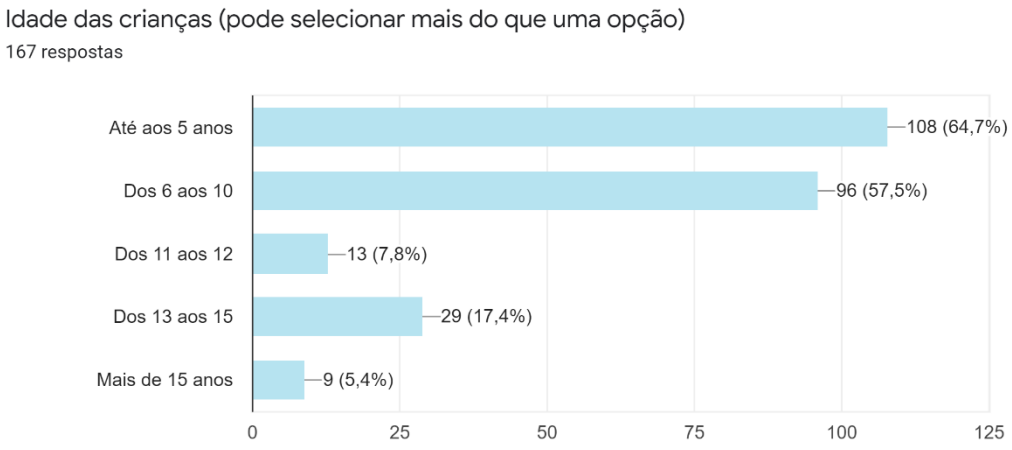
A **Gráfico 61** demonstra que nos agregados familiares dos respondentes predomina a existência de 1 e de 2 crianças e/ou jovens.



Adaptado de Google Forms

***Gráficos 61** - Número de crianças e/ou jovens do agregado familiar*

A **Gráfico 62** evidencia que prevalecem, nos agregados familiares dos respondentes, crianças com idades dos 0 aos 5 anos e dos 6 aos 10 anos.



Adaptado de Google Forms

***Gráficos 62** - Idade das crianças e/ou dos jovens do agregado familiar*

Nos quadros seguintes identificam-se, por secção, as diferentes potencialidades e desafios do concelho a nível familiar.

5.16 Brincadeira e Lazer

Potencialidades	Desafios
-É positivo que, de ponto de vista da perceção e acompanhamento das famílias sobre o brincar ou realização de outras atividades das crianças e jovens, nenhuma família se tenha colocado no nível "não sei". -É relevante o número de famílias que acompanha os filhos nas diversas atividades (64,7%). -A maioria das famílias diz gostar de brincar com as crianças no parque infantil (79,6%) e que se sente à vontade para tal (82,6%). -88% deixa as crianças divertir-se ao brincar com areia, paus, lama e outros elementos não vendo o sujar-se como problema.	-Apenas 35,3% das famílias refere ter sempre oportunidade de conversar com outros pais/mães/cuidadores quando acompanham as crianças ou jovens nas suas atividades de brincadeira/lazer. -Só 40,1% das famílias diz sobrar sempre tempo depois da escola para as crianças brincarem, descansarem e aproveitarem o tempo livre. -Número significativo de famílias que consideram nem sempre existirem (28,1%) ou não existirem de todo (7,8%) espaços para as crianças brincarem e nem sempre existirem (37,1%) ou não existirem de todo (13,2%) espaços para os jovens jogarem ou praticarem desporto.

***Tabela 45** - Brincadeira e Lazer*

5.17 Participação e Cidadania

Potencialidades	Desafios
-95,2% das famílias considera ter falado sempre muito com as crianças desde pequenas. -82,6% diz ter tido sempre prazer em ver as crianças ajudar em tarefas domésticas. -92,8% das famílias já ouviu falar sobre os direitos das crianças.	-Apenas 54,5% costuma perguntar às crianças o que gostariam de fazer no fim de semana e 61,7% onde gostariam de passear ou ir de férias. -Há 10,2% de famílias que "nem sempre" e 1,2% que "não" ouvem a opinião das crianças sobre vários assuntos e têm em consideração o que pensam e sentem.

Tabela 46 *- Participação e Cidadania*

5.18 Segurança e Proteção

Potencialidades	Desafios
-79,6% das famílias assume que as crianças as procuram quando têm algum problema ou medo de algo. -Ainda que tenham já gritado com as crianças, 78,4% das famílias diz que pediu desculpa e tentou encontrar outras soluções para exercer autoridade. -72,5% das famílias diz ler sobre questões relacionadas com as crianças. -85,6% das famílias acompanham sempre o que as crianças veem na Internet e limitam o acesso ou conversam sobre os riscos associados.	-Apenas 50,9% das famílias considera que as crianças podem usar com segurança os transportes públicos. -Só 43,7% das famílias refere nunca ter havido situações em que outras crianças batessem nas suas dentro ou fora da escola. -36,5% afirma que era completamente normal que os seus pais, nos seus tempos de criança, lhes batessem. -Destaca-se que somente 41% assume que nunca bateu nas suas crianças.

Tabela 47 - *Segurança e Proteção*

5.19 Saúde

Potencialidades	Desafios
-Todas as famílias levaram as crianças a todas as consultas de saúde infantil previstas. -A todas as crianças foram administradas todas as vacinas do Plano Nacional de Vacinação. -92,2% das famílias diz que faz sempre pelo menos uma refeição por dia com todos sentados à mesa. -88,6% afirma que, quando a família come há mesa, sente que todos falam.	-56,9% não participaram no curso de preparação para o parto promovido pelo Centro de Saúde. -88,6% não foi chamado para participar no curso de pós-parto promovido pelo Centro de Saúde. -3% das famílias diz que nem sempre se preocupou com a alimentação dos filhos. -12% das famílias diz nem sempre preparar refeições saudáveis e nutritivas para as crianças.

-95,8% dos médicos costuma deixar sempre as famílias à vontade para fazer perguntas ou falar de preocupações sobre as crianças.	-18% das famílias refere que nem sempre percebe tudo o que os médicos explicam.

Tabela 48 *- Saúde*

5.20 Educação

Potencialidades	Desafios
-80,8% das famílias gosta de todas as escolas que as suas crianças frequentaram.	-Apenas 66,5% das famílias sente que as atividades e dinâmicas da escola vão sempre ao encontro das escolhas enquanto pai/mãe/responsável.
-92,8% sempre acompanhou as crianças nos estudos, dentro do que sabem e conseguem fazer com elas.	-Só 58,7% assume que na escola os professores prestam apoio individual.
-89,2% diz ir sempre às reuniões na escola.	-10,8% nem sempre percebe quando alguma coisa não corre bem na escola.
-74,5% sente sempre que as matérias escolares são relevantes.	-Ainda só 74,9% das famílias se sente sempre apoiado pelos professores das crianças.
-96,4% costuma perguntar às crianças o que fizeram na escola.	-Só 77,8% das famílias consegue pagar sempre todo o material escolar.
	-38,9% das famílias não sabe se a escola promove educação sexual.
	-Apenas 64,7% sente que os professores e auxiliares respeitam todas as crianças, sem discriminação.

Tabela 49 *– Educação*

5.21 Conciliação entre e vida familiar e trabalho

Potencialidades	Desafios
-Só 22,8% das famílias se sente sempre cansada para usufruir da vida familiar com as crianças. -Apenas 33,5% pensa que o trabalho	-47,9% das famílias raramente tem tempo para fazer tudo o que gostaria. -46,7% sente que na vida pessoal e familiar durante o fim de semana (ou dias de

impede sempre de dedicar às crianças o tempo que gostaria.	descanso), não tem tempo para fazer tudo o que gostaria. -46,1% das famílias sente-se sempre apressado. -Apenas 55,1% das famílias afirma que horário de trabalho se adapta sempre aos seus compromissos familiares.

Tabela 50 *- Conciliação entre e vida familiar e trabalho*

Síntese do subcapítulo 5.15 "A Participação das Famílias no Diagnóstico Local do Município de Castro Daire":

A participação das famílias no Diagnóstico Local do Município de Castro Daire possui um combinado de evidências que necessitam de especial atenção. Vejamos:

- Seria pertinente envolver as entidades competentes do concelho na criação de espaços para as crianças brincarem e os jovens jogarem ou praticarem desporto.

- Embora a situação pandémica possa contribuir para esse facto, importa compreender porque a maioria dos pais/cuidadores tem dificuldade em conversar com outros pais/cuidadores aquando do acompanhamento dos filhos a atividades.

- Ainda que seja elevada a percentagem de pais/cuidadores que não encontram problema pelos filhos se sujarem ao explorarem diversas realidades, sobretudo da natureza, importa insistir na relevância desse tipo de ação para o desenvolvimento das crianças, aumentando ainda mais essa percentagem.

- É oportuno que se aumente nas famílias a auscultação e envolvimento das crianças e jovens, fomentando e considerando a sua participação e a partilha sobre o que sentem e pensam.

- Todas as famílias do concelho devem conhecer os direitos das crianças.

- Os transportes públicos têm de ser espaços seguros para crianças e jovens.

- É preocupante que mais de metade das famílias considere poder haver situações em que as suas crianças/jovens foram/são batidos dentro ou fora da escola.

- Poderá haver relação entre os 36.5% dos respondentes que afirma que era completamente normal que os seus pais, nos seus tempos de criança, batessem e que somente 41% assuma nunca ter batido nas suas crianças. Devem sensibilizar-se pais/cuidadores para o evitamento da violência, sugerindo outras estratégias.

- Parece haver lacuna comunicacional entre famílias e serviços de saúde.

- Todas as famílias do concelho devem preocupar-se com a alimentação saudável das crianças e jovens.

- Deve-se sensibilizar e promover a comunicação saudável e assídua entre família, professores e escola, de modo a estabelecer metodologias que sejam benéficas e adequadas ao desenvolvimento e aprendizagem de cada criança e jovem.

- Verifica-se uma percentagem significativa de famílias que não consegue pagar o material escolar.

- Não é aceitável que as famílias desconheçam se a escola proporciona educação sexual.

- Há um número muito elevado de famílias que sente que os professores e auxiliares não respeitam todas as crianças, sem discriminação.

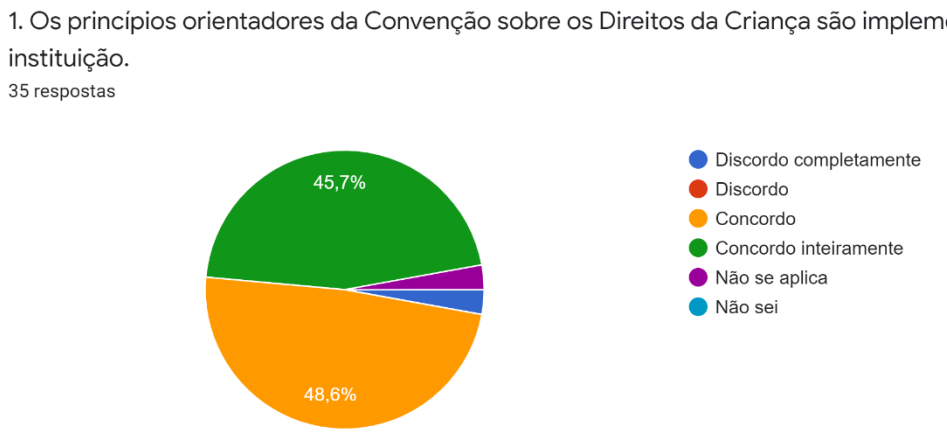
- Há uma dificuldade notória, em quase metade dos pais/mães/responsáveis, de conciliação de vida profissional e familiar.

5.23 Diagnóstico para entidades com intervenção na infância e juventude no concelho de Castro Daire

Obtiveram-se 35 respostas de entidades com competência em matéria de infância e juventude do Concelho de Castro Daire. É apresentada, de seguida, por secções, uma súmula da análise das respostas.

5.24 A Convenção sobre os Direitos da Criança: Formação e Informação

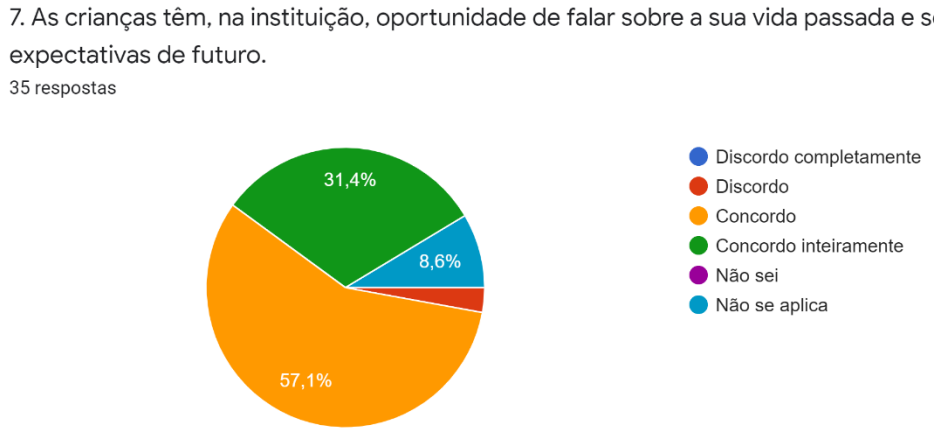
Na secção referente à Convenção sobre os Direitos da Criança: formação e informação, todas as Instituições reconhecem a criança como um sujeito com direitos. Porém, nem todas disseminam informação sobre esses mesmos direitos. Na **Gráfico 63**, é possível verificar que 94,6% implementa, na generalidade, os princípios orientadores da Convenção sobre os Direitos da Criança. 88,6% realizam atividades com as crianças, dando-lhes a conhecer os seus direitos. Nem todas as instituições (85,7%) produzem material informativo sobre os referidos direitos.



Gráficos 63 *- Cumprimento dos princípios orientadores da Convenção sobre os Direitos da Criança pela instituição*

5.25 Participação das Crianças

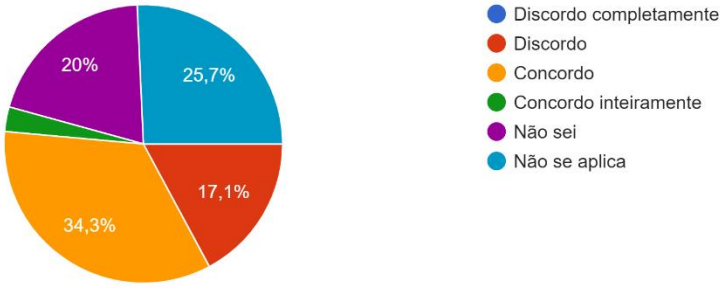
Quanto à segunda secção, sobre a participação das crianças, a maior parte das instituições (88,5%) assume que as crianças têm habitualmente oportunidade de falar sobre a sua vida e expectativas de futuro (**Gráfico 64**). Todavia, só cerca de metade das entidades (51,4%) afirma que as crianças conhecem as regras da instituição e 82,8% afirma que existem materiais informativos sobre as regras e atividades da instituição acessíveis e adequados às crianças. Cerca de 17% destaca que as crianças não participam na elaboração das regras (**Gráfico 65**), facto que sugere a necessidade de trabalhar dinâmicas de envolvimento das crianças nas instituições que ainda não as têm. As atividades realizadas para as crianças são, em quase todas as instituições, pensadas por adultos (88,5%), sendo que as próprias crianças só têm possibilidade de dar a sua opinião e de poder organizar e implementar essas atividades em 51,4% dessas instituições (**Gráfico 66)**, aspeto que corrobora a necessidade apontada em cima. Sublinha-se, também, que 88,6% das instituições participam regularmente em iniciativas/projetos da responsabilidade de outras entidades que promovem a participação na vida da comunidade. Salienta-se, ainda, que apenas 62,9% das instituições favorece a participação das crianças nos processos de tomada de decisão que lhes dizem respeito.



Adaptado de Google Forms

***Gráficos 64** - Oportunidade concedida às crianças de falarem sobre a vida passada e expectativas de futuro*

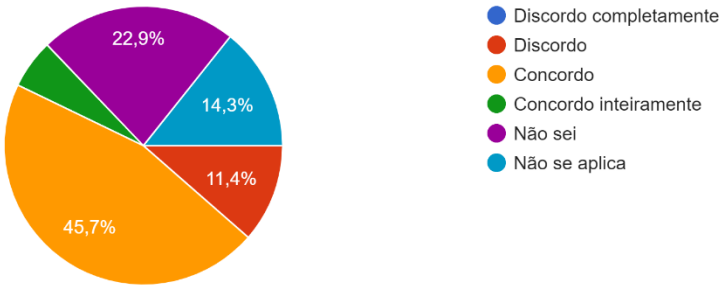
10. As regras da instituição são elaboradas com a participação das crianças.
35 respostas



Adaptado de Google Forms

***Gráficos 65** - Participação das crianças na elaboração das regras da instituição*

13. As crianças têm oportunidade para dar a sua opinião sobre as atividades e estas podem ser organizadas e implementadas pelas crianças.
35 respostas

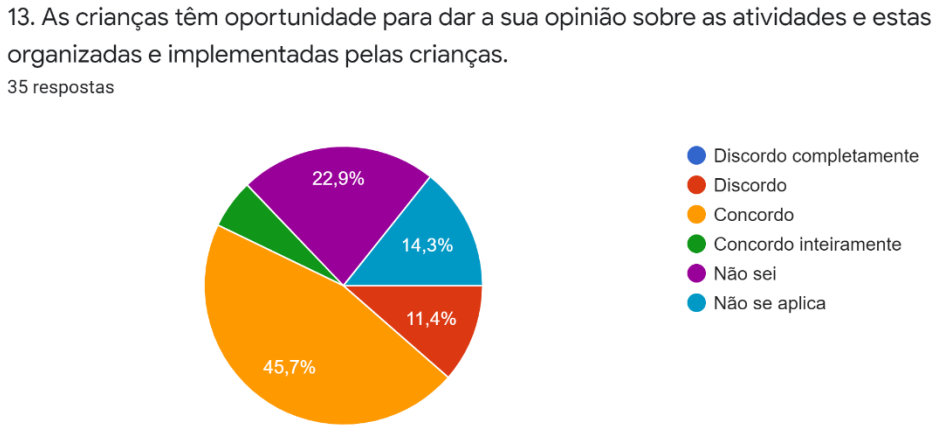


Adaptado de Google Forms

***Gráficos 66** - Possibilidade de as crianças darem a sua opinião, organizarem e implementarem as atividades*

5.26 Princípio da Não Discriminação

No que concerne à secção sobre o princípio da não discriminação, os resultados sugerem que todas as instituições respeitam o direito à não discriminação (**Gráfico 67**) e que 85,7% delas tenta implementar medidas positivas dirigidas a grupos mais vulneráveis e procura promover a interculturalidade e o princípio da diversidade. Cerca de 97% das instituições apresenta condições que garantem o acesso a crianças com deficiência.



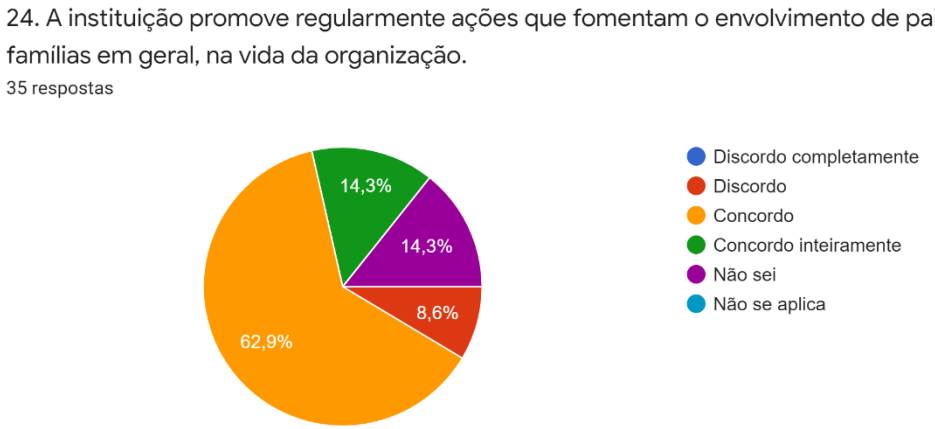
Adaptado de Google Forms

***Gráficos 67** - Respeito da instituição pelo princípio/direito da não discriminação*

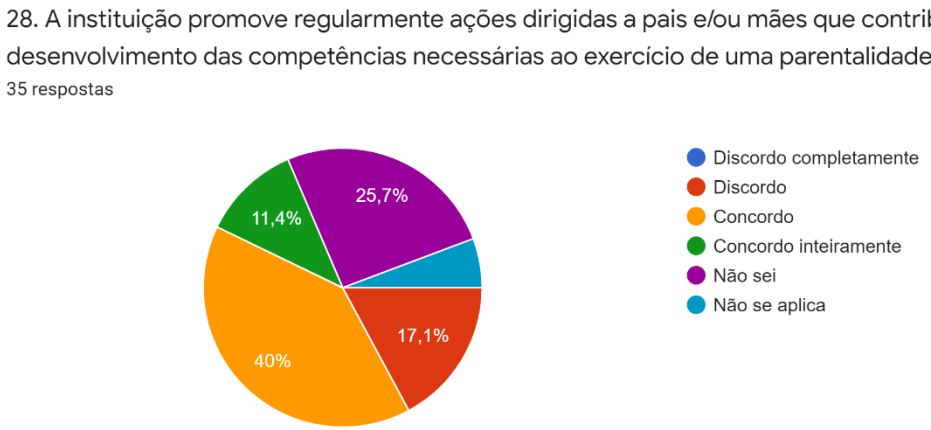
5.27 Trabalho com as Famílias

Sobre a secção do trabalho com as famílias, nota-se um conhecimento generalizado por parte das instituições (91,7%) relativamente aos contextos familiares. Verifica-se que 77,2% das entidades organiza ações que envolvem pais/mães, e família em geral, (**Gráfico 68**). Algumas instituições realizam ações para refletir sobre o desenvolvimento de práticas parentais (71,4%) e sobre o que é parentalidade positiva (60%). Somente cerca de metade (51,4%), porém, cria ações para fomentar o exercício parentalidade positiva para a comunidade em geral (**Gráfico 69**). Os últimos resultados elencados, relativos à promoção

de ações que façam refletir e fomentem práticas parentais positivas, sugerem que há um esforço a fazer, por parte das instituições, para lançar estratégias, planos e atividades que abranjam um número maior de famílias, realizando um trabalho, tanto quanto possível, preventivo.



Gráficos 68 *- Promoção pela instituição de ações que fomentem envolvimento das famílias*

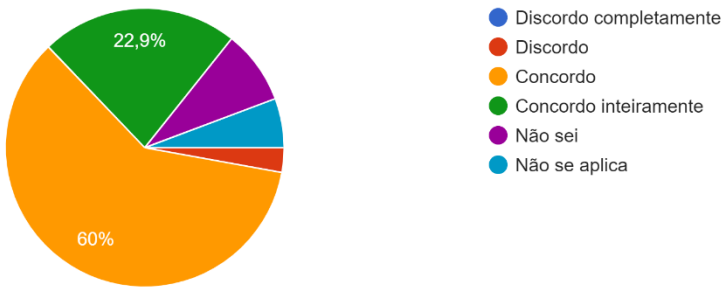


Gráficos 69 *- Promoção regular pela instituição de ações direcionadas a pais/mães para o exercício da parentalidade positiva*

5.28 Política de Proteção

A propósito da secção sobre política de proteção, há a destacar que 82,9% das instituições promove regularmente ações que contribuem para o desenvolvimento de competências nas próprias crianças que podem funcionar como fatores protetores da violência (**Gráfico 69**). Ainda assim, é desejável que todas as instituições sigam essa prática. 88,6% das instituições tem uma Política de Proteção das Crianças e Jovens, assegurando o direito à sua privacidade (100%) e um ambiente seguro e de confiança (100%). Há ainda algumas instituições (71,5%) que garantem a existência de um procedimento de apresentação de denúncia/ queixa acessível a todas as crianças/jovens (**Gráfico 70**).

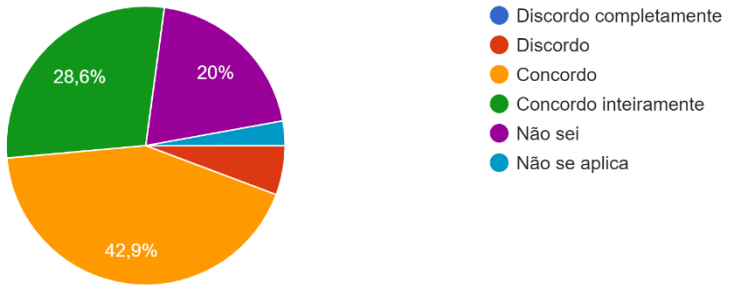
29. A instituição promove regularmente ações que contribuem para o desenvolvimento de competências nas próprias crianças que podem funcionar como fatores protetores à violência.
35 respostas



Adaptado de Google Forms

***Gráficos 70** - Promoção pela instituição de ações que contribuam para o desenvolvimento de competências nas crianças que funcionem como fatores protetores à violência*

36. A instituição garante um procedimento de apresentação de denúncia/queixa acessível a todas crianças/jovens.
35 respostas



Adaptado de Google Forms

Gráficos 71 *- Garantia pela instituição de procedimento de apresentação de denúncia/ queixa acessível a todas as crianças/jovens*

Síntese do subcapítulo 5.24 "Diagnóstico para entidades com intervenção na infância e juventude no concelho de Castro Daire":

Após as conclusões efetuadas no decorrer da análise dos questionários aplicados às entidades com intervenção na infância e juventude no concelho de Castro Daire, torna-se fundamental destacar as seguintes observações:

- Evidencia-se a exigência contínua de disseminação de conhecimento acerca dos direitos das crianças, através de ações formativas e informativas com crianças, jovens, famílias e entidades.

- Emerge a necessidade de trabalhar dinâmicas de participação ativa das crianças e jovens nas instituições que ainda não as têm.

- É fundamental lançar estratégias, planos e atividades sobre práticas parentais positivas que abranjam um número maior de famílias, realizando um trabalho, tanto quanto possível, preventivo.

- É uma necessidade premente encetar e dar continuidade a ações que contribuam para o desenvolvimento de competências nas próprias crianças que

podem funcionar como fatores protetores da violência e procurar mecanismos acessíveis e eficazes que permitam à criança/jovem apresentar denúncia/queixa.

- Verificou-se um número significativo de participantes que se colocou no nível “não sei” na resposta a várias perguntas, aspeto que faz levantar a questão do efetivo envolvimento e conhecimento dos trabalhadores relativamente à instituição, e à respetiva missão, visão e valores, onde exercem a sua atividade laboral.

11. O Plano Local de Promoção e Proteção dos Direitos da criança referente ao biénio 2022-2024

O Plano Local de Promoção e Proteção dos Direitos da criança referente ao biénio 2022-2024 visa, à semelhança de planos de ação já desenvolvidos promover uma atuação global das várias entidades com competências em matéria de infância e juventude.

Este Plano teve na sua definição e desenvolvimento uma reflexão participada por todos os comissários que integram a Comissão de Proteção.

A grande finalidade foi e será sempre a promoção dos direitos das crianças e jovens em perigo, fomentando ações que potenciam "transformação" de comportamentos, quer na família, quer na sociedade em geral, sempre no intuito de atingir o bem-estar e o desenvolvimento integral das crianças e jovens.

O documento em presença e face a um diagnóstico que nos apresenta várias problemáticas, tem como objetivo uma atuação concisa em várias vertentes:

- Absentismo e Abandono Escolar;
- Exposição a modelos de comportamentos desviantes (agressão no meio familiar e incumprimento das responsabilidades parentais);
- Comportamentos desviantes (consumo de estupefacientes, furtos, indícios de delinquência, prostituição);
- Negligência Parental;
- Exposição a Violência Doméstica;
- Bullying;
- Consumo de Álcool;

Numa reflexão exaustiva levada a cabo pelos diversos agentes foram definidos eixos de intervenção, a saber:

Tendo como objetivo formar e dotar técnicos de mais e melhores competências, serão desenvolvidas ações dinamizadas por técnicos da Comissão Regional e da Comissão Nacional.

Para o efeito serão estabelecidas parcerias com a Câmara Municipal.

Consideramos também muito importante a divulgação do papel da CPCJ na sociedade, pois permite que entre esta e a instituição se crie maior proximidade e melhor qualidade no relacionamento e assim as diversas situações beneficiem de um acompanhamento de qualidade sempre visando o superior interesse da criança e do jovem.

FAMÍLIA:

Tendo como objetivo reforçar laços afetivos e intergeracionais e sensibilizar para a importância dos afetos no seio familiar e visando a construção de uma parentalidade positiva, serão desenvolvidas ações de formação com a participação das famílias.

Para o efeito, serão estabelecidas parcerias com a Câmara Municipal, CNE, Associação de Pais, GNR, Bombeiros e Agrupamento de Escolas.

EDUCAÇÃO:

Neste eixo de intervenção foi privilegiado a realização de ações temáticas, a saber:

- Semana dos valores;
- Um dia no Exército;
- Tertúlias com jovens;
- Educar para a diversidade e orientação sexual;

- Estendal dos Direitos;
- Educar para o Direito;

SAÚDE:

Com o objetivo de intervenção nas problemáticas diagnosticadas, nomeadamente:

- Violência Doméstica;
- Violência no Namoro;
- Negligência Parental;
- Bullying;

Serão levadas a cabo as seguintes ações:

- Espetáculo de dança e canto (Dança Sénior e Tuna dos 60);
- Formação do Laço Azul;
- Correr com os Maus Tratos (caminhada);
- Ver para crer (testemunhos);
- Violência (familiar e no namoro);

Tendo em vista a concretização das ações referidas serão estabelecidas parcerias com a Rádio Limite, Academia Sénior, CNE, Câmara Municipal, Bombeiros de Farejinhas, Associação de Pais, Agrupamento de Escolas, EPMS, GNR, NAVVD.

Em jeito de conclusão e tendo como objetivo primeiro, dotar as crianças e jovens da proteção e atenção que lhe são devidas, a nossa intervenção será no sentido de, apesar da gravidade das problemáticas evidenciadas, conjugar esforços, de modo a ser criada uma parentalidade positiva, em que as “armas” usadas sejam o afeto e o respeito.

Eixo I - CPCJ						
Objetivo Estratégico - Capacitar os elementos da CPCJ e promover ações de divulgação e sensibilização junto da comunidade						
Ações	**Objetivos**	**Indicadores**	**Público-alvo**	**Parcerias**	**Calendarização**	**Responsável pela ação e avaliação**
Ações de formação	Formar e dotar os técnicos/elementos de mais competências para uma melhor atuação	Número de ações Número de participantes	CPCJ e Parcerias	CPCJ Câmara Municipal	2022 - 2024	CPCJ
CPCJ + Perto	Divulgar a Comissão e a sua intervenção	Número de ações e participantes	Comunidade	Câmara Municipal CPCJ Agrupamento de Escolas Associação de Pais Agrupamento de Escuteiros (CNE)	2022 - 2024	CPCJ Representante da Associação de Pais

Eixo II – Família						
Objetivo Estratégico – Promover a participação ativa de todos os elementos do agregado familiar, de modo a reforçar laços afetivos e de coesão familiar						
Ação	**Objetivo**	**Indicadores**	**Público-alvo**	**Parcerias**	**Calendarização**	**Responsável pela ação e avaliação**
Caminhar em Família	Reforçar laços afetivos e intergeracionais	Número de participantes quer por agregado familiar e na sua totalidade	Famílias	CPCJ Câmara Municipal CNE Associação de Pais GNR Bombeiros	15 de Maio de 2022	Representante da Associação de Pais Representante do CNE
Assinalar datas	Sensibilizar para a	Número de partilhas	Comunidad	CPCJ	2022 - 2024	CPCJ

comemorativas relacionadas com as famílias	temática de cada dia (Dia da mãe, dias dos avós, etc)	Número de datas	e	Comunidade		
Calendário dos Afetos	Sensibilizar para a importância dos afetos no seio da família	Nº de calendários distribuídos Número de ações (min 1 p/ano)	Pré-Escolar	CPCJ Agrupamento de Escolas	2022 - 2024	CPCJ

Eixo II – Família						
Objetivo Estratégico – Promover a participação ativa de todos os elementos do agregado familiar, de modo a reforçar laços afetivos e de coesão familiar						
Ação	**Objetivo**	**Indicadores**	**Público-alvo**	**Parcerias**	**Calendarização**	**Responsável pela ação e avaliação**
Caminhar em Família	Reforçar laços afetivos e intergeracionais	Número de participantes quer por agregado familiar e na sua totalidade	Famílias	CPCJ Câmara Municipal CNE Associação de Pais GNR Bombeiros	15 de Maio de 2022	Representante da Associação de Pais Representante do CNE
Assinalar datas comemorativas relacionadas com as famílias	Sensibilizar para a temática de cada dia (Dia da mãe, dias dos avós, etc)	Número de partilhas	Comunidade	CPCJ Comunidade	2022 - 2024	CPCJ
Calendário dos Afetos	Sensibilizar para a importância dos afetos no seio da família	Nº de calendários distribuídos Número de ações (min 1 p/ano)	Pré-Escolar	CPCJ Agrupamento de Escolas	2022 - 2024	CPCJ

Eixo III – Educação						
Objetivo Estratégico – Promover a interação entre a Escola e as Famílias						
Ação	**Objetivo**	**Indicadores**	**Público-alvo**	**Parcerias**	**Calendarização**	**Responsável pela ação e avaliação**
Semana dos Valores	Cultivar os valores de modo a garantir uma convivência ética e saudável entre os seres humanos	Número de participantes total e distinguir em termos de papel na sociedade (exemplo: alunos, professores, AAE, pais/enc. de educação)	Alunos do Agrupamento de Escolas EPMS	CPCJ CNE Agrupamento de Escolas EPMS UCC GNR	2022 - 2024	Representante do CNE Representante da Associação de Pais Representante das Forças de Segurança Elemento Cooptado
Um dia com o Exército	Combater o absentismo e abandono escolar	Número de alunos Número de ações Questionário de Satisfação	Alunos 11ºano Agrupamento de Escolas EPMS	CPCJ Agrupamento de Escolas EPMS	2022 - 2024	CPCJ Autarquia
Tertúlias com Jovens	Identificar interesses e necessidades das crianças/jovens	Número de alunos Número de ações (min 1 p/ ano)	Ensino Secundário EPMS	Agrupamento de Escolas EPMS CPCJ GNR	2022 - 2024	Representante da Associação de Pais Representante das Forças de Segurança
Educar para a Diversidade de Orientação Sexual	Sessão de esclarecimento e sensibilização para a não-discriminação com base em questões de orientação sexual, identidade, expressão de género e características sexuais.	Número de alunos por anos de escolaridade e sexo	Alunos do 3.º ciclo e secundário EPMS	Agrupamento de Escolas EPMS CPCJ UCC	2022 - 2024	Elemento Cooptado CPCJ
Estendal dos Direitos	Alertar e sensibilizar para os direitos das crianças e para a problemática dos maus-tratos	Número de Associações/instituições envolvidas Número de peças de roupa	Comunidade em geral	CPCJ Câmara Municipal CNE Associação de Pais UCC IPSS	2022 - 2024	CPCJ
Educar para	Dar a conhecer, à luz da	Número de Ações Número de	Alunos do 2.º	Câmara Municipal	2022 - 2024	CPCJ

o Direito	constituição, a existência de três direitos fundamentais: “Direitos, Liberdades e Garantias”	alunos	ciclo Alunos do 9.º ano	Agrupamento de Escolas EPMS CPCJ Associação de Pais		

Eixo IV – Saúde						
Objetivo Estratégico – Promover o bem-estar físico e psicossocial						
Ação	**Objetivo**	**Indicadores**	**Público-alvo**	**Parcerias**	**Calendarização**	**Responsável pela ação e avaliação**
Espetáculo de Dança Sénior e Tuna dos 60	Prevenir/ Sensibilizar para os Maus Tratos na Infância/Juventude	Número de participantes	Comunidade em geral	Rádio Limite CPCJ Academia Sénior CNE ASSOL Câmara Municipal	abr/22	CPCJ
Formação do “Laço Azul”	Prevenir/ Sensibilizar para os Maus Tratos na Infância/Juventude	Número de visualização	Comunidade em geral	CPCJ Bombeiros de Farejinhas	Abril 2022 - 2024	Elemento cooptado
“Correr com os Maus Tratos”	Prevenir/Sensibilizar para os Maus Tratos na Infância/Juventude	Número de participantes	Comunidade em geral	Associação de Pais CPCJ Câmara Municipal CNE	Abril 2023 - 2024	CPCJ
“Ver para Crer”	Prevenir/Sensibilizar para a problemática do Alcoolismo/Drogas	Número de participantes	Comunidade Escolar	CPCJ Agrupamento de Escolas EPMS Alcoólicos	2022 - 2024	CPCJ Elemento Cooptado

				anónimos			
“Violências”	Prevenir comportamentos de risco em contexto de Violência Doméstica e Violência no Namoro	Número de participantes	Comunidade em geral	GNR Agrupamento de Escolas EPMS CPCJ NAVVD	2022 – 2024	CPCJ Elementos Cooptados	
	Sensibilizar para o Bullying e Cyberbullying	Número de alunos por ano de escolaridade	Alunos do 2.º ciclo Alunos do 3.º ciclo EPMS	GNR Agrupamento de Escolas EPMS CPCJ UCC	2022 – 2024		
“Dia Europeu da Proteção das Crianças contra a Exploração e Abuso Sexual” – 18 de novembro	Sensibilizar para esta temática	Número de participantes Número de Entidades envolvidas Número de visualizações e partilhas no Facebook	Agrupamento de Escolas CPCJ UCC	Agrupamento de Escolas CPCJ UCC	Novembro 2022-2024	CPCJ Elemento Cooptado	

SUGESTÕES GERAIS:

- Falta de adesão das famílias às ações propostas: divulgação no maior número de meios possível (por exemplo, redes sociais); realizar ações em horário pós-laboral; estabelecer contactos próximos e frequentes com as famílias; aproveitar ações que são realizadas com crianças e jovens em âmbito escolar para incentivá-las a publicitar junto dos pais as atividades a estes últimos destinadas; atrair a participação com estratégias como, por exemplo, a oferta de um lanche, dinamização de momentos lúdicos/de festa, articulando esses momentos de informalidade, tanto quanto possível, com a vertente formativa e informativa; procurar ir ao encontro das crianças, jovens e famílias que habitam em freguesias mais isoladas e distantes do centro da vila (articulação com as Juntas de Freguesia; colaboração do Núcleo Distrital de Viseu da EAPN Portugal | Rede Europeia Anti Pobreza, através dos estágios curriculares da licenciatura em Educação Social e do Mestrado em Intervenção Psicossocial com Crianças e Jovens em Risco, para realização de atividades).

- Avaliação das atividades: Como será realizada? Como perceber se há, efetivamente, sensibilização e eventual mudança de comportamentos? Talvez seja insuficiente avaliar apenas através de indicadores como o número e/ou a satisfação de participantes. Ferramentas e estratégias que podem ser úteis: observação de participação/envolvimento dos intervenientes; ir questionando os participantes de ação em ação sobre o que foi abordado nas ações anteriores; estabelecer conversas informais com algumas crianças, jovens e famílias seja sobre as ações realizadas, seja sobre o dia-a-dia escolar e familiar (preservando, naturalmente, a discrição e evitando intromissão); voltar a lançar as questões dos questionários implementados no projeto ADÉLIA tidas como mais relevantes para o contexto, por exemplo, a meio e no final do intervalo de tempo 2022-2024, e comparar resultados.

- Divulgação do Diagnóstico e do Plano Local: sugere-se que aconteça não apenas numa cerimónia formal ou em canais institucionais oficiais. Um vídeo breve em que elementos da CPCJ e até crianças e jovens e/ou famílias falam sobre os principais desafios encontrados no concelho e o que se está a planear

para as enfrentar, publicado nas redes sociais, pode ser um ótimo complemento na divulgação.

OUTRAS PROPOSTAS E SUGESTÕES DE MELHORIA DE ATIVIDADES A TER EM CONTA NO PLANO LOCAL (POR EIXO):

EIXO II – FAMÍLIA

- Dado o aumento registado de famílias monoparentais, nos últimos anos, no município de Castro Daire, sugere-se a promoção de um maior apoio social e a criação de dinâmicas de capacitação para as mesmas, uma vez que a maioria desta tipologia familiar não apresenta uma rede de suporte informal sustentada. Por exemplo: auxiliar ao nível de atividades extracurriculares após o horário escolar;

- Uma vez que as famílias monoparentais apresentam um elevado risco de isolamento social, coloca-se a possibilidade de promover encontros com outras famílias (através de lanches comunitários ou passeios familiares, por exemplo), permitindo um maior envolvimento com a restante comunidade.

- Recomendam-se, ainda, ações de sensibilização para pais/encarregados de educação sobre a Parentalidade Positiva. Contudo, tendo em consideração a dificuldade de envolvimento, por parte das famílias, nesta tipologia de atividades, sugerimos que as mesmas sejam dinamizadas em parceria com as Juntas de Freguesia, no sentido de facilitar a participação dos mesmos (auxílio nas deslocações, por exemplo).

- - “Calendário dos Afetos” é uma excelente iniciativa! Talvez seja conveniente esclarecer como será desenvolvida, ou seja, de que forma as crianças contribuirão para a elaboração do calendário (com desenhos, com fotografias, etc.) e procurar que, através desse contributo, haja uma mensagem que sensibilize efetivamente a comunidade, a escola, as famílias para a importância dos afetos. Sugestão: Porque não alargá-la a outra faixas etárias?

EIXO III – EDUCAÇÃO

- É importante que a ação “Tertúlias com Jovens”, enquanto atividade diagnóstica, seja a base de todas as outras ações. É pertinente estendê-la a todas as faixas etárias.

- Clarificar de que forma a ação “Um dia com o Exército” pode contribuir para a prevenção e redução do abandono e do absentismo escolares.

- Adaptar o nome da ação “Educar para a Diversidade de Orientação Sexual” por não ser suficientemente abrangente/adaptado à temática; ausência de outras dimensões igualmente fundamentais.

- Combater a elevada taxa de retenção e desistência, bem como o absentismo e abandono escolares:

1. Realizar “Feiras de Emprego” ou “Feiras das Profissões” ou dias temáticos (com visitas a instituições; com o contacto com várias realidades profissionais) para os alunos, em particular, os do 3.º Ciclo do Ensino Básico e os alunos do Ensino Secundário, no sentido de atenuar a elevada taxa de abandono/retenção escolar. Contudo, consideramos que estas questões devem ser trabalhadas, precocemente, com públicos mais novos;

2. À semelhança da atividade anterior, e com vista à promoção de um maior envolvimento entre a família e a comunidade escolar, possibilita-se, mediante o testemunho de alguns pais/encarregados de educação ou outros familiares, a partilha do seu percurso profissional aos alunos, especificando qual a área profissional que exercem, bem como as funções que desempenham;

3. Propor que a Associação de Pais do Município de Castro Daire, membro associado da União Distrital da Associação de Pais de Viseu (UDAP), mediante a sua colaboração com as restantes associações do Distrito de Viseu, encontre alternativas viáveis de combate à retenção escolar;

4. Promover um apoio mais individualizado aos alunos, através de equipas multidisciplinares, a fim de fomentar um maior sucesso educativo (à semelhança do trabalho desenvolvido pela Escolas TEIP – Territórios Educativos de Intervenção Prioritária).

5. Parceria com a EAPN (Núcleo Distrital de Viseu da EAPN Portugal | Rede Europeia Anti-Pobreza): Sessões de sensibilização sobre as "Boas Práticas Educativas" realizadas pelo Núcleo Distrital de Viseu da EAPN Portugal | Rede Europeia Anti-Pobreza; Workshops e/ou World Café e/ou "À conversa com…" sobre uma temática proposta pela CPCJ de Castro Daire; formação dos técnicos.

EIXO IV – SAÚDE

- Tendo por base a elevada taxa de violência doméstica, bem como situações de *bullying* vivenciadas em contexto escolar, coloca-se, como sugestão, a dinamização de sessões para os professores/assistentes operacionais/pais/crianças/jovens sobre a importância da saúde mental;

- Capacitar os profissionais e sensibilizar as crianças/jovens para a violência interpessoal, através do Programa "Prevint" (https://www.prevint.pt/).

- Atenção ao problema do álcool: continuar a promover controlo em articulação com as autoridades competentes. Multiplicar a ação "Ver para crer". Aferir disponibilidade de colaboração do SICAD na implementação, por exemplo, do programa "Eu e os Outros".

- A ação "Violências" deverá ser dividida por temáticas (violência doméstica, violência no namoro e *bullying*). Ao longo dos dois anos de implementação, devem ser concretizadas diversas atividades nesses âmbitos para privilegiar, ao longo do tempo, a prevenção. Um teatro/dramatização sobre as temáticas, em que as crianças e jovens sejam protagonistas, pode ser uma ótima oportunidade para envolver e sensibilizar a comunidade.

12. Conclusão

O **Plano Local de Promoção e Proteção de Crianças e Jovens de Castro Daire,** agora apresentado e aprovado, revelou um enorme progresso qualitativo da intervenção por parte da CPCJ. Esta intervenção insistiu sobretudo no aspeto preventivo.

Desta forma têm-se vindo a adotar novas dinâmicas com vista a alcançar novos horizontes contribuindo assim para a promoção de uma cultura de prevenção, por parte da comunidade. A interação e o trabalho de equipa na recolha de uma série de indicadores, revelou-nos um conjunto diverso de dificuldades e constrangimentos sentidos pelos diversos grupos comunitários. Estes necessitam de ser colmatados e ou ultrapassados, com vista ao aperfeiçoamento e mais profícuo trabalho para a promoção e desenvolvimento integral e positivo das crianças e jovens do concelho.

A dinâmica da equipa da CPCJ, fruto do **Projeto "Adélia"** levou a um aumento da motivação e empenho para prosseguir com tão nobre missão de promoção e proteção das crianças e jovens de Castro Daire.

A CPCJ está a envidar esforços, no sentido de retomar esse programa mantendo e/ou reforçando com novas parcerias, nomeadamente com o Município de Castro Daire, com o CLDS 4G – Criar Desafiar, G.N.R, Associações Desportivas, Recreativas e Culturais, "O Crasto", com o Corpo Nacional de Escutas - Agrupamento 280 de Castro Daire e as duas Associações Humanitárias dos Bombeiros Voluntários, entre outras.

É de realçar que apesar de nem todas as entidades com competência em matéria de infância e juventude do concelho de Castro Daire acima citadas terem assento na CPCJ em modalidade Alargada, deram os seus contributos e assim tornaram este documento fundamental para a otimização de recursos, de ações e estratégias a utilizar no processo de prevenção, intervenção e remediação e assim crianças e jovens gozem dos direitos que todos lhes reconhecemos.

Com a implementação do conjunto de estratégias explicitadas neste plano espera-se poder contribuir para uma comunidade local e regional com **crianças e jovens** mais capazes, autónomos, responsáveis e solidários, bem como, **promover a qualidade do ambiente familiar, escolar e comunitário**.

Importa realçar que os direitos da criança, só serão integralmente respeitados se em simultâneo, também forem promovidos os direitos da família e o direito à vida em comunidade, o que se traduz num difícil, complexo e trabalhoso desafio.

13. Referências Bibliográficas

Lei n.º 147/99, de 1 de setembro – Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo. *Diário da República, n.º 204/1999, Série I-A.* Lisboa: Direção Geral da Saúde.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 112/2020 de 18 de dezembro. *Diário da República, n.º 245/2020, 1º Suplemento, Série I.* Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros.

Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (2011). *Manual Crianças e Jovens vítimas de violência: compreender, intervir e prevenir.* APAV

Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens (2021). *Relatório Anual de Avaliação da Atividade das CPCJ 2020*.

Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens (2020). *Relatório Anual de Avaliação da Atividade das CPCJ 2019*.

Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens (2019). *Relatório Anual de Avaliação da Atividade das CPCJ 2018*.

Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens (2018). *Relatório de Avaliação da Atividade das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens.*

Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens (2017). *Relatório de Avaliação da Atividade – 2016*.

Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens (2011). *Relatório Anual de Avaliação da Actividade das Comissões de Protecção de Crianças e Jovens no ano de 2010*.

Comissão Nacional de Proteção de Crianças e Jovens em Risco (s.d). *Promoção e proteção dos direitos das crianças. Guia de orientações para os profissionais da acção social na abordagem de situações de perigo*.

Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (s.d.). *Estatísticas*. https://www.dgeec.mec.pt/np4/248/?fbclid=IwAR0K3W8qRD4GgDbfUUN_TSx1Q5K1sdepOll_r7Sm-xhwjI9JwhPY1Xit8cA

Instituto da Segurança Social, I.P. (s.d.). *Estatísticas* https://www.seg-social.pt/estatisticas?fbclid=IwAR1VoHftbEHaRTipF3T7jbgF9Um-a2ZIHWICqL1WxtLplq97Qd7DIPTZXdA

Instituto das Drogas e Toxicodependência (s.d.). *Guia de prevenção para pais e educadores de crianças dos 3-9 anos*.

Instituto das Drogas e Toxicodependência (s.d.). *Guia de prevenção para pais e educadores de crianças dos 13-16 anos*.

Macedo, C. (2017). *Famílias em risco psicossocial: funcionamento familiar, competências parentais, apoio social e bem-estar* [Tese de doutoramento, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade do Algarve]. Sapientia - Repositório da Universidade do Algarve. http://hdl.handle.net/10400.1/10791

Magalhães, T. (2005), *Maus-tratos a crianças e jovens. Guia prático para profissionais*. Quarteto.

Menezes, B., & Prazeres, V. (2011). *Maus-tratos em crianças e jovens. Guia prático de abordagem, diagnóstico e intervenção.* Direcção-Geral da Saúde.

Nunes, C., & Ayala-Nunes, L. (2015). Famílias em risco psicossocial: desafios para a avaliação e intervenção. *Revista de Psicologia da Criança e do Adolescente*, *6*(1), 95-107.

Organização das Nações Unidas (1948). *Declaração Universal dos Direitos Humanos.* https://dre.pt/declaracao-universal-dos-direitos-humanos

Organização das Nações Unidas (1989). *Convenção sobre os Direitos da Criança.* http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=1894&tabela=leis

Pena, M. (2019). *Potencialidades e desafios do acompanhamento familiar: a perspetiva das famílias e dos profissionais* [Dissertação de mestrado, Universidade Católica Portuguesa]. Veritati – Repositório Institucional da Universidade Católica Portuguesa. http://hdl.handle.net/10400.14/29538

Rivero, C., Sousa, L., Grilo, P., & Rodrigues, S. (2013). *Manual - Práticas Colaborativas e Positivas na Intervenção Social*. EAPN Portugal/ Núcleo Distrital de Leiria.

https://www.eapn.pt/docs/publicacao_praticas_colaborativas.pdf

Rodrigues, A., Ribeiro, A., Castilho, C., Gamito, D., Poppe, F., Lopes, H., Fernandes, L., & Morato, P. (2011). Para pais sobre filhos – Um projecto de intervenção com famílias. In D. Sampaio, H. Cruz, & M. Carvalho (Eds.), *Crianças e jovens em risco. A família no centro da intervenção* (pp. 227-249). Princípia.

Rosemberg, F., & Mariano, C. (2010). A convenção internacional sobre os direitos da criança: debates e tensões. *Cadernos de Pesquisa*, *40*(141), 693-728. https://doi.org/10.1590/S0100-15742010000300003.

BASES DE DADOS CONSULTADAS

PORDATA – Estatísticas sobre Portugal e Europa.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA.

1. Anexos

Questionário

Olá!

Estamos a preparar o Plano Local de Promoção e Proteção dos Direitos das Crianças e Jovens que vai servir para melhorar as condições de vida das crianças do Concelho e pôr toda a gente a pensar sobre os teus direitos.

Este questionário serve para conhecermos a tua opinião sobre alguns desses direitos – a forma como os vives e o que pensas sobre certos assuntos importantes.

É muito importante que o preenchas.

O questionário é anónimo – não tens que escrever o teu nome, em lado nenhum, apenas tens que ler com muita atenção cada uma das perguntas e colocar um **X** na resposta que achares ser a mais certa: **NÃO, NUNCA; POR VEZES; SIM/QUASE SEMPRE; NÃO SEI**. Se quiseres podes fazer comentários na coluna do lado direito.

Agradecemos muito a tua participação!

Escreve aqui a tua idade _____anos

Indica se és um rapaz ☐ ou uma rapariga ☐

A minha vida pessoal	Não, nunca	Por vezes	Sim/Quase sempre	Não sei	Comentários
3- Eu gosto muito da minha casa					
4- Os meus pais gritam comigo					
5- Os meus pais já me colocaram de castigo					
6- Outras crianças já me bateram fora da escola					
A minha Educação	**Não, nunca**	**Por vezes**	**Sim/Quase sempre**	**Não sei**	**Comentários**
3- A meus pais costumam perguntar como correu o meu dia na escola					
4- Sempre que preciso de ajuda os meus professores/as ajudam - me					
5- Na minha escola, aprendi o que são os Direitos das Crianças					
6- Na minha escola, há pessoas adultas com quem posso falar se tiver problemas ou me sentir mal					

A minha Segurança e Proteção	Não, nunca	Por vezes	Sim/Quase sempre	Não sei	Comentários
1- Na escola, eu tenho medo que outras crianças me possam fazer mal					
2- Quando eu tenho medo de alguma coisa costumo falar com o meu pai ou a minha mãe					
A minha Saúde	**Não, nunca**	**Por vezes**	**Sim/Quase sempre**	**Não sei**	**Comentários**
1- Quando estou doente, a minha mãe/pai leva-me ao médico					
2- Alguma vez consumiste bebidas álcoolicas ou outro tipo de drogas?					
Brincadeira e Lazer	**Não, nunca**	**Por vezes**	**Sim/Quase sempre**	**Não sei**	**Comentários**
1- Quando regresso da escola, e no fim-de-semana, tenho tempo para brincar, descansar e aproveitar o meu tempo livre					

A minha Participação e Cidadania	Não, nunca	Por vezes	Sim/Quase sempre	Não sei	Comentários
1- A minha opinião é importante para a minha escola e professores					
2- Eu participo em atividades desportivas, grupo de dança, escuteiros, futebol…					
3- A minha opinião é importante na minha família.					
4- Eu gosto de viver onde vivo.					
A minha Família	**Não, nunca**	**Por vezes**	**Sim/Quase sempre**	**Não sei**	**Comentários**
1- Na minha Família existem muitas discussões e às vezes batem-se					
2- Na minha família existem problemas que afetam a minha alegria					
3- Na minha família costumamos ter momentos divertidos em conjunto					
4- Na minha família ajudamo-nos nas tarefas					

Responde às seguintes questões:

1- Refere 3 coisas boas acerca da tua família	2- Refere 3 coisas que não gostes na tua família

Questionário 7 | Adélia - A participação das famílias no diagnóstico local

*Obrigatório

Estamos a preparar o Plano Local de Promoção e Proteção dos Direitos das Crianças e Jovens. Este questionário tem como objetivo conhecer a sua opinião sobre a verificação dos direitos da criança no seu concelho de residência. Para as suas respostas deverá considerar as crianças até aos 18 anos de idade.

O presente questionário é de autoaplicação, anónimo e confidencial. Por favor considere que não há respostas certas ou erradas. Apenas tem que ler, com atenção, cada uma das perguntas e colocar um X na resposta que achar ser mais correta. Agradecemos muito a sua participação!

1. Antes de iniciar o preenchimento deste questionário, declaro que é minha vontade participar no projeto Adélia, cujo objetivo é efetuar um diagnostico local com vista a uma melhor implementação da Convenção sobre os Direitos da Criança e à identificação de medidas possíveis para o Plano Local de Promoção e Proteção dos Direitos das Crianças e Jovens. Entendo que, embora concorde em participar, a qualquer momento poderei interromper o preenchimento deste questionário, sem quaisquer consequências. Entendo que nenhum dado de identificação pessoal é recolhido e que o resultado da minha participação será tratado de acordo com as regras de proteção de dados aplicáveis. *

   Marcar tudo o que for aplicável.

   ☐ Sim

2. Questionário Sociodemográfico

2. Idade (pe. 34, 52) *

3. Sexo *

Marcar apenas uma oval.

- Masculino
- Feminino
- Não responde

4. Habilitações Académicas * *Marcar apenas uma oval.*

- 1º Ciclo do Ensino Básico
- 2ºCiclo do Ensino Básico
- 3ºCiclo do Ensino Básico
- Ensino Secundário
- Bacharlato
- Licenciatura
- Mestrado
- Doutoramento
- Pós
- Doutoramento

Outra:

5. Qual a sua profissão? *

6. Relação com a Criança *

Marcar apenas uma oval.

- [ ] Mãe
- [ ] Pai
- [ ] Outra: _____

7. Se respondeu outra, por favor indique qual (pe. avó, tia, cuidador)

_____

8. Cá em casa vivem quantos adultos? (Indicar número) *

_____

9. Cá em casa vivem quantas crianças?(Indicar número) *

_____

10. Idade das crianças (pode selecionar mais do que uma opção)

Marcar tudo o que for aplicável.

- [ ] Até aos 5 anos
- [ ] Dos 6 aos 10
- [ ] Dos 11 aos 12
- [ ] Dos 13 aos 15 Mais
- [ ] de 15 anos Outra:
- [ ] _____

3. Brincadeira e lazer

11. 1. Na minha comunidade/cidade existem sítios para as crianças brincarem (como parques infantis), fazerem jogos ou praticarem * desporto.

Marcar apenas uma oval.

- ( ) Completamente verdade
- ( ) Nem sempre
- ( ) Não é verdade ou Não acontece
- ( ) Não sei

12. 2. Na minha comunidade/cidade existem sítios para jovens de várias idades brincarem, fazerem jogos ou praticarem desporto. *

Marcar apenas uma oval.

- ( ) Completamente verdade
- ( ) Nem sempre
- ( ) Não é verdade ou Não acontece
- ( ) Não sei

13. 3. Eu costumo levar as minhas crianças ao parque infantil com frequência ou acompanhá-los em outras atividades (se já são mais * velhos).

Marcar apenas uma oval.

- Completamente verdade
- Nem sempre
- Não é verdade ou Não acontece
- Não sei

14. 4. Quando vou ao parque infantil ou a outras atividades, tenho oportunidade de falar com outros pais e mães / responsáveis. *

Marcar apenas uma oval.

- Completamente verdade
- Nem sempre
- Não é verdade ou Não acontece
- Não sei

15. 5. Quando levo as minhas crianças ao parque infantil, gosto de brincar com eles/as. *

Marcar apenas uma oval.

- Completamente verdade
- Nem sempre
- Não é verdade ou Não acontece
- Não sei

16. 6. Eu levo as minhas crianças ao parque infantil, mas não sei ou não me sinto à vontade para brincar com elas. *

Marcar apenas uma oval.

- Completamente verdade
- Nem sempre
- Não é verdade ou Não acontece
- Não sei

17. 7. Eu sinto que depois da escola, ainda sobra tempo para as minhas crianças brincarem, descansarem e aproveitarem o seu * tempo livre.

Marcar apenas uma oval.

- Completamente verdade
- Nem sempre
- Não é verdade ou Não acontece
- Não sei

18. 8. Depois da escola e do meu trabalho, ainda tenho tempo para brincar ou passar tempo com as minhas crianças. *

Marcar apenas uma oval.

- Completamente verdade
- Nem sempre
- Não é verdade ou Não acontece
- Não sei

19. 9. No fim de semana, organizamos sempre atividades que possamos fazer enquanto família. *

Marcar apenas uma oval.

- Completamente verdade
- Nem sempre
- Não é verdade ou Não acontece
- Não sei

20. 10. Eu costumo levar as minhas crianças a brincar ou passear na natureza durante todo o ano, seja na praia, no campo ou no rio. *

Marcar apenas uma oval.

- Completamente verdade
- Nem sempre
- Não é verdade ou Não acontece
- Não sei

21. 11. Eu deixo as minhas crianças brincarem com areia, paus, lama e outros elementos e não vejo como um problema se eles/as se * sujam; basta que se divirtam.

Marcar apenas uma oval.

- Completamente verdade
- Nem sempre
- Não é verdade ou Não acontece
- Não sei

22. Pode deixar aqui um comentário sobre o tema Brincadeira e Lazer

4. Participação e cidadania

23. 12. Desde que as minhas crianças são pequenas, sempre falei muito com elas. *

Marcar apenas uma oval.

- Completamente verdade
- Nem sempre
- Não é verdade ou Não acontece
- Não sei

24. 13. A partir do momento em que as minhas crianças conseguiam realizar pequenas tarefas, envolvia-as na cozinha, jardinagem ou * outras tarefas, que fazíamos juntos/as.

Marcar apenas uma oval.

- Completamente verdade
- Nem sempre
- Não é verdade ou Não acontece
- Não sei

25. 14. Sempre tive prazer em ver as minhas crianças ajudarem na cozinha, no jardim ou a fazer outras tarefas. *

Marcar apenas uma oval.

- Completamente verdade
- Nem sempre
- Não é verdade ou Não acontece
- Não sei

26. 15. Eu costumo perguntar às minhas crianças o que gostariam de fazer no fim de semana. *

Marcar apenas uma oval.

- Completamente verdade
- Nem sempre
- Não é verdade ou Não acontece
- Não sei

27. 16. Eu costumo perguntar às minhas crianças onde gostariam de ir passear ou ir de férias. *

Marcar apenas uma oval.

28. 17. Eu gosto de ouvir a opinião das minhas crianças sobre vários assuntos e tenho em consideração o que pensam e sentem. *

Marcar apenas uma oval.

- Completamente verdade
- Nem sempre
- Não é verdade ou Não acontece
- Não sei

29. 18. Eu já ouvi falar sobre os direitos das crianças na televisão, no rádio, na internet ou outra fonte. *

Marcar apenas uma oval.

- Completamente verdade
- Nem sempre
- Não é verdade ou Não acontece
- Não sei

30. 19. No município existe um Conselho Municipal de Jovens. *

Marcar apenas uma oval.

31. 20. As minhas crianças participam no Conselho Municipal de Jovens. *

Marcar apenas uma oval.

- Completamente verdade
- Nem sempre
- Não é verdade ou Não acontece
- Não sei

32. 21. As minhas crianças participam em outras atividades associativas. *

Marcar apenas uma oval.

- Completamente verdade
- Nem sempre
- Não é verdade ou Não acontece
- Não sei

33. 22. As minhas crianças têm vontade de fazer parte de associações mas não conhecemos nenhumas no sítio onde moramos. *

Marcar apenas uma oval.

34. Pode deixar aqui um comentário sobre o tema Participação e Cidadania

5. Segurança e proteção

35. 23. Eu sinto que as minhas crianças podem usar em segurança o autocarro ou outros transportes públicos para irem para a * escola.

Marcar apenas uma oval.

- Completamente verdade
- Nem sempre
- Não é verdade ou Não acontece
- Não sei

36. 24. As minhas crianças costumam ir para a escola a pé ou de bicicleta sozinhos ou com os colegas. *

Marcar apenas uma oval.

- Completamente verdade
- Nem sempre
- Não é verdade ou Não acontece
- Não sei

37. 25. Eu costumo levar as minhas crianças à escola a pé ou de mota/carro. *

Marcar apenas uma oval.

- Completamente verdade
- Nem sempre
- Não é verdade ou Não acontece
- Não sei

38. 26. Nunca houve uma situação em que outras crianças batessem nas minhas crianças, dentro ou fora da escola. *

Marcar apenas uma oval.

- Completamente verdade
- Nem sempre
- Não é verdade ou Não acontece
- Não sei

39. 27. Eu sinto que as minhas crianças vêm ter comigo quando têm um problema, ou têm medo de alguma coisa. *

Marcar apenas uma oval.

- Completamente verdade
- Nem sempre
- Não é verdade ou Não acontece
- Não sei

40. 28. Quando eu era criança, era normal os pais/mães baterem nos/as filhos/as. *

Marcar apenas uma oval.

- Completamente verdade
- Nem sempre
- Não é verdade ou Não acontece
- Não sei

41. 29. Eu nunca bati nas minhas crianças. *

Marcar apenas uma oval.

- Completamente verdade
- Nem sempre
- Não é verdade ou Não acontece
- Não sei

42. 30. Em momentos difíceis, já gritei com as minhas crianças, mas pedi-lhes desculpa e tentei encontrar outras soluções para exercer a minha autoridade. *

Marcar apenas uma oval.

- Completamente verdade
- Nem sempre
- Não é verdade ou Não acontece
- Não sei

43. 31. Eu costumo ler sobre questões relacionadas com as crianças. *

Marcar apenas uma oval.

- Completamente verdade
- Nem sempre
- Não é verdade ou Não acontece
- Não sei

44. 32. Eu costumo acompanhar o que as minhas crianças vêem na internet. *

Marcar apenas uma oval.

- Completamente verdade
- Nem sempre
- Não é verdade ou Não acontece
- Não sei

45. 33. Eu limito o acesso ou converso com as minhas crianças sobre os riscos que podem encontrar na internet. *

Marcar apenas uma oval.

- Completamente verdade
- Nem sempre
- Não é verdade ou Não acontece
- Não sei

46. Pode deixar aqui um comentário sobre o tema Segurança e proteção

6. Saúde

47. 34. Quando eu (ou a minha mulher esteve) estive grávida, participei no curso de preparação para o parto, promovido pelo Centro * de Saúde.

Marcar apenas uma oval.

- Completamente verdade
- Nem sempre
- Não é verdade ou Não acontece
- Não sei

48. 35. O curso de preparação para o parto foi útil. *

Marcar apenas uma oval.

- Completamente verdade
- Nem sempre
- Não é verdade ou Não acontece
- Não sei

49. 36. Depois de ser mãe (ou a minha mulher), fui chamada para participar no curso pós-parto, promovido pelo Centro de Saúde. *

Marcar apenas uma oval.

- Completamente verdade
- Nem sempre
- Não é verdade ou Não acontece
- Não sei

50. 37. Eu levei as minhas crianças a todas as consultas de saúde infantil previstas. *

Marcar apenas uma oval.

- Completamente verdade
- Nem sempre
- Não é verdade ou Não acontece
- Não sei

51. 38. As minhas crianças têm todas as vacinas contempladas pelo Plano Nacional de Vacinação. *

Marcar apenas uma oval.

- Completamente verdade
- Nem sempre
- Não é verdade ou Não acontece
- Não sei

52. 39. Eu (ou a minha mulher conseguiu) consegui amamentar os/as filhos/as em exclusivo até aos 6 meses de idade. *

Marcar apenas uma oval.

- Completamente verdade
- Nem sempre
- Não é verdade ou Não acontece
- Não sei

53. 40. Eu sempre me preocupei com a alimentação das minhas crianças. *

Marcar apenas uma oval.

- Completamente verdade
- Nem sempre
- Não é verdade ou Não acontece
- Não sei

54. 41. Eu tento preparar as refeições das minhas crianças de modo saudável e nutritivo. *

Marcar apenas uma oval.

- Completamente verdade
- Nem sempre
- Não é verdade ou Não acontece
- Não sei

55. 42. As minhas crianças só comem doces ou alimentos menos saudáveis em situações excecionais, como por exemplo festas de * aniversário.

Marcar apenas uma oval.

- Completamente verdade
- Nem sempre
- Não é verdade ou Não acontece
- Não sei

56. 43. Nós fazemos pelo menos uma refeição por dia em família, sentados à mesa. *

Marcar apenas uma oval.

- Completamente verdade

57. 44. Quando comemos à mesa, eu sinto que falamos todos/as. *

Marcar apenas uma oval.

- Completamente verdade
- Nem sempre
- Não é verdade ou Não acontece
- Não sei

58. 45. Quando levo as minhas crianças ao/à médico/a, as/os profissionais de saúde costumam falar comigo mas também * diretamente com os meus filhos ou com as minhas filhas.

Marcar apenas uma oval.

- Completamente verdade
- Nem sempre
- Não é verdade ou Não acontece
- Não sei

59. 46. Quando o/a médico/a decide o tratamento para a doença das minhas crianças, costuma explicar-lhes o que devem fazer para * ficar melhor ou como tomar os medicamentos.

Marcar apenas uma oval.

- Completamente verdade
- Nem sempre
- Não é verdade ou Não acontece
- Não sei

60. 47. Eu percebo sempre tudo o que o médico/a me explica. *

Marcar apenas uma oval.

Completamente verdade

61. 48. O/a médico/a costuma deixar-me à vontade para fazer perguntas ou falar de preocupações que tenho sobre das minhas * crianças.

Marcar apenas uma oval.

- Completamente verdade
- Nem sempre
- Não é verdade ou Não acontece
- Não sei

62. Pode deixar aqui um comentário sobre o tema Saúde

7. Educação

63. 49. Eu coloquei as minhas crianças na creche com poucos meses de idade, pois tinha que trabalhar. *

Marcar apenas uma oval.

- Completamente verdade
- Nem sempre
- Não é verdade ou Não acontece
- Não sei

64. 50. Eu fiz questão de ficar em casa com as minhas crianças até estes terem 2/3 anos de idade, porque considerei importante para * o seu desenvolvimento e educação.

Marcar apenas uma oval.

Completamente verdade

65. 51. Eu gostei de todas as escolas que as minhas crianças frequentaram. *

Marcar apenas uma oval.

- Completamente verdade
- Nem sempre
- Não é verdade ou Não acontece
- Não sei

66. 52. Eu sinto que as atividades e dinâmicas da escola vão de encontro às minhas escolhas enquanto pai/mãe/responsável. *

Marcar apenas uma oval.

- Completamente verdade
- Nem sempre
- Não é verdade ou Não acontece
- Não sei

67. 53. Eu procurei escolas alternativas, por achar que o ensino regular não vai de encontro às minhas escolhas enquanto * pai/mãe/responsável.

Marcar apenas uma oval.

- Completamente verdade
- Nem sempre
- Não é verdade ou Não acontece
- Não sei

68. 54. Eu sempre apoiei as minhas crianças nos estudos, dentro do que sei e consigo fazer com eles/as. *

Marcar apenas uma oval.

- Completamente verdade

69. 55. Eu vou sempre às reuniões nas escola para as quais sou convocado/a. *

Marcar apenas uma oval.

- Completamente verdade
- Nem sempre
- Não é verdade ou Não acontece
- Não sei

70. 56. Eu participo nas atividades que a escola abre à participação das famílias. *

Marcar apenas uma oval.

- Completamente verdade
- Nem sempre
- Não é verdade ou Não acontece
- Não sei

71. 57. Eu sinto que as matérias escolares são relevantes. *

Marcar apenas uma oval.

72. 58. Eu sinto que a escola corresponde ao que as minhas crianças gostam de fazer. *

Marcar apenas uma oval.

- Completamente verdade
- Nem sempre
- Não é verdade ou Não acontece
- Não sei

73. 59. Eu sinto que na escola os/as professores/as apoiam os/as alunos/as individualmente. *

Marcar apenas uma oval.

- Completamente verdade
- Nem sempre
- Não é verdade ou Não acontece
- Não sei

74. 60. Eu costumo perguntar às minhas crianças o que fizeram na escola. *

Marcar apenas uma oval.

75. 61. Eu costumo perceber quando alguma coisa não corre bem na escola. *

Marcar apenas uma oval.

- Completamente verdade
- Nem sempre
- Não é verdade ou Não acontece
- Não sei

76. 62. Eu sinto-me apoiado/a enquanto pai/mãe/responsável pelos professores e professoras das minhas crianças. *

Marcar apenas uma oval.

- Completamente verdade
- Nem sempre
- Não é verdade ou Não acontece
- Não sei

77. 63. Eu consigo pagar todo o material escolar que as minhas crianças precisam. *

Marcar apenas uma oval.

78. 64. As minhas crianças utilizam a biblioteca municipal para estudar, fazer pesquisas ou outras atividades. *

Marcar apenas uma oval.

- Completamente verdade
- Nem sempre
- Não é verdade ou Não acontece
- Não sei

79. 65. A escola das minhas crianças promove atividades para a proteção do meio ambiente. *

Marcar apenas uma oval.

- Completamente verdade
- Nem sempre
- Não é verdade ou Não acontece
- Não sei

80. 66. A escola das minhas crianças promove atividades sobre a promoção da saúde. *

Marcar apenas uma oval.

81. 67. A escola das minhas crianças promove educação sexual. *

Marcar apenas uma oval.

- Completamente verdade
- Nem sempre
- Não é verdade ou Não acontece
- Não sei

82. 68. Eu sinto que os professores e professoras e auxiliares respeitam todas as crianças, sem discriminação. *

Marcar apenas uma oval.

- Completamente verdade
- Nem sempre
- Não é verdade ou Não acontece
- Não sei

83. Pode deixar aqui um comentário sobre o tema Educação

8. Conciliação entre vida familiar e trabalho

84. 69. Na minha vida do dia-a-dia raramente tenho tempo para fazer tudo o que queria. *

Marcar apenas uma oval.

- Completamente verdade
- Nem sempre
- Não é verdade ou Não acontece
- Não sei

85. 70. Na minha vida pessoal e familiar durante o fim de semana (ou dias de descanso), não tenho tempo para fazer tudo o que * gosto.

Marcar apenas uma oval.

- Completamente verdade
- Nem sempre
- Não é verdade ou Não acontece
- Não sei

86. 71. Normalmente, sinto-me apressado/a. *

Marcar apenas uma oval.

- Completamente verdade
- Nem sempre
- Não é verdade ou Não acontece
- Não sei

87. 72. O meu horário de trabalho adapta-se aos meus compromissos familiares enquanto mãe/pai/responsável. *

Marcar apenas uma oval.

- Completamente verdade
- Nem sempre
- Não é verdade ou Não acontece
- Não sei

88. 73. Depois do trabalho sinto-me cansado/a para usufruir da vida familiar, com as minhas crianças. *

Marcar apenas uma oval.

- Completamente verdade
- Nem sempre
- Não é verdade ou Não acontece
- Não sei

89. 74. Penso que o trabalho me impede de dedicar às minhas crianças o tempo que gostaria. *

Marcar apenas uma oval.

- Completamente verdade
- Nem sempre
- Não é verdade ou Não acontece
- Não sei

90. Pode deixar aqui um comentário sobre o tema Conciliação entre vida familiar e trabalho

As respostas são con denciais e de acesso restrito.

Os nossos agradecimentos pela sua participação!

Cofinanciado por:

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pela Google.

Google Formulários

Questionário 8 | Adélia - Autodiagnóstico para entidades com competência em matéria de infância e juventude

*Obrigatório

Com este instrumento pretende-se que as entidades com competência em matéria de infância e juventude possam refletir sobre o seu desempenho e identificar os principais aspetos que poderão ser melhorados, ao nível das práticas da instituição, com vista a uma melhor implementação da Convenção sobre os Direitos da Criança e à identificação de medidas possíveis para o Plano Local de Promoção e Proteção dos Direitos das Crianças e Jovens. Para as suas respostas deverá considerar as crianças até aos 18 anos de idade. O presente questionário deve ser preenchido por um elemento da Direção, ou da coordenação técnica da entidade, com um bom conhecimento do funcionamento da organização.

O presente questionário é de autoaplicação, anónimo e confidencial. Por favor considere que não há respostas certas ou erradas. Apenas tem que ler, com atenção, cada uma das perguntas e colocar um X na resposta que achar ser mais correta. Agradecemos muito a sua participação!

1. Antes de iniciar o preenchimento deste questionário, declaro que é minha vontade participar no projeto Adélia, cujo objetivo é * efetuar um diagnostico local com vista a uma melhor implementação da Convenção sobre os Direitos da Criança e à identificação de medidas possíveis para o Plano Local de Promoção e Proteção dos Direitos das Crianças e Jovens. Entendo que, embora concorde em participar, a qualquer momento poderei interromper o preenchimento deste questionário, sem quaisquer consequências. Entendo que nenhum dado de identificação pessoal é recolhido e que o resultado da minha participação será tratado de acordo com as regras de proteção de dados aplicáveis.

   Marcar tudo o que for aplicável.

   ☐ Sim

   Questionário Sociodemográfico

2. Idade *

   _____

3. Habilitações Literárias *

   Marcar apenas uma oval.

- 1ºCiclo do Ensino Básico
- 2ºCiclo do Ensino Básico
- 3ºCiclo do Ensino Básico
- Secundário
- Bacharelato
- Licenciatura
- Mestrado
- Doutoramento
- Pós
- Doutoramento

Outra:

_____

4. Profissão *

_____

5. Selecione a(s) opção(ões) que corresponde (m) á área de atuação da entidade com competência em matéria de infância e * juventude a que pertence

Marcar tudo o que for aplicável.

- [ ] Associações Desportivas
- [ ] Associações Socias e Recreativas
- [ ] Atividades de Tempos Livres (ATL)
- [ ] Centro Paroquial
- [ ] Educação
- [ ] Forças de Segurança
- [ ] IPSS (pe.Creche, casa de acolhimento residencial, acompanahmento de RSI, CAFAP, etc) Justiça (pe.
- [ ] Tribunal, Ministério Público)
- [ ] Saúde
- [ ] Segurança Social Outra:
- [ ] _____

6. Se selecionou a opção outra, indique qual?

_____

A Convenção sobre os Direitos da Criança: formação e informação	Legenda: A opção "Não sei" deve ser sinalizada quando, por falta de conhecimento, não é possível uma verdadeira avaliação da frase. A opção "Não se aplica" deve ser sinalizada quando a política / medida / instrumento / metodologia ou prática não zer sentido tendo em conta o tipo de trabalho desenvolvido pela instituição.

7. 1. Os princípios orientadores da Convenção sobre os Direitos da Criança são implementados na instituição. *

Marcar apenas uma oval.

- Discordo completamente
- Discordo
- Concordo
- Concordo inteiramente
- Não se aplica
- Não sei

8. 2. As/os profissionais têm formação sobre os direitos da criança. *

Marcar apenas uma oval.

- Discordo completamente
- Discordo
- Concordo
- Concordo inteiramente
- Não sei
- Não se aplica

9. 3. A instituição reconhece a criança como sujeito de direitos. * *Marcar apenas uma oval.*

- Discordo completamente
- Discordo
- Concordo
- Concordo inteiramente
- Não sei
- Não se aplica

10. 4. A instituição dissemina informação sobre direitos das crianças. * *Marcar apenas uma oval.*

- Discordo completamente
- Discordo
- Concordo
- Concordo inteiramente
- Não sei
- Não se aplica

11. 5. A instituição realiza regularmente atividades com as crianças dando-lhes a conhecer os seus direitos. *

Marcar apenas uma oval.

- Discordo completamente
- Discordo
- Concordo
- Concordo inteiramente
- Não sei
- Não se aplica

12. 6. A instituição produz materiais informativos sobre direitos das crianças. *

Marcar apenas uma oval.

- Discordo completamente
- Discordo
- Concordo
- Concordo inteiramente
- Não sei
- Não se aplica

Participação das crianças

Legenda:
A opção “Não sei” deve ser sinalizada quando, por falta de conhecimento, não é possível uma verdadeira avaliação da frase.

A opção “Não se aplica” deve ser sinalizada quando a política / medida / instrumento / metodologia ou prática não zer sentido tendo em conta o tipo de trabalho desenvolvido pela instituição.

13. 7. As crianças têm, na instituição, oportunidade de falar sobre a sua vida passada e sobre as suas expectativas de futuro. *

Marcar apenas uma oval.

- Discordo completamente
- Discordo
- Concordo
- Concordo inteiramente
- Não sei
- Não se aplica

14. 8. Todas as crianças conhecem as regras da instituição. *

Marcar apenas uma oval.

- Discordo completamente
- Discordo
- Concordo
- Concordo inteiramente
- Não sei
- Não se aplica

15. 9. Existem materiais informativos sobre a instituição, suas regras e atividades desenvolvidas, acessíveis e adequadas às crianças. *

Marcar apenas uma oval.

- Discordo completamente
- Discordo
- Concordo
- Concordo inteiramente
- Não sei
- Não se aplica

16. 10. As regras da instituição são elaboradas com a participação das crianças. *

Marcar apenas uma oval.

- Discordo completamente
- Discordo
- Concordo
- Concordo inteiramente
- Não sei
- Não se aplica

17. 11. A maioria das atividades que se dirigem a crianças é pensada e organizada por pessoas adultas. *

Marcar apenas uma oval.

- Discordo completamente
- Discordo
- Concordo
- Concordo inteiramente
- Não sei
- Não se aplica

18. 12. A maioria das atividades que se dirigem a crianças é pensada e organizada por pessoas adultas, mas as crianças têm a possibilidade de dar a sua opinião sobre as mesmas.

Marcar apenas uma oval.

- Discordo completamente
- Discordo
- Concordo
- Concordo inteiramente
- Não sei
- Não se aplica

19. 13. As crianças têm oportunidade para dar a sua opinião sobre as atividades e estas podem ser organizadas e implementadas * pelas crianças.

Marcar apenas uma oval.

- Discordo completamente
- Discordo
- Concordo
- Concordo inteiramente
- Não sei
- Não se aplica

20. 14. A instituição participa regularmente em iniciativas / projetos da responsabilidade de outras entidades que promovem a participação da criança na vida da comunidade.

Marcar apenas uma oval.

- Discordo completamente
- Discordo
- Concordo
- Concordo inteiramente
- Não sei
- Não se aplica

21. 15. As crianças participam nos processos de tomada de decisão que lhes dizem respeito. *

Marcar apenas uma oval.

- Discordo completamente
- Discordo
- Concordo
- Concordo inteiramente
- Não sei
- Não se aplica

22. 16. As crianças são informadas sobre a sua situação e sobre como decorrerá o processo de tomada de decisão nas questões que lhe dizem respeito.

Marcar apenas uma oval.

- Discordo completamente
- Discordo
- Concordo
- Concordo inteiramente
- Não sei
- Não se aplica

23. 17. As entrevistas/comunicações / conversas com as crianças são feitas em ambiente adequado (por ex. no respeito da sua idade ou outras necessidades). * privacidade, proteção,

Marcar apenas uma oval.

- Discordo completamente
- Discordo
- Concordo
- Concordo inteiramente
- Não sei
- Não se aplica

24. 18. A instituição tem mecanismos de avaliação da satisfação dos serviços dirigidos às crianças. *

Marcar apenas uma oval.

- Discordo completamente
- Discordo
- Concordo
- Concordo inteiramente
- Não sei
- Não se aplica

Princípio da não discriminação

Legenda:
A opção "Não sei" deve ser sinalizada quando, por falta de conhecimento, não é possível uma verdadeira avaliação da frase.

A opção "Não se aplica" deve ser sinalizada quando a política / medida / instrumento / metodologia ou prática não zer sentido tendo em conta o tipo de trabalho desenvolvido pela instituição.

25. 19. A instituição funciona no respeito pelo princípio / direito da não discriminação. *

Marcar apenas uma oval.

- Discordo completamente
- Discordo
- Concordo
- Concordo inteiramente
- Não sei
- Não se aplica

26. 20. A instituição aciona medidas positivas dirigidas aos grupos mais vulneráveis a processos de exclusão social. *

Marcar apenas uma oval.

- Discordo completamente
- Discordo
- Concordo
- Concordo inteiramente
- Não sei
- Não se aplica

27. 21. A instituição aciona medidas preventivas de práticas discriminatórias e de promoção da diversidade e interculturalidade. *

Marcar apenas uma oval.

- Discordo completamente
- Discordo
- Concordo
- Concordo inteiramente
- Não sei
- Não se aplica

28. 22. A instituição apresenta condições que garantem o acesso a crianças com deficiência. *

Marcar apenas uma oval.

- Discordo completamente
- Discordo
- Concordo
- Concordo inteiramente
- Não sei
- Não se aplica

Trabalho com as famílias

Legenda:
A opção “Não sei” deve ser sinalizada quando, por falta de conhecimento, não é possível uma verdadeira avaliação da frase.

A opção “Não se aplica” deve ser sinalizada quando a política / medida / instrumento / metodologia ou prática não zer sentido tendo em conta o tipo de trabalho desenvolvido pela instituição.

29. 23. A instituição conhece o contexto familiar e social em que se integram as crianças e jovens com quem trabalha diretamente. *

Marcar apenas uma oval.

- Discordo completamente
- Discordo
- Concordo
- Concordo inteiramente
- Não sei
- Não se aplica

30. 24. A instituição promove regularmente ações que fomentam o envolvimento de pais/mães, famílias em geral, na vida da * organização.

Marcar apenas uma oval.

- Discordo completamente
- Discordo
- Concordo
- Concordo inteiramente
- Não sei
- Não se aplica

31. 25. A instituição promove regularmente ações que fomentam uma abertura à comunidade envolvente. *

Marcar apenas uma oval.

- Discordo completamente
- Discordo
- Concordo
- Concordo inteiramente
- Não sei
- Não se aplica

32. 26. A instituição promove regularmente ações que contribuem para uma reflexão sobre as práticas parentais. *

Marcar apenas uma oval.

- Discordo completamente
- Discordo
- Concordo
- Concordo inteiramente
- Não sei
- Não se aplica

33. 27. A instituição promove regularmente ações que contribuem para uma reflexão sobre o que é a parentalidade positiva. *

Marcar apenas uma oval.

- Discordo completamente
- Discordo
- Concordo
- Concordo inteiramente
- Não sei
- Não se aplica

34. 28. A instituição promove regularmente ações dirigidas a pais e/ou mães que contribuem para o desenvolvimento das * competências necessárias ao exercício de uma parentalidade positiva.

Marcar apenas uma oval.

- Discordo completamente
- Discordo
- Concordo
- Concordo inteiramente
- Não sei
- Não se aplica

Política de proteção

Legenda:
A opção “Não sei” deve ser sinalizada quando, por falta de conhecimento, não é possível uma verdadeira avaliação da frase.

A opção “Não se aplica” deve ser sinalizada quando a política / medida / instrumento / metodologia ou prática não zer sentido tendo em conta o tipo de trabalho desenvolvido pela instituição.

35. 29. A instituição promove regularmente ações que contribuem para o desenvolvimento de competências nas próprias crianças * que podem funcionar como fatores protetores à violência.

Marcar apenas uma oval.

- Discordo completamente
- Discordo
- Concordo
- Concordo inteiramente
- Não sei
- Não se aplica

36. 30. Há uma verificação do historial das/os profissionais que lidam diretamente com as crianças/jovens, incluindo do pessoal * administrativo.

Marcar apenas uma oval.

- Discordo completamente
- Discordo
- Concordo
- Concordo inteiramente
- Não sei
- Não se aplica

37. 31. A instituição garante um ambiente seguro para as crianças e/ou jovens. *

Marcar apenas uma oval.

- Discordo completamente
- Discordo
- Concordo
- Concordo inteiramente
- Não sei
- Não se aplica

38. 32. A instituição tem uma Política de Proteção das Crianças e Jovens. *

Marcar apenas uma oval.

- Discordo completamente
- Discordo
- Concordo
- Concordo inteiramente
- Não sei
- Não se aplica

39. 33. Todo o pessoal tem conhecimento da Política de Proteção das Crianças e Jovens. *

Marcar apenas uma oval.

- Discordo completamente
- Discordo
- Concordo
- Concordo inteiramente
- Não sei
- Não se aplica

40. 34. O recrutamento de pessoal é feito de acordo com os princípios de proteção das crianças e jovens e a promoção dos seus * direitos.

Marcar apenas uma oval.

- Discordo completamente
- Discordo
- Concordo
- Concordo inteiramente
- Não sei
- Não se aplica

41. 35. A instituição garante o direito à vida privada das crianças e à proteção de dados pessoais das crianças beneficiárias e suas * famílias.

Marcar apenas uma oval.

- Discordo completamente
- Discordo
- Concordo
- Concordo inteiramente
- Não sei
- Não se aplica

42. 36. A instituição garante um procedimento de apresentação de denúncia/queixa acessível a todas crianças/jovens. *

Marcar apenas uma oval.

- Discordo completamente
- Discordo
- Concordo
- Concordo inteiramente
- Não sei
- Não se aplica

43. 37. A instituição tem um Código de Conduta para profissionais, pessoas voluntárias e membros de Órgãos Sociais. *

Marcar apenas uma oval.

- Discordo completamente
- Discordo
- Concordo
- Concordo inteiramente
- Não sei
- Não se aplica

As respostas são con denciais e de acesso restrito.

Os nossos agradecimentos pela sua participação!

Cofinanciado por:

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pela Google.

Google Formulários

b

A TUA OPINIÃO CONTA...

Por favor responde às seguintes perguntas.

Sexo: M___ F___ Idade:____ Ano escolar:_____

1- O que te preocupa na sociedade e/ou na escola?	**2- Na tua opinião quais são os problemas com que te confrontas no dia-a-dia?**
3- Se fosses Presidente da Câmara, quais as ideias prioritárias a implementar no teu concelho?	**4- Se fosses Diretor do Agrupamento o que mudarias na tua escola?**